

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
CAMPUS BAIXADA SANTISTA  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL



EDILEUZA SHIRLEY CIRINO DE ALMEIDA

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E AS  
ENTIDADES DA CATEGORIA: COMO SUAS DIREÇÕES O  
COMPREENDEM E VIVENCIAM?

SANTOS

2013

EDILEUZA SHIRLEY CIRINO DE ALMEIDA

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E AS  
ENTIDADES DA CATEGORIA: COMO SUAS DIREÇÕES O  
COMPREENDEM E VIVENCIAM?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso.

SANTOS

2013

Al64

Almeida, Edileuza Shirley Cirino de - 1989  
O Projeto Ético-Político do Serviço Social e as entidades da categoria: como suas direções o compreendem e vivenciam? / Edileuza Shirley Cirino de Almeida. – 2013.

111 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Profa. Dra. Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso.

Trabalho de conclusão de curso (Serviço Social) – Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, 2013.

1. Serviço Social. 2. Projeto Ético-Político. 3. Entidades da categoria. I. CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. II. Título.

Aprovado em 08 de Abril de 2013

BANCA EXAMINADORA

---

Profª Drª Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

---

Profª Ma Fernanda Araújo de Almeida  
FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS

À categoria de Assistentes Sociais...

Aí vou eu!

## AGRADECIMENTOS

Eis que chega o momento de abrir a janela da lembrança pra recordar daqueles que são (de alguma forma) responsáveis por eu chegar até aqui. Poderia agradecer desde a equipe de saúde que me ajudou a vir ao mundo, mas... Escolho por agradecer, somente àqueles que estiveram mais próximos e mais participativos neste meus mais de 5 anos de graduação. Assim, vamos do fim ao início...

Agradeço a minha família, por acreditar comigo em meus sonhos, por mais que estes sonhos não sejam iguais aos seus. E em especial a meus pais Eneide e Amaro que, mesmo por vezes sem concordar (e desconfio que até sem entender), sempre respeitaram minhas escolhas e estiveram ao meu lado nos momentos bons e ruins. Também agradeço ao meu tio Aluizio que, como sempre, me apoiou, com suas palavras ternas, carinho e salvando a vida de uma estudante falida em uma cidade caríssima.

Ao Daniel Lage, meu companheiro, amigo, parceiro, pelas leituras atentas, conversas, sugestões e críticas sobre o meu trabalho. Mas sobretudo pelo cuidado, carinho, amor (regado a muito chá, água, lanchinhos pra aguentar os longos dias de estudo) e a paciência com o qual tem dividido mais que os dias, a vida... Que permanecemos "lúcidos e lúdicos" nesta nova jornada.

A minha orientadora Priscila Cardoso, que mais que professora, nestes anos de UNIFESP, se tornou uma querida amiga. Desejo que os "novos ventos" que sopram em meu caminho nos aproxime ainda mais. Afinal, temos muito o que realizar juntas!

Aos sujeitos (individuais e coletivos) desta pesquisa, que apesar das dificuldades e condições por vezes tão adversas contribuíram para que ela se realizasse. Nos encontraremos nas fileiras da profissão, lutando e construindo novos futuros.

Ao corpo docente da UNIFESP, que tanto me ensinaram e me ajudaram a crescer. Levarei a contribuição de todos e de cada um para minha vida profissional.

Agradeço ainda, especialmente a Luciana e Renata, que junto com a Priscila me deram tantas caronas. Quantas aventuras e desventuras vivemos nessas curvas de Santos! Quantas conversas, trocas, risadas... estes momentos deixarão saudade.

A família Squillaci, que me acolheu em minha chegada a Santos, como mais um membro da família. Dividindo cada espaço da vida e do coração.

Aos meus colegas da primeira turma de Serviço Social da UNIFESP que me aguentaram ao longo destes 3 anos, e em especial aos meus amigos (do curso e do campus) Danilo, Katia, Ana Carol, Giovanna, Flávia, Daiane... pela amizade construída, por serem tantas vezes a família que a gente se ampara quando está distante da nossa e depois descobre que são família pra vida toda.

Ao corpo docente da UNICASTELO (2009-2010), mas especialmente aos meus queridos e eternos mestres Fernanda Araújo de Almeida, Rodrigo José Teixeira e Solange

Monteiro Amador, que construíram, a duras penas das condições tão adversas naquela faculdade, a base mais sólida que eu podia ter. Sem a qual, nada do que realizei depois teria a mesma qualidade.

Porque o conhecimento não está só na academia, agradeço aos companheiros do 13 de Maio, aqui representados pelo monitor Luiz Carlos Scapi. Foram muitos cursos feitos e ministrados desde 2009. Os quais agregaram de tal maneira a minha formação que é difícil dizer qual parte a eles atribuo.

Agradeço aos camaradas do MESS, com os quais muito aprendi, apanhei e cresci. Em especial àqueles que mais que companheiros de luta se tornaram amigos: Carina Medeiros, Michelle Dias, Everton (Che), Tiago Santos, Flávio Silva, Pollyanna.

Ao Rafael Martins, meu amigo querido, responsável pela minha escolha a este curso. Sem ele, nenhum agradecimento anteriormente feito existiria. Obrigada por me ajudar a canalizar minha “revolta” em coisas que me fizessem crescer.

Agradeço a todos aqui não ditos, porque certamente de muitos esqueci. Mas, como todos sabem que minha memória por vezes me trai, sabem também, que mesmo não estando nessas linhas, moram no meu coração.

*Aquele rio  
é espesso  
como o real mais espesso.*

*Espesso  
por sua paisagem espessa,  
onde a fome  
estende seus batalhões de secretas  
e íntimas formigas.*

*E espesso  
por sua fábula espessa;  
pelo fluir  
de suas geleias de terra;  
ao parir  
suas ilhas negras de terra.*

*Porque é muito mais espessa  
a vida que se desdobra  
em mais vida,  
como uma fruta  
é mais espessa  
que sua flor;  
como a árvore  
é mais espessa  
que sua semente;  
como a flor  
é mais espessa  
que sua árvore,  
etc. etc.*

*Espesso,  
porque é mais espessa  
a vida que se luta  
cada dia,  
o dia que se adquire  
cada dia  
(como uma ave  
vai cada segundo  
conquistando seu vôo).*

João Cabral de Melo Neto.



## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) buscou apreender a compreensão e vivência que as entidades da categoria (CFESS/CRESS e ABEPSS) e do movimento estudantil (ENESSO) têm na atualidade sobre o denominado Projeto ético-político. Realizamos pesquisa bibliográfica sobre a profissão, seu significado social, os projetos profissionais construídos em sua trajetória e, em especial, o Projeto Ético-Político (PEP). Também realizamos pesquisa de campo, entrevistando as direções nacionais destas entidades e enviando questionário às suas direções regionais. No total, foram realizadas três entrevistas e enviamos dezenove questionários, dos quais doze retornaram. A partir das respostas obtidas, realizamos análise construindo e apresentando o perfil destas direções, comparando-o com o da categoria em geral conforme pesquisa do CFESS/UFAL de 2005. Já em relação à compreensão sobre o PEP, agrupamos suas respostas pela criação de categorias de análise. Os resultados que chegamos, apontam à uma similaridade de perfil de identificação pessoal entre as direções e a base da categoria, no perfil profissional encontramos grandes distinções. A compreensão do PEP, ainda que contenha traços gerais presente no discurso de todos nossos sujeitos, se dá de maneira muito diversa e com níveis de profundidade distintas. A busca de sua materialização têm sido feita através das várias lutas em defesa da profissão, da formação profissional e pela construção coletiva das entidades da categoria e junto a outros movimentos. Verificamos a identidade presente nas falas de todos os sujeitos com o PEP e a forma de compreensão sem divergências de vulto com as atuais discussões da categoria, bem como, ações das entidades na direção apontada por este Projeto. Diante dos resultados encontrados refletimos sobre a necessidade de aprofundamentos dos conceitos, categorias e elementos constitutivos do PEP para podermos explicitar com profundidade sua teleologia e analisar sua vinculação aos projetos societários hoje existentes.

**Palavras-chave:** 1. Serviço Social; 2. Projeto Ético-Político; 3. Entidades da categoria.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULOS.....	13
I. O SERVIÇO SOCIAL E SEUS PROJETOS PROFISSIONAIS .....	13
II. PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: CONTEXTOS E FUNDAMENTOS .....	34
II-1 OS ELEMENTOS CENTRAIS DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO.....	46
III. AS ENTIDADES DA CATEGORIA: CFESS/CRESS, ABEPSS E ENESSO.....	53
III-1 O CONJUNTO CFESS/CRESS.....	54
III-2 A ABEPSS.....	57
III-3 A ENESSO.....	60
IV. A DIREÇÃO DAS ENTIDADES E O(S) PROJETO(S) ÉTICO-POLÍTICO(S) ...	64
IV-1 A METODOLOGIA.....	65
IV-2 O PERFIL DAS DIREÇÕES DAS ENTIDADES DA CATEGORIA.....	66
IV-3 A FORMA DE COMPREENDER E VIVENCIAR O PEP.....	73
A) COMPREENSÃO.....	74
B) VIVÊNCIA/MATERIALIZAÇÃO.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	92
BIBLIOGRAFIA.....	96
ANEXOS.....	99

## INTRODUÇÃO

*Com cuidado examino*

*Meu plano: ele é*

*Grande, ele é*

*Irrealizável.*

Bertolt Brecht

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ora apresentado, é fruto do processo de formação vivido ao longo dos quatro anos de graduação em Serviço Social. Nele, lançando mão do arcabouço teórico-metodológico e ético-político construído, trataremos sobre **“a forma com a qual as entidades da categoria (CFESS/CRESS e ABEPSS) e do movimento estudantil (ENESSO) compreendem e vivenciam atualmente o Projeto Ético-Político da profissão”**, com o objetivo de investigar qual a compreensão e vivência que as entidades da categoria (CFESS/CRESS e ABEPSS) e do movimento estudantil (ENESSO) têm na atualidade sobre o chamado Projeto Ético-Político.

Refletir sobre o projeto profissional passou a ser de meu interesse, desde o segundo ano da graduação, fruto das discussões realizadas na disciplina de ética profissional<sup>1</sup> e pela minha inserção nos espaços de organização política da categoria. Desde minha chegada na UNIFESP, busquei participar de monitorias<sup>2</sup> e pesquisa<sup>3</sup> que mais me aproximassem do tema.

Entendendo que as entidades cumprem importante papel na construção de uma identidade profissional crítica e alinhada à construção de uma outra sociabilidade, dando direcionamento formativo e político aos profissionais, é de fundamental importância a constante reflexão sobre o direcionamento que elas vem tomando.

Assim, compreendemos ser imprescindível que nós, estudantes, enquanto sujeitos da própria formação, estejamos atentos ao debate existente na profissão quanto ao significado do PEP pois, só assim, poderemos participar enquanto agentes do processo de constituição (que é permanente) de uma profissão comprometida com a luta pelos direitos sociais e pela emancipação dos indivíduos sociais.

Diante dessas preocupações, construímos nossa trajetória, a partir do **capítulo I**,

---

1 Disciplina cursada na Universidade Camilo Castelo Branco – UNICASTELO – ministrada pela Profª Ma. Fernanda Araújo de Almeida, no ano de 2009.

2 Realizadas na Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP – na Unidade Curricular (UC): Fundamentos Histórico-Teórico-Metodológicos do Serviço Social V: O Projeto Ético-Político II no ano de 2011 e no programa institucional de monitoria da UNIFEPS/PROGRAD, acompanhando as UC's: Ética Profissional e Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social: A Profissão na contemporaneidade. Ministradas pela Profª Drª Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso, no ano de 2012/13.

3 Também realizei Iniciação Científica (IC) intitulada: “A produção teórica acerca do Projeto Ético-Político do Serviço Social nos anos 2000”, na UNIFESP, sob orientação da Profª Drª Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso, no ano de 2012. Esta pesquisa contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

iniciando nossos estudos pela abordagem do significado social do Serviço Social, a partir da sua construção histórica, enquanto uma profissão, inserida na divisão social e técnica do trabalho, localizando as requisições a ela apresentadas em nossa sociedade e as respostas que a mesma apresenta. Compreendendo que as respostas que a profissão constrói, dão base a constituição de projetos profissionais, situamos os diferentes projetos que a nortearam neste decurso e apresentamos como ela se constitui hoje.

Após este mergulho no contexto geral da profissão, no **capítulo II** analisamos, mais especificamente, o Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP), por este ser o projeto que detêm hegemonia no interior da categoria nas duas últimas décadas. Assim, resgatamos desde o contexto histórico que possibilitou seu desenvolvimento até os elementos centrais que o conformam: a concepção de hegemonia, ética e política que o embasa; sua relação com projetos societários; analisando-o a partir dos princípios éticos assumidos pela profissão.

Já no **capítulo III**, apresentaremos as entidades da categoria – conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, retomando alguns elementos da história destas entidades e refletindo sobre a relevância destas na manutenção da direção que a profissão consolidou, na medida em que explicitamos o papel que elas cumprem no interior da categoria dos assistentes sociais, direcionando a formação, o trabalho e defendendo a profissão.

O leitor encontrará, no **capítulo IV**, o resultado de nossa pesquisa de campo. Na qual construímos o perfil dos sujeitos que ocupam as direções das entidades da categoria, relacionando este perfil com aquele que foi encontrado em estudos mais gerais sobre a categoria. Após esse paço, feito a luz dos discursos de nossos sujeitos, realizamos a análise da compreensão e vivência das entidades, na relação com o PEP.

Por fim, apontamos, em nossas **considerações finais**, reflexões que realizamos a partir dos resultados aos quais chegamos, sobre a atual compreensão que as entidades da categoria apresentam sobre o PEP e sobre as possibilidades de novas reflexões e inquietações que as descobertas que fizemos inspiram, abrindo também, novos caminhos a seguir.

Assim, convidamos o leitor a percorrer conosco o caminho que construímos neste TCC, descobrindo os desafios e possibilidades que encontramos, a partir desta pesquisa, de conhecermos mais e melhor nossa profissão, esperando que ela possa contribuir enquanto um estudo sobre o Projeto Ético-Político e sobre a compreensão que as entidades da categoria hoje têm sobre seu direcionamento e de que forma esta compreensão vem se materializando. Para que, a partir disso, possamos criar estratégias coletivas de fortalecimento da categoria e da direção social que ela indica.

## I. O SERVIÇO SOCIAL E SEUS PROJETOS PROFISSIONAIS.

*Somos, enfim, o que fazemos  
para transformar o que somos.  
A identidade não é uma peça de museu,  
quietinha na vitrine, mas a sempre assombrosa  
síntese das contradições nossas  
de cada dia.*  
Eduardo Galeano

O Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP) é hoje objeto de discussões, estudos, convergências e divergências no interior da categoria dos Assistentes Sociais. O debate em relação a ele ganha expressividade desde os anos 1990, quando passa a ser assim denominado, e maior intensidade a partir dos anos 2000. O PEP representa o acúmulo da profissão no que diz respeito, tanto ao aprofundamento teórico, quanto ético-político e técnico-operativo, iniciado entre as décadas de 1970 e 1980 e que se segue até os dias atuais. Para compreendê-lo se faz necessário que nos debruçemos em elementos sociais e profissionais anteriores a ele e que reconstruamos alguns traços do processo de constituição histórica da profissão no Brasil.

Desta forma, o Serviço Social, assim como qualquer objeto de estudo em nossa sociedade, só pode ser compreendido em relação a outros elementos da realidade, pois nada se dá de forma independente aos processos gerais nos quais está inserido. Nas palavras de Marx (2008, p. 258): “o concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”. Sendo o Serviço Social uma profissão, inserida na divisão social e técnica do trabalho, devendo responder a uma demanda social que legitima sua existência, devemos, para compreendê-la, retomar alguns conceitos-chaves.

Assim, iniciaremos pelo debate sobre o que são projetos, para então localizarmos os projetos profissionais, problematizando: o que é uma profissão? Qual a forma da divisão social do trabalho em nosso tempo? Quais demandas são direcionadas ao Serviço Social?

Após responder a estas questões que dão base ao entendimento que temos sobre o lugar que nossa profissão ocupa no conjunto das relações sociais em nossa sociedade, devemos pensar como ela ocupa este lugar. Ou seja, como historicamente a profissão respondeu às demandas que são apresentadas a ela? Qual a forma em que os profissionais de Serviço Social significaram seu trabalho em sua trajetória? Como estes profissionais compreendem e constroem a profissão?

A compreensão destes elementos é peça fundamental para que possamos, então, olhar para a profissão e compreendê-la. Tanto no que diz respeito aos seus elementos

constitutivos, como o que ela é hoje, buscando captar o movimento que a mesma vivencia. Aprofundaremos pois, estes elementos.

Para falar da profissão de Serviço Social e dos projetos profissionais existentes no interior da mesma, se faz necessário compreender a noção de projetos, enquanto construções humanas, constitutivas do ser social. Uma vez que, toda ação humana, direcionada por necessidades, pressupõe um processo de antecipação ideal dos fins que se pretende alcançar, dos meios para alcançá-lo e dos interesses que norteiam as escolhas do que se quer. Ou seja, mesmo na mais simples ação (sair de casa) o homem faz escolhas, analisa, valora (qual o melhor horário para sair, como está o dia, qual a melhor roupa para usar neste dia e para esta ocasião). Estas projeções devem tanto levar em conta os seus desejos individuais (o que eu desejo realizar neste dia, se irei encontrar alguém, o que intenciono neste encontro) como as determinações materiais que delimitam estes desejos e suas possibilidades de realização (quanto tempo eu passarei fora, se faz frio ou calor, quais roupas tenho)<sup>4</sup>.

É justamente por essas determinações materiais e sua relação com as subjetividades que não estamos falando aqui da ação humana abstrata ou isolada. Quando falamos da ação humana estamos falando de uma ação social, ou melhor, de um ser social que age de acordo com as possibilidades que estão postas de antemão. O homem, enquanto ser social, mesmo na produção mais elementar de sua vida, necessita estabelecer relações com outros homens. Em outras palavras, para satisfazer as necessidades básicas de sua existência ele não pode dispensar o intercâmbio com outros homens e com a natureza, intercâmbio este estabelecido pela atividade do trabalho. Nas palavras de Marx (2010, p. 211):

... o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.

Neste processo de transformação da natureza, o homem antecipa idealmente a finalidade de seu trabalho, quais as necessidades que esta atividade deve corresponder, de que forma e sob quais interesses. Assim, é

---

4 Reflexão embasada nas discussões e aulas expositivas da Unidade Curricular (UC): Ética Profissional, ministrada na Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, pela Prof. Dra. Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso, a qual acompanhei como monitora, pelo programa institucional da UNIFEPS/PROGRAD.

importante destacar que sua atividade parte de uma finalidade que é antecipada idealmente, é sublinhar que sua atividade tem como ponto de partida uma intencionalidade prévia – mais exatamente, é importante ressaltar que o trabalho é uma atividade projetada, *teleologicamente direcionada*, ou seja: conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito. (NETTO; BRAZ, 2007, p. 32)

Desta forma, o homem põe em movimento sua capacidade teleológica (de projetar a finalidade que quer alcançar, agindo voltado a este fim) e neste sentido:

“Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito” (MARX, 2010, p. 212).

Não é *um ato fortuito*, pois estas escolhas não estão vinculadas apenas as vontades meramente individuais, pois um homem sozinho não conseguiria produzir tudo o que é necessário à sua existência. Assim, é apenas em associação e em cooperação mútua que a vida dos homens pode se realizar. Portanto, a atividade que possibilita a produção da vida, o trabalho, é por princípio uma atividade coletiva, “este caráter coletivo da atividade do trabalho é, substantivamente, aquilo que se denominará de social” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 34).

Pelo trabalho, os homens interagem com a natureza, transformando-a em produtos que atenderão suas necessidades. Esta interação não se dá de forma imediata, sendo necessária a criação de instrumentos que mediam a relação entre sujeito (homens) e objeto (natureza) do trabalho, para a realização de um objetivo previamente projetado. Enquanto atividade fundante do ser social, o trabalho deve ser compreendido também a partir da forma particular que este assume em cada tipo de sociedade. Assim como o homem o trabalho só se realiza em sociedade.

As relações sociais de produção, que são a determinação da vida do homem na contemporaneidade, não excluem a capacidade destes de projetar suas atividades, ou seja, pensar previamente o resultado de suas ações e buscar a transformação desta realidade pela construção de projetos, que são “uma antecipação ideal da *finalidade* que se quer alcançar, com a invocação dos *valores* que a legitimam e a escolha dos *meios* para atingi-la” (NETTO, 1999, p.93). Assim, os homens constroem tanto projetos individuais, que dizem respeito as suas escolhas em relação à sua própria vida, projetos coletivos, que dizem respeito a um grupo social específico (família, amigos, profissão), quanto projetos societários, que indicam a sociabilidade que se pretende conservar ou construir.

Os projetos individuais e coletivos estão sempre relacionados a um projeto de sociedade, seja ele de manutenção ou transformação da ordem social vigente. Tanto as

escolhas individuais dos homens impactam na vida de uma coletividade, quanto os rumos sociais e coletivos impactam na vida dos indivíduos sociais. Ocorre que no que se refere a capacidade de transformação radical desta realidade a ação individual encontra sempre limites:

... a estes indivíduos são impostas representações e formas coletivas, igualmente produto da ação humana prévia, que os moldam e os imprimem determinado caráter, transformando-os, além de indivíduos, em personificações de ordens, estamentos ou classes. (IASI, 2006, p. 77)

Na medida em que, como afirma GRAMSCI (1932-1933),

pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformista de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos.

Ou seja, nossos projetos individuais expressam vinculações e/ou influências dos projetos coletivos e, desta forma, somos personificações de ordens, estamentos ou classes, aderindo aos projetos coletivos, tendo ou não clareza desta adesão.

Podemos julgar que nossas ações e escolhas estão relacionadas apenas a nossas vidas e experiências individuais, mas estamos fadados, enquanto membros da sociedade e de uma classe social, a participar ativamente da história desta sociedade. Ainda que a forma com a qual vivenciamos e subjetivamos esta participação seja sempre particular, não podemos nos furtar de que elas são ao mesmo tempo constituintes e constituídas de nossas experiências individuais e coletivas.

A compreensão desta relação, entre indivíduo e sociedade, pode levar a construção de estratégias coletivas de ações conscientes, ou seja, a construção de projetos coletivos, voltados à intencionalidade de transformar ou manter a estrutura social vigente. Assim, os homens nas suas atividades cotidianas pela manutenção de suas vidas e superação ou manutenção das velhas formas de produzi-las podem se voltar à construção de, nas palavras de NETTO (1999, p. 93): *projetos societários*, “trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la”.

Mas quais os elementos que compõe um projeto societário e um projeto profissional? Qual seria a relação entre estes projetos? Qual a relação deste(s) com os projetos desenvolvidos no interior do Serviço Social em sua trajetória?

Um projeto societário está voltado a projetar respostas para as questões gerais que



a sociedade em cada tempo se coloca, apontando assim, caminhos para o conjunto da mesma. Em sociedades de classes esse projeto será sempre um projeto de classe. Uma vez que as relações sociais de produção da vida na sociedade capitalista, são marcadas por interesses antagônicos e inconciliáveis que só podem se sobrepor um a outro em detrimento do seu oposto. A cisão entre classes sociais, produz vários projetos, porém, apenas um deles pode direcioná-la em cada período histórico<sup>5</sup>.

Já um projeto profissional, que também é um projeto coletivo, não detém imediatamente esta dimensão macroscópica, pois não cabe a uma categoria profissional construir um projeto para a sociedade como um todo. Ao se tratar de projetos profissionais, vale lembrar que, nem todas as profissões carregam projetos, mas sim “àquelas que, reguladas juridicamente, supõem uma formação teórica e/ou técnico-interventiva, em geral de nível acadêmico-superior.” (NETTO, 1999, p. 95) – o que é o caso do Serviço Social. Pela construção destes projetos uma profissão busca refletir seu significado social, questionar-se sobre o papel que tem na sociedade e sobre quais respostas deve dar às demandas sociais a ela apresentadas. Desta forma:

*Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 1999, p. 95).*

Assim, os projetos profissionais, apontam as diretrizes e finalidades do trabalho, indicando os valores que a profissão elege, que devem embasar uma atuação profissional específica, voltada a uma dada direção social. Estes elementos são vivenciados, tanto individualmente, no exercício do trabalho, quanto coletivamente pelas legislações e normatizações da profissão e pelo seu posicionamento político, expresso nos espaços organizativos da categoria.

Falamos em direção social, pois em um projeto profissional encontram-se elementos constitutivos de projetos societários. Isso quer dizer, que os projetos profissionais estão vinculados também, com maior ou menor intensidade a projetos societários. Os projetos

---

<sup>5</sup> A existência de um projeto societário que se coloque como dirigente, não exclui a existência de outros. Este projeto coloca-se assim, hegemônico frente aos demais. Hegemonia seria, de acordo com o Dicionário do Pensamento Marxista (apud: ROMÃO, 2006, p. 196), a forma com a qual “*uma classe mantém seu domínio não simplesmente através de uma organização específica da força, mas por ser capaz de ir além de seus interesses corporativos estreitos, exercendo uma liderança moral e intelectual e fazendo concessões, dentro de certos limites, a uma variedade de aliados unificados num bloco social de forças que Gramsci chama de bloco histórico.*” (grifos do autor). Voltaremos a tratar do tema hegemonia em nosso próximo capítulo.

profissionais do Serviço Social, não fogem a esta regra, como veremos mais adiante.

Para falar especificamente dos Projetos Profissionais do Serviço Social, faz-se necessário compreendê-lo como profissão, inserida na divisão sócio-técnica do trabalho. Assim, nos perguntamos: o que é uma profissão? Quais são as especificidades do Serviço Social enquanto uma das profissões existentes em nossa sociedade?

Toda profissão surge a partir da divisão e especialização das tarefas necessárias a serem executadas no interior de nossa sociedade no sentido de garantir a produção dos meios necessários a nossa existência (comida, moradia, habitação e etc.) e de reprodução das relações sociais de nosso tempo (modo de viver, a forma que representamos idealmente o que vivemos). Neste sentido, para compreender o porque do surgimento de uma profissão e qual seu significado social, devemos ter em mente qual a atual forma de divisão do trabalho, as relações sociais dela decorrentes e em qual lugar desta divisão esta profissão se insere. Desta forma, compartilhamos a compreensão de Cardoso (2006, p. 68), na qual:

o processo histórico-social, não é visto aqui apenas como pano de fundo sob o qual a profissão se desenvolve, mas sim como base objetiva, que na sua relação com a vontade política de seus sujeitos sociais, possibilita o seu desenvolvimento da maneira como ele ocorre.

O homem, enquanto ser social cria os meios necessários a produção da vida coletivamente, criação que se dá pela atividade do trabalho, atividade que está vinculada a sua capacidade de projetar o que fará e qual finalidade pretende alcançar com este fazer na busca de satisfazer suas necessidades (enquanto indivíduo e gênero). Ocorre que esta atividade (o trabalho) não se deu de forma única ao longo da história da humanidade, e a compreensão do tipo particular de trabalho em nossa sociedade leva a compreensão das possibilidades e limites materiais de sua realização, seja enquanto atividade livre e criativa, transformadora e humanizadora do homem ou o seu inverso, uma vez que: “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1987-1988, p. 7).

A forma pela qual uma sociedade se organiza para produzir a vida, ou seja, a forma como o trabalho no interior de uma sociedade é estruturado é denominada por divisão social do trabalho. Divisão esta que não se inaugura na sociedade capitalista, porém toma formas peculiares neste modo de produção. Em se tratar da sociedade capitalista, como afirma Iamamoto e Carvalho (2008) esta cria especialidades e especialistas, fragmentando o homem no processo de produção, tornando-o apenas uma peça da engrenagem do trabalho coletivo, enquanto um trabalhador parcial. Assim temos uma divisão social e

também técnica do trabalho.

Neste sentido, as relações de trabalho, ou o que seriam as relações sociais de produção e as respectivas especializações do trabalho em uma sociedade (divisão social e técnica do trabalho), só podem ser desveladas na medida em que as compreendemos enquanto fruto de processos sociais e históricos engendrados pelos próprios homens, enquanto respostas às questões objetivas com as quais se defrontam em cada tempo, pois: “na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais” (MARX, 2008, p. 288).

Quando falamos do Serviço Social, falamos de uma profissão que surge em uma forma específica de produzir e reproduzir a vida, material e espiritualmente: o modo de produção capitalista. Nele, as relações sociais de produção, assumem uma forma também específica, historicamente engendrada. Forma essa que se produz e reproduz cotidianamente pelas ações individuais e coletivas, através das quais, estabelecemos relações *necessárias e independentes* de nossas vontades.

Como já afirmou Marx (1998, p. 9), no século XIX, a história escrita de todas as sociedades “é a história de luta de classes”, luta esta que está vinculada a forma de organização do trabalho em cada sociedade e que se apresenta ora de maneira velada, ora de maneira aberta. A forma nas quais estas lutas têm se manifestado em nossa sociedade, marcada fundamentalmente pelo antagonismo entre burgueses e proletários, interfere diretamente em nossa profissão. É por isso que, na busca de compreensão do Serviço Social, devemos resgatar alguns elementos deste antagonismo.

Vemos a burguesia, a classe dos capitalistas modernos, economicamente e politicamente dominantes, pois detêm os meios de produção e subsistência e o proletariado, a classe dos modernos trabalhadores assalariados, que nada mais detêm que sua própria força-de-trabalho<sup>6</sup>, devendo submeter esta a venda para garantir a produção e reprodução de sua vida. São estas as bases materiais das relações que estabelecemos em nosso tempo, relações nas quais os homens estão necessariamente inseridos mesmo que não concordem com elas, ou seja, o trabalhador deve, uma vez que não dispõe dos meios necessários a sua sobrevivência, todos os dias, ir ao mercado (de trabalho) vender sua força de trabalho a um capitalista, para receber em troca um salário, o qual trocará por produtos que satisfarão suas necessidades.

Estes produtos, que servem ao trabalhador enquanto coisas que, por suas propriedades, ao serem consumidos satisfazem suas necessidades (valores-de-uso),

---

<sup>6</sup> “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie.” (MARX, 2010, p. 197)

detém outra propriedade que mais interessa ao capitalista, a propriedade de ser mercadoria (e sendo mercadoria possuir valor de troca). Enquanto detentor de capital, o capitalista vai até o mercado a procura de diferentes mercadorias: os meios de produção (instalações, máquinas e matéria-prima) e a força de trabalho (trabalhadores livres), os quais ele submeterá a um processo de produção de novas mercadorias, gerando novos valores<sup>7</sup> dos quais ele se apropriará privadamente. Tanto o trabalhador quanto o capitalista, tomados individualmente estão submetidos a estas relações, as quais devem reproduzir cotidianamente para manter-se em seu lugar na produção social da vida.

Vivemos, pois, um período histórico marcado pela exploração do trabalho. As relações que estas classes estabelecem, e por conseguinte todas as demais classes ou frações de classes, são marcadas por antagonismos. Estes antagonismos têm por base fundamental o fato de que para se manter enquanto classe econômica e politicamente dominante a burguesia necessita explorar cada vez mais e com maior intensidade o trabalho dos trabalhadores. Enquanto estes, na busca pela manutenção de suas vidas necessitam colocar-se contra esta exploração ainda que a vivam. São estes os elementos básicos que constituem as relações sociais sob o capital, os quais são fundamentais para que compreendamos o lugar que nossa profissão ocupa nesta sociedade<sup>8</sup>.

Falamos, portanto, do Serviço Social, em uma forma específica de organização social que é a ordem do capital. Estando pois, inserido nesta divisão social e técnica do trabalho, enquanto parte da classe trabalhadora, representando uma especialização do trabalho coletivo<sup>9</sup> - pois expressa necessidades sociais historicamente construídas pelas classes sociais, tem significado social e regulamentação própria, enquanto parte deste trabalho coletivo. Desta forma, entendemos o assistente social enquanto trabalhador, que exerce uma atividade de trabalho. Entendendo assim, a profissão, enquanto um trabalho profissional que deve dar respostas às demandas sociais advindas de classes sociais distintas.

O Serviço Social surge, “na e a partir da divisão do trabalho” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 88), sendo necessário que compreendamos o seu significado social nesta sociedade e qual as determinações históricas que possibilitaram sua constituição.

---

7 O “valor” é pois, a substância do “valor de troca”, sendo o primeiro, a quantidade de trabalho necessária à produção de qualquer mercadoria e o segundo, sua expressão: “Sabemos que o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor-de-uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção” (MARX, 2010, p. 220).

8 Não nos debruçaremos diretamente ao estudo do tema até aqui apresentado, destacamos apenas os elementos gerais que entendemos ser centrais para o nosso trabalho. Sobre o desenvolvimento das sociedades capitalistas, há um grande arsenal de estudos. Este é um tema muito trabalhado por diversos autores e contém diversas polêmicas as quais, mesmo nos despertando grande interesse, não poderemos nos dedicar aqui. A reflexão que ora apresentamos tem por base fundamental a análise de Karl Marx, em O Capital – livro I (2010) e livro II (2009).

9 Para Iamamoto, Carvalho (2008, p. 76), o Serviço Social: “Afirma-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo, ao se constituir em expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir seus meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada”.

Além destes elementos, também devemos considerar a forma pela qual os profissionais vivenciam e significam o fazer profissional (o que explica a existência de diferentes projetos profissionais), entendendo que a profissão detém contradições próprias derivadas das contradições existentes na sociedade e que incidem sobre ela.

A profissão de Serviço Social, em sua trajetória, vivenciou a existência de diversos projetos profissionais. Estes, sempre vinculados à dinâmica da sociedade em cada período, as demandas apresentadas à profissão e a identidade que a mesma assume enquanto respostas a este contexto. Neste sentido, a existência de um projeto hegemônico não exclui a existência de outros projetos, apenas aponta que um deles, em determinado momento, assume a direção política, moral e intelectual da categoria, alcançando assim, hegemonia no interior desta.

Como apontado por Cardoso (2006), e com base nas reflexões de Netto (2008), podemos indicar que da década de 1930 (período de surgimento da profissão no Brasil) até o início dos anos 1960, o Serviço Social é marcado pela existência de um projeto que direcionou a categoria nesse período, denominado Projeto Tradicional.

Nas décadas seguintes, a profissão, inserida em um contexto social marcado pela ditadura militar, experimenta um período de renovação<sup>10</sup> profissional, onde se alteram tanto suas demandas práticas, sua inserção institucional, quanto sua formação profissional, suas formas de intervenção, de organização, suas influências teóricas e culturais, alterando também as elaborações intelectuais em seu interior e suas (auto)representações. Ou seja, período em que se desenham outros projetos no interior da profissão, projetos estes que alternaram a hegemonia em momentos distintos na trajetória da profissão, que culminou, na década de 1990, na consolidação de um outro projeto desde então hegemônico, o Projeto Ético-Político, ainda que a disputa de projetos continue ocorrendo.

Aqui, apontaremos alguns componentes constitutivos destes projetos, em seus elementos ético, político e teórico. Inserindo-os no contexto sócio-histórico no qual eles foram possíveis de ser desenvolvidos. Situando, também, a dimensão ética do trabalho profissional, que é concebida a partir das ações dos profissionais e da categoria (coletivamente), expressas no conjunto da legislação profissional, tendo por base as reflexões teóricas feitas por seus agentes.

O contexto histórico que possibilitou o surgimento do Serviço Social está vinculado ao advento do capitalismo e junto a ele a emergência da “Questão Social<sup>11</sup>” período este que, tomado em seu processo global, está situado entre o final do século XVIII e início do

---

10 De acordo com Netto (2008, p. 116) “a renovação do Serviço Social, no Brasil, mesmo que não se possa reduzir os seus múltiplos condicionantes às constrições do ciclo ditatorial, é impensável, tal como se realizou, sem a referência à sua dinâmica e crise.” (grifos do autor).

11 Nas palavras de Lamamato e Carvalho (2008, p. 77): “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”.

século XIX, sendo marcado por uma série de revoluções burguesas pela Europa. Com o processo de expropriação dos camponeses e sua necessária marcha às nascentes cidades enquanto indivíduos livres<sup>12</sup>, isto é, em condição de vender sua força de trabalho, criou-se um conglomerado que, ou não encontrava postos de trabalho e assim se encontravam expostos a toda a sorte de misérias, ou encontrando trabalho não dispunham de condições básicas de vida, em cidades que não tinham estrutura suficiente para que o crescente número de habitantes vivessem de maneira íntegra.

Neste contexto, surgem práticas filantrópicas que visavam disciplinar, controlar e garantir a reprodução da força de trabalho tendo expressões diversas na Europa e América. No Brasil e em toda a América do Sul, o desenvolvimento capitalista ocorre de maneira distinta dos países da Europa. Uma vez que não existiu um período de acumulação primitiva de capitais<sup>13</sup>, nem tão pouco um modo de produção feudalista.

O que nos interessa destacar, no que diz respeito aos elementos históricos de constituição do Serviço Social no Brasil, situados por volta dos anos 1910, é que a ação social que dará base à sua constituição se deu pela iniciativa de frações da classe dominante junto à Igreja Católica, tendo por “protoforma” ações de cunho caritativo<sup>14</sup>. Este período é marcado pela aliança entre frações da burguesia e a Igreja Católica, momento no qual há, por parte da Igreja, um “projeto de recristianização” da sociedade. Uma vez que esta vinha perdendo o seu legado, e se colocava contrária aos projetos liberais e comunista, apresentando-se como uma “terceira via”, a via do comunitarismo, pautado por valores humanista-cristãos. Assim, a “protoforma” do Serviço Social no Brasil:

Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 127)

Porém, é apenas na década de 1930, pelo avanço do capitalismo no Brasil, que há a profissionalização e institucionalização do Serviço Social. Nesse momento vivencia-se um cenário político-econômico e social de profundas transformações que redirecionaram o

---

12 “(...) os que se emanciparam só se tornaram vendedores de si mesmos depois que lhes roubaram todos os meios de produção e os privaram de todas as garantias que as velhas instituições feudais asseguravam à sua existência. E a história da expropriação que sofreram foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade” (MARX, 2009, p. 829)

13 Como afirma Marx (2009, p. 828): “O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista”.

14 Entende-se por protoforma, de acordo com Mora, em seu Dicionário de Filosofia (2004, p. 2956) “...o modelo de todas as formas orgânicas. Assim, por protoforma do Serviço Social, entende-se a ação social exercida por leigas (mulheres da alta burguesia) da Igreja Católica que realizavam ações voltadas às “mazelas sociais”. Para um estudo mais detalhado sobre a protoforma do Serviço Social, ver Iamamoto e Carvalho: 2008.

modo de vida de toda a sociedade. Pela consolidação das relações fabris, com base no regime de trabalho assalariado, enquanto modo predominante de produção e com isto o surgimento do proletariado em crescentes proporções juntamente com sua miserabilidade, ou seja, momento no qual há um acirramento da “Questão Social” no país. O Serviço Social se inseria tanto (e minoritariamente) nas empresas capitalistas, quanto em obras assistenciais voltadas ao atendimento das “mazelas sociais”.

A profissão de Serviço Social se constitui em um mercado nacional de trabalho, a partir das demandas do Estado, que nos anos 1940 cria grandes instituições assistenciais<sup>15</sup>, que passam a ser o lócus privilegiado da atuação profissional, ainda sob forte influência da Igreja Católica que seguia sendo a instituição responsável pela formação profissional, momento no qual, como afirma Iamamoto e Carvalho, a profissão ganha legitimidade pelo Estado e pelo conjunto das classes dominantes. Neste sentido, o profissional é chamado a atuar junto às expressões da “Questão Social”, contribuindo na reprodução das relações sociais, aqui entendidas como:

[...] reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo também, a reprodução espiritual: isto é, das formas de consciência social, jurídicas, filosóficas, artísticas, religiosas. Mas é também a reprodução das lutas sociais, das relações de poder e dos antagonismos de classe. (IAMAMOTO, 2011, p. 99)

É pois, a partir destes elementos, que o Serviço Social se constitui enquanto uma profissão legitimada não por aqueles a quem se destinam sua ação (classe trabalhadora), mas sim, por aqueles que a demandam (burguesia e Estado) no intuito de que esta ação sirva ao amoldamento dos trabalhadores a seu novo modo de vida. Neste sentido, “sua especificidade maior está, pois, na ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos a que se destina prioritariamente. Caracterizar-se-á, assim, como uma imposição” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 127).

Estando neste lugar, ela deve responder as demandas das distintas classes sociais, pois, sendo sua atuação requisitada pelas classes dominantes e pelo Estado, voltada ao atendimento de necessidades concretas dos trabalhadores, a profissão atende a ambos interesses. Ao atender as necessidades dos trabalhadores, tanto contribui a satisfação de carências concretas, quanto reafirma o lugar que estes sujeitos ocupam na sociedade, já que: “(...) a reprodução das relações sociais é reprodução da dominação: reprodução ampliada do domínio de classe. Este é um processo eminentemente político, em que as

---

15 A criação das grandes instituições assistenciais ocorre num momento em que o Serviço Social é ainda um projeto embrionário de intervenção social. Até esse momento, o Serviço Social constitui uma atividade profundamente ligada à sua origem no interior do bloco católico e desenvolve suas ações em obras assistenciais implementadas por frações da burguesia paulista e carioca, principalmente seus segmentos femininos que se expressam através da Igreja Católica, com o objetivo de solidificar sua penetração entre os setores operários, dentro do projeto de recristianização da sociedade” (IAMAMOTO, 2011, p. 93).

classes dominantes têm no Estado o instrumento privilegiado do exercício de seu poder no conjunto da sociedade” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 67).

Atuando na “*reprodução das relações sociais*”, a profissão desde seu surgimento atendeu e até hoje atende, pela própria natureza de seu trabalho, aos interesses de ambas as classes, pois, em suas ações:

Responde tanto as demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 75)

São estes alguns dos fatores objetivos que determinam a existência do Serviço Social, assim como as formas pelas quais em cada período histórico, os interesses de classes têm se manifestado. Devendo somar a estes elementos as respostas profissionais que o Serviço Social construiu ao longo de sua trajetória, conforme Iamamoto; Carvalho (2008, p. 120):

Se o Assistente Social, na condição de trabalhador assalariado, deve responder às exigências básicas da entidade que contrata seus serviços, ele dispõe de relativa autonomia no exercício de suas funções institucionais, sendo co-responsável pelo rumo imprimido às suas atividades e pelas formas de conduzi-las.

É por este contexto, que como afirmamos anteriormente, a profissão pode criar respostas diversas ao direcionamento dado pela instituição que lhe emprega e pela classe social que lhe requisita. Respostas que, ainda que não alterem os fundamentos da prática profissional, alteram significativamente o papel que a profissão desempenha em cada período. Estas respostas se consolidam na formulação de projetos profissionais que são a síntese da compreensão dos profissionais sobre os fundamentos, objetivos e funcionalidades da profissão, em cada momento histórico. Devemos, pois, reconstruir estes elementos<sup>16</sup>.

Tendo por base a reflexão feita sobre o que são projetos e, dentre estes, os projetos profissionais, há que se dizer que não foi desde seu início que a profissão teve clareza dos elementos éticos, teóricos e políticos que a norteava. Quando de seu surgimento, em um contexto de “reestruturação e aprofundamento do capitalismo, juntamente com o

---

<sup>16</sup> Reconstruiremos estes elementos, na trajetória da profissão, situando e apresentando os projetos profissionais, com o objetivo de falar especificamente do Projeto Ético-Político. Portanto, não aprofundaremos cada um destes projetos, mas entendemos que este movimento serve para que possamos compreender o processo pelo qual a profissão conseguiu desenvolver o atual projeto profissional que a direciona.



crescimento da burguesia industrial, acentuando assim o que chamamos de questão social” (CARDOSO, 2006, p. 69), não havia, por parte dos profissionais atuantes na época, reflexões em torno destes elementos que constituem a profissão.

No surgimento do Serviço Social, vivíamos um período de transferência dos conflitos existentes nas próprias relações de trabalho para a esfera do Estado, e ainda a adoção, por parte do governo de Getúlio Vargas, de ações populistas que visavam controlar e organizar os trabalhadores que começavam a se movimentar. Foi instituído o salário mínimo, a Consolidação das Leis Trabalhistas e, entre outras, um conjunto de políticas assistenciais de forma que o trato às questões apresentadas pelos trabalhadores passaram a ser discutidas em um cenário mais favorável às classes dominantes (na institucionalidade do Estado).

Neste período, há uma nova aliança entre Estado e a Igreja Católica, resultando na conformação de uma profissão que,

De um lado só pôde ocorrer pelas condições concretas da realidade vivida neste momento (em especial pelo aprofundamento e explicitação da questão social) que geraram a necessidade do Estado abrir espaços sócio-ocupacionais de atuação do assistente social, e, de outro, esteve vinculada completamente a ideologia cristã, sendo a Igreja Católica a responsável pela base de formação profissional deste profissional, agora requisitado pelo mercado, num movimento de especialização/profissionalização da ação social já existente (CARDOSO, 2006, p. 71).

Neste sentido, é a burguesia e o Estado que legitimam a existência do Serviço Social como profissão, e é a Igreja que se responsabiliza pela formação destes profissionais.

Esta fusão expressou sua influência na profissão na constituição do **Projeto Tradicional**. Desde seu surgimento, ela foi marcada fortemente pela influência do neotomismo (doutrina humanista-cristã, base da Igreja naquele período), sendo que no processo de 1930 à 1960 houve uma aproximação com a teoria positivista (teoria explicativa dominante sobre os processos sociais em curso da época). Resultando, segundo Iamamoto (2011), em um “arranjo teórico-doutrinário”. No qual apenas alguns elementos da teoria positivista eram utilizados, na medida em que não fossem conflitivos com o conteúdo cristão que direcionava a profissão.

No tocante ao conteúdo ético, houve a adoção de valores humanistas-cristão<sup>17</sup>, onde a “questão social” era tratada como problema moral, e o atendimento das

---

17 “Na medida em que os valores e princípios afirmados por esse pensamento partem de princípios metafísicos, seus fundamentos são a-históricos: a subordinação do homem, da ética e dos valores às leis divinas leva a uma concepção essencialista, ou seja, que concebe a existência de uma essência humana transcendente à história, doadora de valores a todos os seres humanos” (BARROCO, 2012, p. 44)

necessidades dos indivíduos dirigia-se ao alcance da dignidade humana. Neste sentido, a ação profissional deveria direcionar-se ao enquadramento do sujeito às regras sociais.

Politicamente, vinculava-se, a ordem social vigente, na sua manutenção e reprodução “harmônica”. Assim, a finalidade da atuação profissional voltava-se a busca do “bem-comum”, do equilíbrio entre as classes, negando seu conflito.

Este projeto teve por materialidade todos os instrumentos normativos da profissão à época. Expresso tanto no Código de Ética Profissional de 1947, quanto nos currículos dos cursos de Serviço Social<sup>18</sup>.

Do início da profissão até a década de 1960, entende-se que houve a existência de apenas um projeto profissional<sup>19</sup>, constituído pelos fundamentos teóricos-doutrinários, valores e direção política apresentados acima, denominado por Projeto Tradicional que, em síntese é:

'a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada' dos profissionais, parametrada 'por uma ética liberal-burguesa' e cuja teleologia 'consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável' (Netto, apud: Netto, 2008, p. 117)

Neste período, não existiu por parte dos profissionais, nenhuma rejeição ou resistência de relevo à direção dada a profissão. Ainda que, como destacado na análise de Netto (2008), já na década de 1950 inicia-se o processo de “erosão do Serviço Social Tradicional”, tendo suas bases colocadas à prova pelas novas condições sócio-históricas e pelas novas respostas profissionais que vinham sendo desenhadas<sup>20</sup>. Porém, estas alterações serão “precipitadas” na década de 1960, quando no Brasil ocorre o golpe militar.

Com o golpe de abril de 1964, a sociedade brasileira como um todo sofre grandes impactos. Em relação ao desenvolvimento econômico, este ciclo político significou uma grande aceleração do crescimento. Já em relação aos direitos civis e políticos, estes sofreram cerceamentos, e as organizações dos trabalhadores (seja enquanto classe ou em

---

18 Todos os currículos, desde o primeiro, podem ser vistos em Cardoso, 2006.

19 “... é inconteste que o Serviço Social no Brasil, até a primeira metade da década de sessenta, não apresentava polêmicas de relevo, mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais, sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se numa categoria profissional onde parecia imperar, sem disputas de vulto, uma consensual direção interventiva e cívica.” (Netto, 2008, p. 128).

20 “... o quadro econômico-social do final dos anos cinquenta, em plena alavancagem da *industrialização pesada*, colocava demandas de intervenção sobre a 'questão social' que desdobravam amplamente as práticas profissionais que os assistentes sociais brasileiros estavam cristalizando como próprias da sua atividade (basicamente concretizadas nos 'processos' das abordagens individual e grupal). Donde, já então, o empenho profissional para desenvolver outras modalidades interventivas, com a assunção da abordagem 'comunitária' enquanto outro 'processo' profissional” (Netto, 2008, p. 137). Ainda nesta passagem o autor afirma que esta nova abordagem “em si mesma” não indica alteração em relação à direção dada a profissão, mas algumas de suas apropriações poderiam apontar.

seus segmentos) foram perseguidas e duramente reprimidas. O Estado brasileiro criou a ideologia do terror comunista, que foi amplamente divulgada e reproduzida nas instituições, tendo por finalidade combater e eliminar qualquer tipo de organização que fosse similar aos movimentos que culminaram com a revolução cubana em 1959.

Ainda que sob grande repressão, houve muita resistência entre os movimentos sociais, mesmo que atuantes na clandestinidade. Neste período, as universidades cumpriram um papel de resistência e havia um movimento, por parte dos intelectuais, de aproximação com a teoria marxista. Esta aproximação ocorre com muitas dificuldades, uma vez que a censura atuava controlando a entrada de livros no país e proibindo a circulação daqueles com teor “subversivo”.

Neste contexto a profissão de Serviço Social sofre grandes alterações<sup>21</sup>: há um crescimento da demanda de profissionais por parte do Estado; aumento considerável no número de contratações por médias e grandes empresas (estatais ou privadas)<sup>22</sup>; aumento (mas não tão significativo) da inserção profissional nas instituições filantrópicas; inserção do curso de Serviço Social nas universidades, resultando em uma aproximação com as ciências sociais; aumento no quadro docente, resultando em uma alteração do perfil destes; e, por fim, altera-se o perfil dos estudantes do curso.

As alterações ocorridas na sociedade naquele período geram um “novo padrão de exigências” aos profissionais, pautando a profissão por novas demandas, que colocaram a ela a necessidade de criar novas respostas e a possibilidade de rever e repensar suas ações de modo a se posicionar em relação aos processos sociais em curso. Assim, de acordo com Cardoso (2006) e Netto (2008), surgem novos projetos (concepções) em seu interior, quais sejam: Modernizador, Fenomenológico (Reatualização do Conservadorismo) e o de Ruptura, como síntese dos processos vividos pela profissão. Desta forma,

Se, realmente, a autocracia burguesa investiu na reiteração de formas tradicionais da profissão, seu movimento imanente apontou, como tendência e facticidade, para uma ponderável reformulação do cenário do Serviço Social, juntamente pela instauração daquelas *condições novas* a que aludimos linhas atrás. Tais condições vinculam-se sobretudo à reorganização do Estado e às modificações profundas na sociedade que se efetivaram, durante o ciclo autocrático burguês, sob o

---

21 Uma destas alterações, sendo fundamental para o novo desenho profissional, diz respeito à consolidação do mercado nacional de trabalho dos assistentes sociais. De acordo com Netto (2008), este mercado começa a se constituir nos anos 1940, quando surgem seus “mecanismos originais” a partir da inserção profissional nas instituições assistenciais que eram criadas no período do Estado Novo; já nas décadas de 1950/60 houve uma expansão deste mercado, processo este que se vincula ao período de crescimento da industrialização pesada no país; nos anos de 1966/67, este mercado se consolida, desencadeado pelo processo de reorganização do Estado que, “reequaciona inteira e profundamente não só o *sentido* das políticas setoriais (então voltadas prioritariamente para favorecer o grande capital), mas especialmente toda a *malha organizacional* encarregada de planejá-las e executá-las” (p. 120 – grifos do autor)

22 Até meados dos anos 1960, a inserção nas empresas era residual, ela se dá majoritariamente nos anos do “milagre econômico”, influenciada tanto pelo crescimento industrial, quanto pelas “necessidades peculiares de vigilância e controle da força de trabalho no território da produção” (Netto, 2008, p. 122).

Assim, o perfil profissional requisitado, naquele momento, foi o de um profissional que dominasse os processos burocráticos da máquina estatal, que soubesse atuar na busca de estabelecer diálogos (e não conflitos) entre a burguesia e o proletariado, implementando procedimentos técnicos, racionais e efetivos.

Com este intuito, a formação profissional, passa a dar ênfase à racionalidade (laicizando-se), a constituir os quadros universitários, tendo grande aumento no número de estudantes. O espaço da universidade possibilitou a aproximação do Serviço Social a outras áreas do conhecimento e “surge na profissão a necessidade e o interesse da busca de uma sistematização e aportes teóricos-metodológicos para a prática profissional” (CARDOSO, 2006, p. 84). Como resultado destes processos, a profissão se aproxima da teoria marxista e de outras teorias sociais, desenvolvendo diversos posicionamentos em seu interior, resultando em três projetos: Modernizador, Fenomenológico e de Ruptura.

O **Projeto Modernizador** recupera elementos do Projeto Tradicional, dando a este outras ênfases, mas sem abrir mão de seus elementos mais elementares, significando uma continuidade em relação a este. De forma que ainda sofre influência do neotomismo, porém, pelas próprias demandas colocadas a profissão, dá maior enfoque ao conteúdo da teoria positivista, buscando dar respostas técnicas de caráter científico às demandas apresentadas à profissão. Assim, representou:

... um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64 (NETTO, 2008, p. 154)

Sugerindo que a profissão deva ocupar um lugar como “interveniente, dinamizador e integrador do processo de desenvolvimento” (idem, ibidem), este projeto coloca-se alinhado com a direção dada pelo Estado, buscando no estrutural-funcionalismo norte americano, de caráter neopositivista, as bases teóricas de sua justificação.

A ele atribuí-se um caráter Modernizador, pela sua total adesão ao regime instaurado no golpe de abril, buscando constituir na profissão referenciais e instrumentos que dessem respostas às demandas apresentadas a ela dentro dos limites daquela realidade. Para tanto, requisita os valores e concepções profissionais “mais 'tradicionais', não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e metodológica menos débil, subordinando-os aos seus vieses 'modernos’” (NETTO, 2008, p. 155).

Enquanto síntese deste projeto, em dois “seminários de teorização” promovidos pelo

CBCISS<sup>23</sup>, são redigidos documentos que demonstram a direção na qual ele se orienta: o documento de Araxá e o de Teresópolis. Assim, o Projeto Modernizador “foi a expressão da renovação profissional adequada à autocracia burguesa” (NETTO, 2008, p. 156), que ganhou hegemonia na profissão sendo explicitado, além de nestes dois documentos, no Código de Ética de 1965 e nos currículos deste período.

Em resumo, a direção teórica deste projeto é embasada na teoria positivista; os valores que ele constitui entendem a sociedade como harmônica na qual o indivíduo deve buscar adaptação. Em conformidade com estes elementos, politicamente, ele se vincula ao projeto social hegemônico no período, voltando-se à defesa do desenvolvimento social, diga-se, o desenvolvimento capitalista sob o regime político da ditadura militar.

Este projeto só teve sua hegemonia contestada na crise da ditadura, quando, por um lado, seu “conteúdo reformista” (idem, ibidem) não atendia aos setores profissionais atrelados ao Serviço Social tradicional, resistentes a laicização ocorrida na profissão e, por outro, sua vinculação ao regime e seu conservadorismo, não atendia a outros segmentos que eram críticos a ditadura, voltados à “resistência democrática” (idem, p. 157). Este conflito será responsável, principalmente no segundo quinquênio de 1970, pela expressão dos outros dois projetos que já vinham sendo gestados e que por conta do contexto ditatorial foram reprimidos.

Um dos projetos profissionais, gestado no contexto histórico de declínio da ditadura e sua abertura democrática, foi o **Projeto Fenomenológico**. Seus traços gerais estão voltados à vinculação de parte dos profissionais à corrente teórica da fenomenologia, junto com os traços do apostolado católico. Sendo impulsionado pelo CBCISS e pelas inquietudes profissionais que passam a ser sistematizadas nos programas de pós-graduação, tendo como grande exponencial a produção de Ana Augusta Almeida.

Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto)representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclamava nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana. (NETTO, 2008, p. 157)

Ocorre que a apropriação que o Serviço Social buscou fazer da fenomenologia não chegou às fontes do pensamento, de forma que os profissionais fazem a defesa desta abordagem a partir da leitura de intérpretes desta corrente. O resultado é que há, antes de mais nada, uma apropriação enviesada desta teoria. Mas, é a partir dela, que se atribui um “verniz de modernidade” (idem) ao tradicionalismo profissional, fazendo com que ele

---

23 CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais.

pudesse se apresentar como nova e “terceira via” dentre os conflitos sociais existentes entre o regime vigente e a crítica à sociedade burguesa.

Ela se expressará, enquanto projeto profissional, sobretudo, na defesa de que a profissão deve estar voltada ao indivíduo, aos fenômenos sociais que ele vivencia e a forma como estes sujeitos apreendem os fenômenos em sua subjetividade, realizando a conscientização dessa “pessoa”, exercendo assim, uma “ajuda psicossocial”.

Vincula-se politicamente ao projeto das classes dominantes, uma vez que vê os problemas e as saídas possíveis às demandas apresentadas pelos indivíduos, no próprio indivíduo. Este projeto também tem materialidade através de um documento construído por profissionais da área, o documento de Sumaré. Segundo Cardoso (2006, p. 88), essa vertente, “diferencia-se, portanto, radicalmente do projeto anteriormente apresentado, no que diz respeito os seus componentes teórico-metodológicos, estando em consonância com o mesmo no que diz respeito a vinculação ao mesmo projeto societário e a mesma ética”. É importante destacar que sua influência na profissão foi possível por ele não ter uma vinculação direta com o regime, defendendo a humanização da ordem social vigente.

É, portanto, marca do Projeto Fenomenológico, a ênfase aos fatores subjetivos, de modo que os profissionais vinculados a esta vertente tendem a uma atuação “psicologizante” do sujeito.

Este projeto chamará para si uma ação profissional com foco na “pessoa” e sua subjetividade, com base em valores abstratos, mas rompendo com a visão de homem e mundo positivista. A sociedade é vista como a relação entre as subjetividades e a possibilidade de transformação está colocada em cada indivíduo a partir da consciência que este tem de si e do mundo (é aqui que este projeto busca suporte no ideário socialista e inspiração na obra de Paulo Freire), porém em momento algum, rompe com o projeto societário hegemônico, não deixando, portanto de ser conservador. (CARDOSO, 2006, p. 90/91)

Sua influência pode ser percebida no Código de Ética de 1975, onde alguns valores requisitados pelo Projeto Fenomenológico são materializados, o que demonstra que neste período ele teve hegemonia em relação aos outros projetos.

Também gestado pelos mesmos processos sociais, surge o terceiro projeto profissional construído naquele período. Este projeto é denominado de **Projeto de Ruptura**. É apenas nele que aparece uma proposta real de ruptura com o conservadorismo profissional e a vinculação a outro projeto de sociedade.

O Projeto de Ruptura ganha evidencia na categoria, destacadamente, na abertura dos anos 1980, estando vinculado aos processos impulsionados pelo CBCISS, sistematizações e reflexões ocorridas na pós-graduação e organismos ligados a formação

profissional ou diretamente à categoria. Processos que expressam o resultado de outros contextos e elementos mais profundos.

Contextos estes, associados ao declínio da ditadura militar, no qual houve a ascensão das lutas democráticas, impulsionadas pelo movimento operário. O que teve rebatimentos diretos nos agentes da profissão, tanto objetivos quanto subjetivos. Assim, a consolidação deste projeto como hegemônico só foi possível pelas condições postas à sociedade naquele momento.

Este contexto rebate na profissão, entre os principais fatores: nas condições de trabalho da categoria, que a aproximavam do conjunto da classe trabalhadora; na aproximação de parte dos profissionais da área ao campo marxista, vinculação que acontece por intermédio dos ditos “manuais” (o que também resultou em uma apropriação frágil e equivocada do mesmo); na nova configuração do corpo docente e discente da profissão; na sua aproximação aos setores progressistas da sociedade; na efervescência universitária na ocasião da crise do regime; e na forte organização sindical da categoria.

Desta forma, pode-se afirmar que a constituição deste projeto se deu sob influência dos impactos da reação contra o regime ditatorial, que geraram uma massa crítica que encontrava no espaço da universidade alguma possibilidade de desenvolvimento.

A aproximação ocorrida neste contexto às ciências sociais, tanto gerou um subsídio teórico àqueles que pretendiam afirmar a prática profissional como neutra, quanto favoreceu aos grupos que se vinculavam as correntes do pensamento crítico. Criticidade, aliás, presente nos jovens docentes que foram formados pouco antes do golpe, ou mesmo já durante o regime, mas que, tendo possibilidades de se dedicar aos estudos (pela inserção no espaço da docência), produziram um acúmulo teórico até antes desconhecido na profissão<sup>24</sup>. Soma-se a estes elementos, a transformação do perfil dos estudantes que deixa de ser composto por “classes e camadas 'tradicionais'”, passando a ser constituído por setores da emergente classe média urbana.

Em síntese,

Ao contrário das anteriores, esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho 'tradicional' e aos suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador). (NETTO, 2008, p. 159)

Esta perspectiva entendia que transformações sociais se faziam necessárias para que a profissão pudesse dar respostas às “demandas estruturais do desenvolvimento

<sup>24</sup> “Quando se superam as constrictões ditatoriais, o acúmulo realizado por este componente profissional vem à tona com significativa ponderação.” (NETTO, 2008, p. 126)

brasileiro” (idem), concepção que podia ser notada em posições profissionais pré-1964. Outro elemento que influenciou a construção deste projeto foi a participação dos profissionais nas lutas pela democratização do país (vale lembrar, lutas que, mesmo com outro caráter, antecedem o golpe de 1964).

Essa perspectiva, protagonizada pelo movimento sindical da categoria, que operou uma “virada” na profissão, foi marcada pelo terceiro CBAS que aconteceu em São Paulo, no ano de 1979, que tinha por temática central “Serviço Social e Política Social”. Este congresso é o marco de ruptura da categoria com as forças sociais hegemônicas, na medida em que, contrapondo-se à direção dada pelo Conselho Federal naquele momento – o qual propunha uma discussão de Política Social sem problematizar o contexto macrossocial –, os profissionais ali presentes alteram a direção do encontro.

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais significou, portanto, um momento de ruptura da categoria, sob a direção das entidades sindicais, com as posições conservadoras que estavam à frente do evento e há muito detinham as direções do conjunto CFAS/CRAS, que tradicionalmente organizavam os congressos brasileiros (ABRAMIDES, CABRAL, 1995, p. 170).

A intervenção política realizada pelos profissionais e estudantes, que destituiu a comissão de honra do congresso (composta por representantes da ditadura, sendo substituída por nomes de trabalhadores que morreram no período), foi construída no III Encontro Nacional das Entidades Sindicais, que ocorreu nos dias que antecederam a realização do congresso.

Este momento sintetizou a virada que a profissão vinha construindo, pois o posicionamento ali apresentado não se iniciou naquele fórum. Ele é fruto do amadurecimento político da categoria, tendo destaque sua vinculação ao movimento sindical do período, no qual, o III CBAS situa-se enquanto “marco histórico de compromisso político e coletivo da categoria com a classe trabalhadora” (ABRAMIDES, CABRAL, 1995, p. 168)<sup>25</sup>.

Ganhando maior visibilidade até meados dos anos 1980, esse projeto tem por base teórica e metodológica a tradição marxista, podendo ser observado a partir do “método de BH”, que foi uma proposta de formação construída nessa perspectiva. Defendendo uma ação profissional que esteja voltada e vinculada às lutas da classe trabalhadora, o Projeto de Ruptura se pauta em valores emancipatórios, vinculando-se, politicamente ao projeto societário socialista.

Ele foi materializado no currículo mínimo de 1982 e está expresso no Código de

---

<sup>25</sup> Para um maior aprofundamento, não apenas sobre o III CBAS mas, em relação aos processos políticos vivenciados pela categoria entre o final dos anos 1970 e a década de 1980 e sua imbricada relação com a luta geral dos trabalhadores, ver Abramides e Cabral (1995).



Ética da profissão de 1986. Ocorre que este projeto, ainda que traga grandes avanços no que diz respeito à ruptura com a perspectiva tradicional imbuída em nossa profissão, traz por herança, alguns traços do messianismo e voluntarismo, que marcam o início da mesma. Tal “messianismo” e “voluntarismo” se manifestam por uma vinculação “romântica” à classe trabalhadora.

Porque, de algum modo, ele faz incidir sobre a intenção de ruptura um antigo viés da tradição profissional, o do *testemunho* (cristão), agora repostado sob a lente do *militantismo*. Reproduzia-se, com novo conteúdo, um procedimento eticista-voluntarista, que renovava no Serviço Social a ideia de *vocação*, só que recolocada a serviço de impulsões antiburguesas (donde a opção político-profissional comportando um cariz visivelmente messiânico). (NETTO, 1994, p. 260)

Assim, o Projeto de Ruptura marca uma oposição ao tradicionalismo profissional, havendo, porém, um “hiato entre a intenção de romper com o passado conservador do Serviço Social e os indicativos prático-profissionais para consumá-la” (NETTO, 2008, p. 161). Desta forma, neste período não houve uma ruptura total, de nenhum dos projetos desenhados, com o tradicionalismo profissional, sendo possível perceber, em diversos momentos, a existência de um ecletismo teórico-metodológico, de concepções ideológicas e indicativos prático-profissionais.

Já na década de 1980/90, há uma “revisão” deste projeto, que resultará na constituição de um outro projeto profissional vinculado à teoria de Marx, indo as suas fontes, aos valores emancipatórios, e que faz opção por um projeto de sociedade voltado a transformação da mesma, porém, superando os traços de messianismo e voluntarismo que marcaram sua primeira versão. Este projeto é denominado por **Projeto Ético-Político**.

Neste período, de abertura e consolidação da democracia, a profissão consegue ampliar seus espaços de reflexão e aprofundamento teórico, rever suas direções formativas e normativas. O Projeto Ético-Político alcança hegemonia no interior da profissão e a direciona até os dias atuais. Assim, compreendemos que seja de fundamental importância que nos debruçemos sobre ele de maneira especial, nos dedicando ao estudo minucioso do mesmo, em seus elementos constitutivos.

## II. PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: CONTEXTOS E FUNDAMENTOS.

*Mas nós cometemos erros, não há como negar.  
Nosso número se reduz. Nossas palavras de ordem  
Estão em desordem. O inimigo  
Distorceu muitas de nossas palavras  
Até ficarem irreconhecíveis.*

*Daquilo que dissemos, o que é agora falso:  
Tudo ou alguma coisa?  
Com quem contamos ainda? Somos o que restou, lançados fora  
Da corrente viva? Ficaremos para trás  
Por ninguém compreendidos e a ninguém compreendendo?*

Bertolt Brecht

Como vimos no capítulo anterior, o Serviço Social é uma profissão que vivência as tensões e conflitos colocados para o conjunto da sociedade e também conflitos endógenos, decorrentes dos fatores inerentes à profissão, sendo estes objetivos e subjetivos. Na busca de refletir e se posicionar diante destes conflitos seus agentes constituíram em sua trajetória histórica diversos projetos profissionais que se alternaram na direção da categoria. Interessa-nos compreender agora, quais os caminhos que levaram um destes projetos a se consolidar enquanto hegemônico no interior da profissão na atualidade, o denominado Projeto Ético-Político (PEP).

Este projeto é considerado como representante do acúmulo, tanto no que diz respeito ao aprofundamento teórico, quanto ético-político e técnico-operativo, iniciado entre as décadas de 1970/1980 e que até hoje direciona a profissão, sendo este orientador da sua formação, do trabalho e de seu posicionamento político. Um dos pilares de sustentação e materialização deste projeto se dá pelo posicionamento e direção que as entidades da categoria imprimem a partir do entendimento que têm do mesmo.

Para compreender o que é este projeto, precisamos resgatar sua construção histórica, como se consolidou no interior da categoria e quais seus elementos constitutivos. Para tanto necessitamos responder algumas questões: o que significa afirmar que este projeto é hegemônico no interior da categoria? Qual a compreensão de ética e de política que o embasa? Quais seus componentes centrais? Como ele vem se materializando?

São estas as questões que nortearam a construção deste capítulo, na busca da re-construção histórica e conceitual do conteúdo deste projeto que é hoje objeto de fortes discussões, dissensos e consensos no interior da categoria profissional dos assistentes sociais. Assim, a partir da apreensão sobre o que é este projeto, com base nos principais

profissionais que vêm refletindo diretamente sobre ele ou sobre os elementos que o constituem, poderemos nos ater ao papel que as entidades da categoria cumpriram historicamente e ainda cumprem na construção, consolidação e defesa de tal projeto.

Discorreremos, no capítulo anterior, sobre os projetos profissionais existentes no interior da categoria entre as décadas de 1960 até os anos 1990, sendo está última, a década de conquista da hegemonia do projeto que trataremos agora.

Compreendemos, pois, que o projeto profissional aqui referido, continua a deter a direção desta categoria. Direção esta que se dá, entre outras, pela ação de suas entidades organizativas, que uma vez tomadas por um grupo de profissionais que se orientavam a partir de tal projeto, passou a conduzir a categoria no mesmo sentido.

A partir desta compreensão, se faz necessário refletir sobre como se dá esta hegemonia e o que significa afirmar que ele é hegemônico. Em síntese, necessitamos resgatar qual a concepção de hegemonia presente quando falamos deste projeto. Uma vez que esta concepção revela não apenas o significado da hegemonia em si, mas também uma dada concepção de Estado e Sociedade Civil, entre outros aspectos que determinam a interação entre os componentes que constituem o PEP, com os quais buscaremos fazer interlocução.

O conceito de **hegemonia** que tem seu expoente na Grécia, sendo incorporado à tradição marxista desde a revolução russa, foi sistematizado (ganhando maior profundidade) pelo teórico e militante do Partido Comunista Italiano, Antônio Gramsci, intelectual que ganhou grande relevo mundial a partir da década de 1970.

Cabe aqui principiarmos este debate, com a advertência de que a apropriação do pensamento de Gramsci se deu de diversas formas, inclusive incompatíveis, no decurso dos anos 1970 até os dias atuais, não apenas em nosso país<sup>26</sup>. Como afirma Anderson (1986, p. 7) não “há algum conceito tão livre ou diversamente invocado entre as forças de esquerda do que o de hegemonia, que ele [Gramsci] tornou de uso corrente”<sup>27</sup>.

Simionatto<sup>28</sup> resgata que, na Grécia onde surge o conceito, a hegemonia estava vinculada à autoridade militar. Já, na apropriação feita por Gramsci, ela afirma que o conceito ganha centralidade política sem, no entanto, deixar de abranger o aspecto militar.

---

26 Por este fato, teremos como pano de fundo neste debate, a publicação de Perry Anderson, na qual ele busca traçar o “contexto teórico” da obra de Gramsci, com o intuito de resgatar a coerência do pensamento do autor, pois: “nenhuma obra marxista é tão difícil de ler de forma sistemática e rigorosa, em razão das condições particulares nas quais ela foi elaborada” (1986, p. 7). Condições estas que ele atribui tanto ao pioneirismo do autor, quanto a peculiaridade de alguns de seus principais escritos terem sido redigidos na prisão, sendo submetidos à censura em um contexto fascista (não pretendemos aqui, alcançar tal coerência, mas apontar apenas alguns pontos polêmicos que seriam importantes objetos de novas problematizações).

27 O autor ainda acrescenta que: “A grande amplitude dos apelos à sua autoridade, vindos de setores os mais opostos da esquerda, revela os limites do estudo minucioso e da compreensão de suas ideias. O preço de uma admiração tão ecumênica é necessariamente a ambiguidade: múltiplas e incompatíveis interpretações dos temas abordados nos seus Cadernos do Cárcere” (ANDERSON, 1986, p. 7).

28 A análise sobre o pensamento do autor e, dentro dela, o conceito de hegemonia foi apropriada pelo Serviço Social, destacadamente, a partir dos estudos realizados por SIMIONATTO, autora de maior relevo em nossa profissão sobre o tema, com a qual faremos interlocução.

Esta centralidade se dá a partir do debate em torno da construção de uma estratégia revolucionária para a classe trabalhadora nos países do Ocidente e em especial na Itália. Para a autora, esta reflexão e a militância na trajetória de Gramsci “são etapas diversas de uma mesma atividade política, pautadas por um objetivo sistemático: buscar a vitória da classe operária na luta histórica contra a classe burguesa” (1995, p. 37).

Neste sentido, o debate em Gramsci, gira em torno da análise da qualidade da luta de classes em seu período, o que o leva a distinguir a formação política e econômica dos países do Oriente (a exemplo da Rússia) e do Ocidente (Itália). De acordo com Togliatti, em síntese:

O desenvolvimento do capitalismo não apenas determinou a formação de amplos estratos proletários, mas também, e em consequência, criou o estrato superior, a aristocracia operária, com seus nexos de burocracia sindical e de grupos social-democratas. A determinação, que na Rússia era direta e lançava as massas às ruas para o assalto revolucionário, amplia-se na Europa central e ocidental por causa de todas essas superestruturas políticas, criadas pelo maior desenvolvimento do capitalismo, as quais fazem com que a ação das massas seja mais lenta e mais prudente e exigem, por conseguinte, que o partido revolucionário desenvolva toda uma estratégia e uma tática bem mais complexa e de longo alcance do que as que foram necessárias aos bolcheviques no período compreendido entre março e novembro de 1917 (TOGLIATTI, apud: SIMIONATTO, 1995, p. 109).

Gramsci analisa que no Oriente havia uma relação onde o Estado era preponderante em relação à sociedade, de forma que, a luta revolucionária se dava enquanto uma luta direta contra este Estado (entendido como um representante da classe dominante), a qual Gramsci denomina de 'guerra de movimento'. Já nas sociedades Ocidentais, com a complexificação do capitalismo, desenvolveu-se um conjunto de instituições que o autor denomina por 'aparelhos privados de hegemonia'<sup>29</sup> que garantem sustentação ao poder político e ideológico das classes dominantes no terreno da sociedade civil e assim, o Estado passaria a assumir uma relação equilibrada com esta. Neste contexto “o Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual estava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas” (GRAMSCI, apud: SIMIONATTO, 1995, p.39)<sup>30</sup>.

A partir desta compreensão, da nova configuração do Estado e da sociedade civil

---

29 “Esses aparelhos têm por finalidade inculcar nas classes exploradas a subordinação passiva, através de um complexo de ideologias formadas historicamente. Quando isso ocorre, a subalternidade social também significa subalternidade política e cultural” (SIMIONATTO, 1995, p. 43).

30 É importante destacar que nesta passagem Gramsci qualifica o Estado como diverso da sociedade civil ou, nas palavras de Anderson (1986, p, 15) o “Estado se contrapõe a sociedade civil”. Nesta perspectiva a sociedade civil tem certa independência em relação ao Estado, sendo o inverso verdadeiro. Porém, Anderson aponta, com base em outras passagens dos Cadernos do Cárcere, que Gramsci também apresentará concepções nas quais o “Estado engloba a sociedade civil” e outras em que o “Estado é idêntico a sociedade civil” (idem).

nas sociedades Ocidentais, Gramsci sistematiza uma estratégia para a luta revolucionária que denomina de 'guerra de posição' para a qual é fundamental a formação de uma 'frente única' e a conquista da hegemonia no âmbito da 'sociedade civil'. Assim, a hegemonia seria a construção de 'consensos sociais' e nesta estratégia, haveria predominância do consenso sobre a coerção.

A elaboração de tal estratégia se pauta na compreensão de que no atual desenvolvimento do capitalismo, uma classe, só pode ter o poder fortemente em suas mãos na medida em que tem em seu domínio a direção ideológica, na qual há adesão a ordem social pelas "classes subalternas". Ou seja, a classe dominante deve manter seu poder sendo 'dirigente' e também deve deter o poder da coerção que dá a ela controle sobre qualquer forma de resistência, sendo 'dominante'. Porém,

Se a classe dominante perdeu o consenso, ou seja, não é mais 'dirigente', porém, unicamente 'dominante', detentora da pura força coercitiva, isso significa precisamente que as grandes massas se separaram das ideologias tradicionais, que não creem mais no que antes criam, etc. A crise consiste no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer (GRAMSCI, apud: SIMIONATTO, 1995, p. 41).

Além de tratar do processo de conquista e manutenção da hegemonia na sociedade, Gramsci trata da crise dessa hegemonia, que se daria quando uma classe não consegue se manter 'dirigente', mantendo seu poder apenas através da coerção. De acordo com Simionatto, diante de tal crise, as classes dominantes podem, após um período marcado pela coerção, restabelecer sua hegemonia recuperando sua posição de dirigente ou, as classes dominadas, tendo uma forte articulação, podem conquistar a hegemonia desta sociedade.

Para a autora, esta articulação se dá pela capacidade de um grupo social ser dirigente dos grupos aliados e dominante em relação a seus adversários, devendo também, incidir sobre a rede de instituições existentes nas sociedades em que o capitalismo alcançou maior complexidade conquistando-as, ou seja, conquistando os aparelhos privados de hegemonia e criando instituições próprias, de contra-hegemonia.

Neste processo, a consciência se coloca enquanto elemento primordial, o qual será determinante na passagem de uma luta meramente econômica para uma luta política<sup>31</sup>. Iasi

---

31 Simionatto (1995, p. 43-44), afirma que Gramsci destaca três momentos da consciência política coletiva e ideológica das forças sociais: o primeiro seria o *econômico-corporativo* onde se evidencia 'a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unicidade do grupo social mais amplo'; o segundo momento seria o *político-jurídico* que 'é aquele em que se adquire consciência da solidariedade de interesse entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico'; um terceiro momento que seria a fase mais estritamente *política ou de hegemonia* propriamente dita, 'na qual se atinge a consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados'.

(2007) desenvolve algumas considerações importantes sobre o que ele chamaria de “processo de consciência”, no qual, o entendimento da consciência, parte da concepção de um:

(...) desenvolvimento dialético, em que cada momento traz em si os elementos de sua superação, em que as formas já incluem contradições que, ao amadurecerem, remetem à consciência para novas formas e contradições, de maneira que o movimento se expressa num processo que contém saltos e recuos (IASI, 2007, p, 12).

Nesta concepção, a consciência não se desenvolve de forma linear, podendo apresentar elementos de momentos já superados e, inclusive, operar um aparente retorno a estes momentos. O estudo da consciência para o autor tem por objetivo, a compreensão dos traços gerais do desenvolvimento da consciência de classe. Consciência esta que, em nosso ver, também é objeto de preocupações de Gramsci. Fazendo um paralelo entre a discussão dos dois autores podemos afirmar que ambos concebem que a consciência se manifesta em três momentos.

Iasi trata da consciência da condição imediata, que ele denomina de “primeira forma de consciência” na qual há um processo de interiorização da realidade externa, ou seja, de “representação mental” (subjetivação) da realidade concreta (externa e objetiva), no nível da percepção. Apresentando suas características, contradições e possibilidades de superação. Momento da consciência sobre o qual Gramsci não tratará.

Porém, o pensamento dos dois autores se conectam ao se tratar, nas palavras de Iasi, da “segunda forma de consciência: a consciência em si”. Suas marcas estão no processo de reconhecimento do grupo, da necessidade de reivindicação, de uma luta nos marcos da ordem. Gramsci trata estes elementos em dois momentos da consciência e não apenas um: o momento econômico-corporativo e político-jurídico. Ainda que os autores diverjam no que diz respeito se estes elementos estão presentes em um ou dois momentos da consciência, ambos consideram as mesmas características citadas, ao tratar deles.

Eles também fazem uma leitura correspondente ao que ambos chamaram de terceiro momento da consciência. Que será, nas palavras de Iasi, a “consciência revolucionária” ou, nas palavras de Gramsci, a consciência “ético-política” que se constitui pelo processo no qual o proletariado nega o capitalismo se afirmando enquanto uma classe no interior desta sociedade e depois (em um mesmo movimento), nega a sua própria condição de classe, assumindo a luta pela superação desta sociedade e assim, sua própria superação enquanto classe. Deste movimento da consciência, de elevação à uma consciência política coletiva,

Pode-se empregar o termo catarse [afirma Gramsci] para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) para o momento ético-político, ou seja, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa também a passagem do 'objetivo ao subjetivo'. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, que o assimila a si, que o torna passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas (GRAMSCI, apud: SIMIONATTO, 1995, p. 45).

De acordo com Simionatto, esta passagem simboliza o momento no qual o proletariado alcança a 'consciência para si', elaborando um projeto para toda a sociedade, buscando alcançar a hegemonia no interior da mesma. Esta consciência ético-política é a consciência universal, a consciência que ultrapassa a compreensão imediata do mundo (corporativa), que consegue perceber e se posicionar em torno das questões determinantes de nossa sociedade, superando a passividade. Ou seja, desenvolvendo uma estratégia política voltada à emancipação humana.

A partir do panorama apresentado sobre a concepção de hegemonia presente em Gramsci, resta-nos expor, em síntese, a compreensão predominante sobre este conceito no interior do Serviço Social, nas palavras de Simionatto (1995, p, 43), de que ela representa a conquista da "(...) 'direção intelectual e moral', [e que Gramsci] afirma que essa direção deve exercer-se no campo das ideias e da cultura, manifestando a capacidade de conquistar o consenso e de formar uma base social. Isso porque não há direção política sem consenso". Em outros termos,

a palavra significa a prevalência (ou predomínio) de uma vontade coletiva (ou de um interesse público) – o que supõe a necessária conexão a um projeto societário – sobre as demais vontades coletivas (ou projetos coletivos), considerando a coexistência democrática entre elas. Ou seja, ocorre quando um determinado projeto coletivo se afirma sobre uma diversidade de outros que democraticamente disputam a direção social da sociedade, a partir da constituição de um bloco histórico (que vai além da consciência de classe, mas que sem ela não se efetiva) que articula uma multiplicidade de interesses (BRAZ, 2007, p. 5).

A partir da apreensão do conceito de hegemonia por Simionatto e outros autores, que em Gramsci, como sucintamente apresentado aqui, estava relacionado às questões voltadas ao conjunto da sociedade, passou-se a utilizá-lo em "situações nas quais se verificam lutas sociais, sejam elas mais amplas (as que envolvem as classes sociais fundamentais), sejam elas menos abrangentes (justamente aquelas que dizem respeito aos diversos grupos sociais existentes na sociedade)" (BRAZ, 2007, p. 05).

Podemos afirmar assim, que atualmente tal conceito tem sido utilizado tanto no que

diz respeito à hegemonia social, de um projeto social que direciona uma dada sociabilidade, quanto no que diz respeito à luta pela hegemonia naquele conjunto de instituições das quais Gramsci tratou. Ou seja, na constituição de uma contra-hegemonia no interior das instituições burguesas e na construção de espaços próprios dos trabalhadores.

Desta forma, podemos compreender o debate sobre hegemonia no interior do Serviço Social em dois sentidos: 1) que diz respeito à conquista, por parte de um determinado projeto, da direção política e moral da categoria em detrimento a outros projetos em disputa no interior da mesma; e 2) em relação à constituição de tal projeto enquanto partícipe de uma estratégia maior, voltada à luta por hegemonia em toda a sociedade (estando o Serviço Social na mediação entre a classe trabalhadora e o Estado).

Assim, tratar desta questão, no que diz respeito estritamente a profissão, significa localizar a

direção social e política que um determinado projeto exerce sobre a profissão e, em decorrência, sobre a categoria dos assistentes sociais. Tal direção implica o predomínio de uma concepção que fornece um corpo de valores e princípios a partir dos quais se constrói uma espécie de *imagem ideal* da profissão<sup>32</sup> (BRAZ, 2007, p. 5-6).

Vale destacar ainda, que como demonstrado a partir das reflexões de Gramsci, Anderson, Simionatto, Netto e sintetizado por Braz, hegemonia não significa a existência de uma maioria que se orienta a partir de tal projeto, mas sim que o mesmo dentro de um campo de disputa alcançou a direção de tal grupo social.

O atual projeto hegemônico no interior do Serviço Social, ou seja, a *imagem ideal*, que hoje conduz o trabalho do assistente social está fundada no processo histórico que teve início nos anos 1970, década na qual se inicia o Movimento de Renovação<sup>33</sup>, sendo a síntese de processos de superação e continuidade em relação a um dos projetos que se evidenciou em tal período, o Projeto de Ruptura, sobre o qual tratamos no capítulo anterior.

Os elementos que apontavam à necessidade de uma “revisão” do Projeto de Ruptura, de acordo com Silva (2011), estavam vinculados às questões “problemáticas e omissas” a ele. Questões estas que dizem respeito: a necessidade de maior explicitação entre as fronteiras existentes entre o trabalho do assistente e a militância político partidária; a escassez de reflexão teórica sobre a direção social que a profissão assumia e as mediações profissionais decorrentes dela; a dificuldade de aprofundamento e maior apropriação da teoria marxista e; a imprescindibilidade de uma maior compreensão do significado do “popular” na realidade do país para que então, a profissão pudesse orientar

---

32 Sobre a estrutura geral dos projetos profissionais, vide capítulo I deste estudo.

33 Os traços gerais deste processo e as perspectivas que se desenharam na profissão neste contexto foram expostos no capítulo I deste trabalho e podem ser aprofundados em Netto (2008).



sua ação junto a ele.

Neste projeto (PEP), o legado gramsciano aparecerá desde a formulação de seu nome, onde, ao se utilizar o conceito “ético-político”, se explicita a intencionalidade de se pensar e construir a profissão, rompendo com uma perspectiva corporativista, de forma a projetá-la em direção às questões e conflitos determinantes em nossa sociedade, tomando partido em relação a eles. Ou seja, romper com a consciência imediata e desenvolver uma estratégia político-profissional voltada à emancipação humana.

A relação existente entre projeto profissional e as questões gerais presentes na sociedade foram determinantes, na constituição deste projeto, da mesma forma como nos projetos anteriormente apresentados. Ou seja, foi a partir de uma conjuntura específica, na qual a profissão estava inserida, e sobre a qual deveria dar resposta, que se pôde construir e consolidar tal projeto e na qual estavam postas as condições objetivas para sua efetivação.

Esta conjuntura foi fruto dos processos marcados pela falência do regime ditatorial, ao qual o país esteve submetido por mais de duas décadas. Falência que ocorre, destacadamente, pela incapacidade de tal regime dirigir a massa dos trabalhadores, controlar as revoltas decorrentes da crise econômica vivida entre os anos 1980 e 1983 e propor saídas políticas para ela. Neste contexto, o Projeto Profissional Modernizador perde suas bases de sustentação, levando os profissionais a refletirem ainda mais sobre a necessidade de mudança. Já o Estado se vê pressionado a executar, uma “transição democrática”, que nas palavras de Silva:

(...) herda uma economia estruturada para gerar enorme saldo comercial positivo e fazer face aos encargos financeiros com a dívida externa cada vez mais crescente; uma longa história de arrocho salarial, com a generalização da miséria atingindo grandes contingentes da população brasileira; empobrecimento da classe média; e níveis inflacionários insuportáveis (SILVA, 2011, p. 66).

Junto ao declínio do regime, se constrói as bases da “minimização do Estado” (idem), que resultará aos trabalhadores, nos anos 1990, maiores perdas de direitos, como veremos mais adiante. Para Silva, se faz necessário a compreensão dos “desafios” postos à profissão no período de abertura democrática. Desafios que dizem respeito ao movimento feito pelas classes dominantes, de contenção da “radicalidade contida no largo do movimento de resistência”, de modo que este não se transformasse em uma “força política capaz de, ao invés de uma transição, propor e implementar, na verdade, uma ruptura” (OLIVEIRA, apud: SIMIONATTO, 2011, p. 67).

Assim, Silva destaca que a “Nova República” se ergue sem significar alterações estruturais na sociedade. Situação que pode ser observada no processo de consolidação

da Constituição Federal, do qual as classes sociais participaram sem dispor das mesmas condições entre si, de modo que a “questão social” esteve “marcada pelo processo de transição negociado do regime militar para um governo civil de caráter liberal” (SILVA, 2011, p. 69). O que temos, neste contexto, é um forte movimento a favor dos direitos democráticos (civis e políticos) que foram limitados no período do regime ditatorial.

Neste contexto o Estado busca institucionalizar as lutas dos trabalhadores, levando-as ao campo da legalidade e, também, transferindo aos movimentos sociais a execução dos “programas assistenciais”, de forma a atrelar tais movimentos ao Estado, comprometendo sua autonomia e burocratizando-os, além de dividi-los pela disputa por tais projetos<sup>34</sup>.

A autora indica que, diante deste quadro, a profissão avança no que diz respeito: ao acúmulo teórico; inserção no campo da pesquisa; auto-organização; participação político-partidária; consolidação de uma diretriz para o processo formativo; e articulação com o Serviço Social na América Latina. Porém, encontra obstáculos neste avanço, na medida em que: ocorria uma crise no sistema de ensino superior; havia perspectiva de redução de postos de trabalho (frente ao processo de minimização do Estado); e ocorria transferência de funções até então atribuídas ao Serviço Social para as empresas capitalistas e entidades populares.

Este quadro, que se desenha já nos anos 1980, se consolida na década de 1990, ocasionando fortes mudanças, vinculadas a uma maior integração do capital em escala mundial, levando a necessidade de um “ajustamento” das formas de governo nos países ditos de “terceiro mundo” a partir do modelo de democracia europeia. Soma-se a isso, a defesa da “liberalização econômica” e política que demandaria uma reestruturação das funções do Estado e de sua relação com a sociedade.

A defesa de tal “liberalização” é a base de sustentação para a constituição de um governo “neoliberal”, no qual o Estado deveria deixar de ser regulador. Para Silva, esta concepção apresenta um paradoxo, pois pressupõe “um Estado forte e maduro, dotado de burocracias relativamente autônomas (que permita definir estratégias de longo prazo), poder para redistribuir penalidades e privilégios e, ao mesmo tempo, não interventor” (SILVA, 2011, p. 76).

A não intervenção do Estado não se confirma, na medida em que o mesmo é responsável, pelo financiamento (com dinheiro público) da iniciativa privada, se

---

34 Ao tratar do contexto da Nova República (1986 – 1990), Silva (2011, p. 69-70) afirma que: “Além da tentativa de esvaziamento e imobilização das lutas sociais, o governo tenta transformar as organizações populares em repassadoras dos programas assistenciais, interferindo diretamente no seu processo de autonomia e contribuindo para o retardamento do avanço político dessas organizações, pela sobrecarga de tarefas burocráticas e pela instauração de um processo divisionista decorrente da concorrência interna originada da disputa individual para se transformar em beneficiário de programas que põem a universalidade do atendimento apenas no discurso”. Para maiores aprofundamentos sobre a institucionalização das lutas dos trabalhadores, já nos anos 1980, ver Fontes (2010).

submetendo às políticas internacionais, gerando uma grande dívida interna, fazendo empréstimos e tomando outras medidas que contribuíram para o aumento da inflação. Em contrapartida, a “não intervenção” começa a se desenhar no campo das políticas públicas, com a desresponsabilização do Estado frente a implementação dos direitos constitucionais conquistados.

Com a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989, o Estado assume uma postura de que deveria intervir para “corrigir as distorções e crises na vida econômica e social” (SILVA, 2011, p. 78), apresentando traços de forte autoritarismo, não dialogando com as “organizações populares” o que entrava em conflito com o clima que o processo de democratização criou. O mesmo entendia que a Constituição Federal de 1988, significava um “entrave à governabilidade”. Posicionamento que, somando-se a corrupção que marcou seu governo, levou as massas às ruas por seu impeachment.

Para Silva, o governo de Collor ocasionou, na profissão, fortes impactos:

(...) estreitando o mercado de trabalho dos assistentes sociais, desvalorizando esses profissionais, no contexto de sucateamento do serviço público, ao mesmo tempo em que demanda uma prática profissional cada vez mais burocratizada pelas exigências impostas com a ampliação da seletividade dos usuários do serviço público no âmbito da restrição dos programas sociais (SILVA, 2011, p. 80).

Após sua queda, Itamar Franco, seu vice, assume o governo central do país, apresentando um discurso mais brando, que prometia voltar-se para a população que sofria com o arrocho salarial e o desemprego, discurso que não apresentou grande efetividade prática.

Em um contexto de crise econômica e social, o então presidente elaborou medidas de combate a esta situação. São de seu governo medidas como a criação do “Plano de Combate à Fome e à Miséria”, sanção da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), criação do “Plano Real”, que foi pensado por Fernando Henrique Cardoso (FHC), então ministro da economia.

Já a partir de 1995, quando Fernando Henrique assume a presidência, ainda sob forte crise econômica e com grande nível de desemprego no país. Apesar do sucesso do plano real em controlar a inflação (problema central para o período anterior), vivemos a continuidade do desmonte dos serviços públicos, com a privatização de várias empresas estatais, flexibilização dos direitos, redução da política de assistência às medidas pontuais e focalizadas, responsabilização da “sociedade civil” frente aos problemas sociais existentes, entre outras que, de um lado, contribuíram com a precarização das condições de vida dos trabalhadores enquanto, de outro, favoreceram a burguesia do país na busca de reconstituição de suas taxas de lucro.

Por outro lado, na organização dos trabalhadores, houve uma retração das lutas, enquanto reflexo das alterações sociais em curso, somadas aos impactos que a falência das sociedades socialistas causou. Fato que desmobilizou os elementos concretos que apontavam a luta pelo socialismo enquanto uma estratégia coerente e realizável. Como resultado da combinação destes elementos, vivemos um contexto de fragmentação das lutas e a construção de “novas identidades”, pautadas por contradições que aparentemente não teriam relação com o conflito entre capital e trabalho. Em síntese:

A reestruturação produtiva implantada entre o final dos anos 1980 e durante a década de 1990 quebraria a força do movimento operário independente em sua própria base, ao mesmo tempo que a crise nas experiências de transição socialista em curso, notadamente a URSS, entrava em rápido colapso. (IASI, 2012, p, 311)

É, pois, neste contexto que se formula a “revisão” do Projeto de Ruptura, se construindo e consolidando o PEP. Em linhas gerais, pode-se perceber alterações substanciais no que diz respeito a conjuntura na qual tal projeto se consolida e sobre quais requisições, uma vez que:

a partir de 1979, quando a categoria dos assistentes sociais passa a ampliar uma vinculação orgânica com os trabalhadores e os marginalizados da sociedade, via grupos organizados, sindicatos e movimentos sociais, no contexto de rearticulação da sociedade civil brasileira, esses setores passam a demandar para o Serviço Social apoio às suas reivindicações para ampliação das políticas sociais na perspectiva de um direito social de classe, no contexto das grandes lutas que marcam a década de 1980, em prol da ampliação da cidadania. Ao mesmo tempo, passa também a demandar para o Serviço Social apoio e assessoramento ao esforço de organização popular, por vezes até contratando diretamente os serviços dos assistentes sociais (SILVA, 2011, p. 92-93).

Ou seja, no final da década de 1970, perpassando a década de 1980, havia uma requisição por parte dos trabalhadores organizados, pelo trabalho do assistente social, como aliado em sua luta política. Já nos anos 1990, este quadro sofre alterações, e

Em termos de demandas por prestação de serviços, os assistentes sociais têm se vinculado, sobretudo, às questões da pobreza para atendimento de necessidades concretas imediatas e para intermediar a prestação de serviços básicos. Em termos da ação educativa e organizativa, os assistentes sociais têm desenvolvido ações socializadoras ou têm atuado como estimuladores da interferência popular na ação de democratização da sociedade e politização das demandas sociais (SILVA, 2011, p. 93).

Esta sutil mudança, em relação às demandas apresentadas à profissão, têm impactos não só nas respostas imediatas que ela dará, como também na relação que, majoritariamente a categoria estabelece com a classe trabalhadora, fragilizando as bases materiais de sustentação deste projeto. Se nas décadas de 1970 e 1980, a demanda dos movimentos sociais a categoria dos assistentes sociais estavam na chave do que Silva chama de “direito social de classe”. Já na década de 1990, essa demanda aparece na chave da “prestação de serviços básicos”. Retomando os momentos da consciência identificados em Gramsci e Iasi, essa sutil diferença representa um retorno as lutas “meramente econômicas”, e coloca um problema ao momento ético-político.

É neste contexto que a profissão busca explicitar com maior rigor teórico e político, seu projeto profissional, colocando na ordem do dia debates antes não aprofundados, reflexões ainda não realizadas e revendo posições que ainda apresentavam traços da concepção conservadora que marcou a profissão, objetivando dar respostas à nova conjuntura.

Em um momento em que havia um forte apelo pela “ética na política” na sociedade, em um sentido de moralização dos conflitos existentes, a exemplo da corrupção presente no governo Collor, a profissão passa a se debruçar e explicitar qual sua concepção frente a estes conceitos.

A discussão sobre a ética passa assim, a ter ênfase também na profissão, mas em direção oposta a forma em que, majoritariamente, ela estava sendo discutida na sociedade. Neste projeto profissional, quando se fala em **ética**, fala-se de uma capacidade propriamente humana, de fazer escolhas, valorar sobre elas, se posicionando criticamente diante da realidade. Nesta concepção, a ética só pode ser compreendida na relação com outros elementos que determinam a sociabilidade humana, localizando-a enquanto fruto de um longo processo de constituição do ser social. Este processo, para Barroco<sup>35</sup> e Cardoso<sup>36</sup>, tem por base a atividade do trabalho, pois, já nesta atividade, o homem, na busca de satisfazer suas necessidades<sup>37</sup>, enquanto interage com os elementos da natureza e com os outros homens, faz escolhas, sejam estas das mais simples às mais complexas.

Ou seja, a ética é tanto a constituição de uma análise crítica sobre os fundamentos

---

35 Maria L. S. Barroco, é assistente social, doutora em Serviço Social. Sua área de pesquisa é o campo da ética, tendo publicado diversos livros sobre o tema. Dentre os quais destacam-se: *Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos* (2010); *Ética: fundamentos sócio-históricos* (2008); *Código de Ética do/a Assistente Social Comentado* (2012). Também compôs a comissão nacional para reformulação do Código de Ética dos Assistentes Sociais (1993), sendo a maior referência, no interior da profissão no debate da ética e sua relação com o Serviço Social. Assim, entendemos que suas sistematizações, apresentam a concepção, tanto de ética, quanto de política, que hoje direciona o PEP.

36 Priscila F. G. Cardoso, é assistente social, doutora em Serviço Social. Tem como área de pesquisa a ética e os fundamentos da profissão, tendo se dedicado a este tema em sua dissertação de mestrado e tese de doutorado. Dialoga e compõe a mesma tradição que Barroco neste debate, de forma que também recorreremos a suas reflexões para o embasamento deste estudo.

37 Sobre a categoria trabalho, e seu papel na constituição do ser social, ver capítulo I deste estudo.

da moral, desvelando os valores que a direcionam e qual a direção que tais valores apontam, quanto a capacidade do ser social de, através de suas vivências particulares, entrar em contato e se reconhecer enquanto parte de uma universalidade, enquanto humanidade, de onde decorre uma postura política determinada.

**Política** aqui, é compreendida como em Marx e Engels, “o poder organizado de uma classe para a opressão de outras” (1998, p. 31) e desta forma, só pode se manifestar como dominação, ou luta contra esta dominação. Desta forma, a dimensão política está relacionada às escolhas, criação de estratégias, processos organizativos que visem o enfraquecimento do domínio, também político, da classe dominante em nossa sociedade.

É com base nestes elementos teóricos e conceituais que o PEP se constitui. A apropriação deste projeto pela vanguarda da categoria, está vinculada a compreensão de seus componentes centrais, sobre os quais discorreremos agora.

## **II. I - Os elementos centrais do Projeto Ético-Político:**

Para tratarmos dos elementos deste projeto, necessitamos localizar tanto os princípios éticos que o orientam enquanto referências norteadoras de sua construção, quanto as ações que são pressuposto para a materialização de tais princípios e, conseqüentemente, a matriz teórica que o sustenta. Ou seja, necessitamos localizar as escolhas profissionais que levam a um exercício ético-político-profissional determinado.

Exercício este, que se dá pela criação de estratégias de atuação e enfrentamentos na sociedade em que atuamos, objetivando que tais estratégias sejam coerentes com a postura ética indicada, viabilizando a sustentabilidade dos princípios e orientação teórica que a profissão elege para si.

Em outras palavras, é preciso apreender o projeto profissional em suas dimensões valorativa, política e teórica. Tais dimensões podem ser visualizadas nos princípios postos no Código de Ética dos Assistentes Sociais, mas não se reduzem a eles, uma vez que tais “princípios inscritos no Código de Ética são, pois, normas jurídicas” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 133), ou seja, pauta-se em um preceito normativo. Já o projeto profissional indica a compreensão que a profissão tem de si mesma, a partir da qual se desenvolvem os valores, objetivos e a forma pela qual ela se posicionará socialmente, explicitando uma dada concepção teórica, construindo assim, as bases de sua legitimação. Construção esta que aponta os parâmetros para o exercício da profissão, seja em sua relação com os sujeitos sobre os quais incidem nossas ações, seja com a instituição que contrata nossos serviços ou com os demais sujeitos profissionais e coletivos com os quais nos relacionamos.

O conteúdo de tais valores, objetivos e exercício, explicitam uma dada compreensão

de homem, mundo e sociedade, ou seja, relevam uma referência teórica que sustenta tais posições e que podem se materializar de diversas formas, dentre as quais, situa-se o Código de Ética da profissão, mas vai muito além dele.

Assim, pretendemos apresentar o PEP, considerando todas as suas dimensões e qualificando o conteúdo destas, não de forma dicotomizada, uma vez que elas se interagem e se apresentam articuladas, formando uma unidade, ainda que diversa. Por exemplo, podemos perceber explicitamente a sua dimensão teórica, na medida em que ela se materializa em uma publicação que expõe a adesão a uma dada teoria social. Mas já nos princípios do código esta dimensão não está literalmente explicitada, e devemos, ao entrar em contato com os valores e posições que ele indica, inseri-lo em um campo de análise, para clarificar a sua adesão a determinada corrente teórica.

O PEP tem por base a adesão aos valores éticos que o fundamenta, sendo estes: “liberdade, equidade e justiça social”, valores que se articulam “à democracia, à cidadania” enquanto elementos políticos para sua efetivação (BARROCO, 2010, p. 201). Barroco, ao tratar de tais princípios, afirma que a defesa dos mesmos pode levar a uma visão equivocada de que a profissão se pauta por “valores liberais burgueses” (idem). Posição da qual ela divergir, explicitando a concepção subjacente a eles.

Neste projeto, quando se fala em liberdade, sendo esta seu valor ético central, fala-se de uma capacidade propriamente humana de realizar escolhas a partir de possibilidades concretas. Capacidade que foi construída historicamente pelos próprios homens em seu desenvolvimento. Esta concepção de liberdade se difere da pautada pelos liberais, onde: “Liberdade, igualdade e propriedade são direitos naturais que devem ser garantidos legalmente através do contrato em que as partes são juridicamente iguais e livres para aceitá-lo ou não” (idem, p. 202).

Na concepção presente no PEP, entende-se que:

A “liberdade”, na sociedade de classes, nem se concretiza, efetivamente, na vida real dos indivíduos, nem tão pouco no sistema legal vigente, que traduz, ao contrário, a negação da liberdade, na medida em que as escolhas são relativas, individualistas, alienadas (BARROCO; TERRA, 2012, p. 122).

Nestes termos, a consolidação da liberdade,

(...) requer, necessariamente, para sua edificação, uma base material, que só pode ser posta pelo trabalho associado. Ausente este, ou a liberdade se configura sob a forma democrático-cidadã ou sob qualquer outra forma inferior a esta. Liberdade plena (que nada tem a ver com absoluta ou irrestrita) implica, para Marx, o controle – livre, consciente, coletivo e universal – dos produtores sobre o processo de produção e, a partir dele, sobre o conjunto do processo social

(TONET, 2013).

Por esta compreensão, a liberdade estaria vinculada a um “compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais” (NETTO, 1999, p.105), como forma de concretizá-la.

Quando se fala em autonomia, de acordo com Barroco e Terra (2012, p. 123) trata-se não só da “capacidade de independência que permite autodeterminação dos indivíduos” nas escolhas em relação a sua vida particular e coletiva, mas, também a uma postura profissional que deve valorizar, respeitar e considerar “as opiniões e escolhas” dos demais sujeitos em nosso trabalho.

No que se refere a emancipação, neste projeto, ela não se restringe a uma emancipação política, ainda que esta deva ser valorizada e defendida, mas aponta para a emancipação humana, como “uma forma de sociabilidade na qual os homens sejam efetivamente livres, supõe a erradicação do capital e de todas as suas categorias. Sem esta erradicação é impossível a constituição de uma autêntica comunidade humana” (TONET, 2005).

Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. A partir destas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 1999, p. 105).

Pois, apenas com a extinção da sociedade de classes e pela construção de uma sociabilidade sem nenhum tipo de exploração, os sujeitos poderão se desenvolver plenamente. Porém, nos marcos desta sociedade, necessitamos nos posicionar a favor dos direitos conquistados pelos trabalhadores, enquanto meio de fortalecimento e garantia de condições de vida para a classe trabalhadora. Colocando-nos contra posturas que não favoreçam o desenvolvimento da autonomia e/ou que estigmatizem e oprimam os indivíduos sociais.

Neste contexto, a cidadania aparece enquanto um fator que também deve ser defendido. Pois esta pode ser restringida e/ou violada na medida em que sua manutenção ou ampliação se coloque como entrave a maior expropriação dos trabalhadores. Ou seja, mesmo que esta ainda possa ser compreendida como aponta Tonet (2005), “por sua natureza essencial, ao mesmo tempo expressão e condição de reprodução da desigualdade social e, por isso, da desumanização”, pode e é restringida quando é conveniente à expansão do capital e por isso deve ser defendida.



Acrescenta-se a isto, a imbricada relação entre a cidadania e o Serviço Social, pois a profissão: “está centrada na execução das políticas sociais, em que o assistente social atua pautando direitos e contribuindo para que os sujeitos que se apresentam perante o Serviço Social como usuários dessas políticas possam acessar programas e benefícios sociais” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 125-126). Desta maneira, a profissão é uma das responsáveis pela efetivação da cidadania em nossa sociedade. Acrescentamos ainda, que compartilhamos a compreensão apresentada por Tonet (2005), quando da discussão da superação da ordem capitalista e sua total erradicação, na qual, “essa erradicação não significa, de modo algum, o aperfeiçoamento da cidadania, mas a sua mais completa superação”.

Para o alcance da cidadania, a defesa da democracia se situa, em Barroco (2010, p. 203), com base no Código de Ética dos Assistentes Sociais, enquanto um:

padrão de organização política capaz de favorecer a 'ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social', resgatando a concepção marxiana presente no pensamento socialista revolucionário.

Aqui, temos um ponto polêmico entre aqueles que vão, dentro da perspectiva marxista, fazer o debate sobre a democracia e a cidadania. Enquanto Barroco faz a defesa do desenvolvimento de uma “plena cidadania”, Tonet, afirmará que esta plenitude é irrealizável na sociedade capitalista e que, com a superação da mesma, se superaria a cidadania e não a desenvolveria em sua plenitude.

Da mesma forma o autor problematiza a questão da democracia, afirmando que:

“para Marx, democracia – aí incluindo a cidadania – é forma política. Ela é a expressão formal (igualitária) do conteúdo real (desigualitário) gerado pela relação capital-trabalho. Por isso mesmo, a democracia é, ao mesmo tempo, **“expressão da desigualdade social e condição da sua reprodução”** (TONET, 2013, grifos do autor).

Resgatando o significado de democracia desde a Grécia Antiga o autor relaciona sua existência com a exploração do homem pelo homem. Em decorrência desta relação, ele afirma que ela está vinculada a desigualdade e a existência da propriedade privada. Assim, ainda que ela possa ser “aperfeiçoada” jamais superará as contradições que são condição para sua existência.

Já para Barroco, tanto no interior desta sociedade, quanto no processo de construção de outra sociabilidade “a questão da democracia aparece sempre diretamente relacionada não só com a liquidação do sistema capitalista como, com igual ênfase, com a

transição socialista” (NETTO, apud: BARROCO, 2010, p. 203-204), o que não deixa claro se a democracia estaria presente também e apenas, no socialismo ou se permaneceria em uma sociedade sem classes.

Já nas palavras de Barroco e Terra, temos indicativos desta resposta, quando se afirma que “para que haja democracia é imprescindível que a riqueza produzida seja socializada, seja distribuída entre aqueles que participam do processo de trabalho e de produção de qualquer bem” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 127)<sup>38</sup>.

Ainda que seja necessário que nos situemos e nos posicionemos frente a este debate, algo é certo: a democracia compõe o PEP. Resta saber se vinculada aos marcos desta sociedade, à transição socialista ou ao comunismo. Em síntese, nas palavras de Netto:

(...) a dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona em favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são postas explicitamente como condição para a garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Em decorrência, o projeto se reclama radicalmente democrático – vista a democratização enquanto socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (1999, p. 105).

Quando se fala em equidade e justiça social, estas são compreendidas como elementos que devem compor o trabalho do assistente social, mas, nas palavras de Barroco e Terra (2012, p. 127), “na perspectiva de superação da ordem burguesa, na medida em que tais valores são apenas formalmente assegurados, afinal, as desigualdades não permitem sua efetivação”. Posicionamento que tanto deve direcionar os profissionais em seu cotidiano de trabalho, quanto está impresso no acúmulo realizado por grandes referências da profissão e pelos movimentos sociais nas últimas décadas.

Acúmulo este que também compõe, junto a outros elementos, a indicação de que os profissionais devem permanecer em constante aprimoramento, para que possam tanto conhecer a realidade em sua profundidade, quanto garantir respostas qualificadas as demandas apresentadas pelos usuários de seus serviços:

Do ponto de vista estritamente profissional, o projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aprimoramento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, alicerçada em

---

38 Não pretendemos aqui esgotar, nem nos aprofundar sobre este debate, nem temos condições de expor o atual “estado da arte” sobre o debate em torno do PEP. Mas, sabendo da existência desta polêmica, consideramos este um relevante objeto de estudo, uma vez que, mais que um debate axiológico, ele diz respeito a disputa entre perspectivas diversas que, habitualmente, indicam direções práticas também diversas. Assim, indicamos a consulta à Barroco (2010), Barroco e Terra (2012) e Tonet (2005 e 2013) para o aprofundamento destes elementos.

concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir o passo à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante postura investigativa (NETTO, 1999, p. 105).

A partir desta concepção de profissão, os assistentes sociais devem construir outra relação com os usuários dos serviços, rompendo os traços clientelistas e tuteladores, que foram marcas das posturas conservadoras na profissão. Devendo ter “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, incluída nesta qualidade a publicização dos recursos institucionais, instrumento indispensável para a sua democratização e universalização (...)” (NETTO, 1999, p. 105).

Agindo desta maneira, o profissional favorece o usuário, fazendo com que ele se perceba enquanto sujeito deste processo que, enquanto tal, deve apresentar suas demandas de forma clara e organizada. Percepção que pode vir a contribuir no processo de organização e luta destes, contra as opressões e explorações existentes nesta sociedade. Nesta construção, o profissional não pode estar sozinho. Devendo buscar aliados tanto no interior da profissão, entre aqueles que compartilham do mesmo projeto profissional, ou que compõe o campo profissional formado pelas diferentes correntes democráticas existentes na profissão, ou entre outros sujeitos profissionais e movimentos que defendem lutas em comum.

Isto significa a necessidade de valorização do pluralismo que, nas palavras de Barroco, é um campo composto por “todas as forças sociais que apoiam a liberdade e a democracia, o que descarta o compromisso com o autoritarismo, o fascismo, o conservadorismo, enfim, com as propostas negadoras da liberdade” (2010, p. 206). Para nós, este pluralismo pode ser pensado na chave da hegemonia, dizendo respeito a formação de alianças entre grupos diversos, no qual um desses grupos toma a direção dos demais. Nesse sentido, afirmar o pluralismo não significa assumir um ecletismo, no qual as concepções antagônicas coexistiriam em harmonia. Sua afirmação está muito mais relacionada a como a democracia compõe o PEP.

NETTO (1999) afirma que na entrada dos anos 1990, momento de consolidação da democracia no país e implementação da “ideologia neoliberal” é que o PEP ganha hegemonia. Para tanto, foi fundamental a participação política dos segmentos da categoria nos espaços decisórios próprios, o que ele chamará de “vontade política-organizativa”; e o fato dos fundamentos do projeto profissional estarem em sintonia com o movimento em curso na sociedade brasileira, o que ele chamará de uma vinculação a uma “direção social estratégica” determinada. Esta vinculação se deu junto às “forças sociais democrático-populares” (BARROCO, 2010, p, 207) que, para ambos autores, também são responsáveis pela manutenção ou perda da hegemonia deste projeto.

Projeto este que se materializa, de acordo com Braz e Barata (2009, p, 191): pela “*produção de conhecimento no interior do Serviço Social*”, que é composta pelas sistematizações do cotidiano profissional, pelas incursões teóricas que os sujeitos da profissão vêm desenvolvendo e pela postura investigativa que demonstram a vinculação a correntes de análise localizadas enquanto “tendências teórico-críticas do pensamento social” dentre as quais está o marxismo, mas não apenas.

Também dá materialidade ao PEP, a “*dimensão jurídico-política da profissão*” (idem), que para os autores congrega tanto o “aparato jurídico político estritamente profissional e um aparato jurídico político de caráter mais abrangente” (idem, p, 192). O aparato que os autores denominam por “mais abrangentes” dizem respeito ao conjunto de legislação que ampara e sustenta a atuação profissional (Constituição Federal, LOAS, etc.), nas quais a categoria representou importante papel para a construção e/ou consolidação. Aqueles que dizem respeito a profissão são compostos, centralmente pelo Código de Ética, em sua última versão (1993); lei de regulamentação da profissão (1993); diretrizes curriculares da ABEPSS (1996); somados ao conjunto de resoluções e documentos políticos construídos coletivamente pela categoria em seus espaços. O que nos leva ao último componente que dá materialidade ao PEP.

O terceiro e último componente, refere-se “*as instâncias político-organizativas da profissão*” que diz respeito aos espaços organizativos da categoria e as entidades representativas. Pelos quais “são consagrados coletivamente os traços gerais do projeto profissional, onde são reafirmados (ou não) compromissos e princípios” (BRAZ; BARATA, 2009, p, 191).

Acrescentaríamos, junto a estes elementos, a ação profissional, pois, ainda que concordemos com Braz e Barata (2009, p, 192) quando afirmam que a efetivação deste projeto se dá “para além das ações profissionais isoladas, ainda que possam envolvê-las (...)”, estas ações compõem a materialização do mesmo. Pois mesmo que este seja um projeto coletivo, que se materializa nas ações coletivas, ele também se materializa nas ações individuais. Uma vez que mesmo para efetivá-lo coletivamente é necessário que o sujeito tenha adesão a ele. Da mesma forma, no cotidiano de trabalho, o profissional faz um exercício político – realizando escolhas, fazendo enfrentamentos, criando estratégias – que viabilizam e são coerentes com este projeto.

É a partir desta compreensão do PEP, que direciona o debate profissional entre os setores mais progressistas da categoria, que pretendemos atualizar o debate teórico em torno dele. Analisando, passado mais de 20 anos da hegemonia deste projeto, qual a forma pela qual as entidades da categoria o compreendem e materializam. Já que, como visto acima, as instâncias político-organizativas são uma das formas pelas quais o PEP se efetiva.

### III. AS ENTIDADES DA CATEGORIA: CFESS/CRESS, ABEPSS E ENESSO.

*Isso de querer  
ser exatamente aquilo  
que a gente é  
ainda vai  
nos levar além.*  
Paulo Leminski

Pensar o Projeto Ético-Político (PEP) hoje e a direção que os assistentes sociais vem assumindo, passa por localizar a constituição e a atual função das entidades organizativas da categoria. É sabido que um projeto profissional, para ser hegemônico, deve ter bases de materialização e sustentação da direção que indica. Dentre tais bases estão as entidades, que são responsáveis por direcionar e articular a categoria a partir de um dado projeto de profissão.

Desta forma, ao fazermos a discussão sobre o Serviço Social e os projetos profissionais existentes ou que existiram na sua história, não podemos nos furtar da análise sobre o papel das entidades organizativas da profissão, uma vez que a organização política da categoria é uma das formas de materialização (ou não) destes projetos.

Assim, se esta afirmação é verdadeira para o conjunto do desenvolvimento da profissão, é ainda mais no que diz respeito ao desenvolvimento e consolidação do Projeto Ético-Político, uma vez que, nos últimos vinte anos a hegemonia de tal projeto tem sido mantida, principalmente, pelo posicionamento e construção destas entidades. Desta forma, trataremos neste capítulo das três entidades da categoria e do movimento estudantil, que hoje direcionam e fortalecem tanto a profissão, quanto seu projeto profissional.

Vale lembrar aqui que, conforme indicado no capítulo I (p. 31), foi de grande importância a inserção histórica dos assistentes sociais no movimento sindical, para a constituição do PEP. Porém, apesar da relevância de tal inserção, não trataremos das organizações sindicais da categoria por entendermos que esta organização atualmente não tem impactos nos rumos que a profissão vem tomando historicamente. Ainda que saibamos que é de fundamental relevância para a compreensão do atual momento da profissão, o entendimento da forma com a qual seus agentes compreendem e se inserem no movimento sindical, também sabemos que tal organização é hoje uma questão em aberto para a profissão, o que a torna um terreno demasiadamente arenoso para trilharmos neste estudo, não sendo objeto de nossa pesquisa<sup>39</sup>.

<sup>39</sup> É relevante destacar que hoje a categoria registra níveis de sindicalização abaixo da média dos trabalhadores nacionalmente (de acordo com pesquisa CFESS, 2006), e que antigas divergências sobre este assunto têm ressurgido em seu interior, o que culminou com a organização do “Seminário Nacional de Serviço Social e Organização Sindical” pelo CFESS e CRESS-RJ, em 2012, evento no

As três entidades (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO) participam concomitantemente de, praticamente, todos os espaços políticos e formativos, desde a entrada do estudante no curso até a sua atuação profissional. A ABEPSS direcionando a formação (não só na graduação, mas também na pós-graduação) junto aos docentes, estudantes e unidades de ensino, a ENESSO junto aos estudantes como espaço de atuação política, e o Conjunto CFESS/CRESS como espaço regulador, fiscalizador e de defesa da categoria em todos seus níveis.

Estas entidades têm sido, desde os anos 1980, os principais agentes de construção e consolidação do PEP. Desta forma, entendemos que a compreensão que as mesmas apresentam sobre o projeto, determinam a forma com a qual elas buscam materializá-lo, atividade que, por sua vez, contribui com a forma pela qual o PEP é construído na categoria profissional.

Neste sentido, buscaremos problematizar a importância da organização política da categoria, apresentando o conjunto CFESS/CRESS - Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), realizando um breve resgate histórico destas entidades, aprofundando a discussão sobre a relevância das mesmas na organização política da profissão na sua relação com a questão do PEP.

### **III.1 – O Conjunto CFESS/CRESS**

O **conjunto CFESS/CRESS** é estruturado pela existência de uma entidade nacional, o Conselho Federal e 25 entidades regionais, os Conselhos Regionais, e duas seccionais de base estadual que estão distribuídos no território nacional. Tendo por função a efetivação da política elaborada pelo conjunto e a busca de uma maior proximidade com a categoria, atualmente o conselho também se organiza via comissões de trabalho, de forma a alcançar um melhor desenvolvimento e alcance de suas diretrizes.

Para compreendermos o seu papel político, necessitamos resgatar o significado dos conselhos profissionais em geral. Estes devem ser considerados, de acordo com Braz (2007, p. 61), enquanto “sujeitos coletivos, dotados de legitimidade social, que atuam sobre uma dada coletividade e que em nome dela pretendem agir em sintonia (ou em conflito) com a sociedade”.

O surgimento dos conselhos está vinculado a um dado momento de desenvolvimento do capitalismo mundial, em que se fez necessário uma maior incidência sobre as profissões, a fim de controlá-las. No Brasil, este processo se instituiu a partir da

---

qual pode-se atualizar e perceber a intensidade do debate.

década de 1930, na qual são criadas as legislações trabalhistas, no governo de Vargas, e junto a elas os conselhos profissionais, ações que, para Braz (2007), representam “uma resposta política à própria 'questão social'” (idem). Tais conselhos são oficializados a partir de sua regulamentação pelo Estado, tendo por papel fundamental fiscalizar e disciplinar o exercício profissional, através de uma estrutura controladora e burocrática.

Ocorre que, para visualizarmos as possibilidades deste instrumento, necessitamos compreendê-lo enquanto um espaço de contradição. Compreensão sem a qual inclusive, seria impossível situar o atual papel do conjunto CFESS/CRESS para a profissão:

Ainda que os conselhos profissionais tenham suas origens localizadas numa tentativa do Estado de assumir o controle da sociedade, buscando regular (eu diria, buscando neutralizar) seus conflitos e antagonismos – especialmente no que se refere às relações de trabalho que àquela altura se expandiam –, a natureza pela qual foram instituídos os conselhos – como autarquias, dotadas de relativa autonomia, através das quais o Estado passaria a exercer (de modo indireto) sobre as profissões e sobre os trabalhadores um certo controle social –, isto nos permite dizer que os conselhos são expressões das contradições sociais do mundo capitalista que, como tais, foram (e são) passíveis de direcionamentos sócio-políticos distintos dos interesses do capital (BRAZ, 2007, p. 61).

Assim, uma vez que estes são direcionados pelos próprios trabalhadores, eles podem ser utilizados em um sentido diverso do qual foi criado, ainda que não possam objetivamente ir em uma direção oposta a da sua criação, pelo fato de necessitarem responder as suas atribuições precípuas que são orientadas e instituídas pelo Estado. Esta possibilidade, de ser utilizado em uma outra direção, não foi efetivada quando do surgimento do então denominado Conselho Federal dos Assistentes Sociais (CFAS), no ano de 1962, momento no qual este cumpria fielmente o papel atribuído pelo Estado.

Nesta época, como tratamos no capítulo I, a profissão era direcionada por um projeto profissional conservador, o Projeto Tradicional, ainda que outras perspectivas já se delineassem no interior da mesma. A apropriação da influência norte americana, marcada pelo tecnicismo e cientificismo, ia de encontro ao papel que era atribuído aos conselhos profissionais.

Ainda que pontuadas as limitações postas ao conselho neste período, é importante resgatar que é pela ação dele, ainda sob o julgo do Estado, que importantes instrumentos para a profissão são gestados. Em 1966, no I Encontro Nacional CFAS-CRAS, foi discutido a necessidade de revisão da normatização da profissão, de modo a explicitar suas atribuições; em 1971, no IV Encontro Nacional, se construiu o primeiro anteprojeto para uma nova legislação profissional.

O próprio conjunto CFESS/CRESS (CFESS, 1996) compreende que estes

momentos foram de fundamental importância para a aprovação da lei 8662/1993 que regulamenta a profissão que só ocorreu mais de duas décadas após a criação de seu primeiro anteprojeto, que consolida o reconhecimento da profissão no que tange os seus requisitos e finalidades.

Ocorre que, este conselho, sofreu os rebatimentos do Movimento de Renovação vivenciado pela profissão no período da ditadura militar, em especial, a partir dos anos 1970. A partir do qual, os sujeitos profissionais, pela sua inserção no movimento sindical, adotam uma perspectiva crítica divergente da até então impulsionada pelo conjunto e, ocupando/disputando seus espaços rompem com o perfil burocrático, conservador e corporativo, que imprimia uma fiscalização meramente “policialesca e punitiva” (RAMOS, 2006, p. 173).

Neste sentido, o conjunto CFESS/CRESS supera o caráter meramente fiscalizador e, ainda exercendo-o (pois faz parte de sua razão de existir legalmente, não podendo ir contra isso), vai além dele, “potencializando a sua inserção e intervenção junto aos profissionais, ao investir na sua qualificação teórico-política” (CFESS, 1996, p. 173), construindo relações democráticas entre os conselhos federal e regionais e destes com a base da categoria. Além disso, constrói alianças políticas com os movimentos sociais e com as demais entidades da profissão. Marca desta nova postura foi a virada que ocorreu no III CBAS<sup>40</sup>, sobre a qual nos referimos no capítulo I.

Segundo Ramos (2006), nos anos 1980 o CFESS passa a desenvolver frentes de ação na busca de construção de uma “práxis política”, tendo por debates prioritários a questão da ética e das políticas sociais. A partir desta nova direção dada ao conselho, este protagoniza a revisão do Código de Ética, em 1986, no qual explicita o compromisso da categoria com a classe trabalhadora, apenas para citar um único e expressivo exemplo de revisão de seus instrumentos normativos.

Neste mesmo período, o conselho passa a atuar junto aos fóruns de discussão e deliberação de políticas públicas, estando junto aos movimentos sociais e outras entidades de categorias profissionais, lutando pela regulamentação dos direitos sociais conquistados na constituição de 1988, cumprindo um “papel de artífice e co-participante no debate e definição das políticas sociais, na perspectiva dos trabalhadores” (CFESS, 1996, p. 177).

Já nos anos 1990, submerso na conjuntura de perda dos direitos conquistados, deterioração das condições de vida da classe trabalhadora e sua desmobilização enquanto classe, o conjunto retoma a discussão da ética, que resulta em uma nova revisão do código, em 1993, tendo rebatimentos na produção e reflexão da categoria sobre o tema:

---

40 Contexto no qual “iniciou-se um processo de politização das entidades da categoria, repercutindo, inclusive, na esfera dos conselhos de fiscalização da profissão” (CFESS, 1996, p. 174).



Esse debate coletivo foi decisivo para ampliar as discussões e produções teóricas nesse campo. A aprovação do novo código de ética foi também um dos ícones da construção do projeto ético-político profissional, tendo sistematizado os princípios que esse projeto defende. Esse momento de discussão repercutiu também no âmbito da formação profissional, gerando variados debates em torno da ética na nova proposta curricular, aprovada em 1996 (RAMOS, 2006, p. 174).

Além do código, também foi revista, no mesmo ano, a lei de regulamentação da profissão, o que ocorreu com muitas dificuldades frente ao legislativo, resultando na aprovação da lei, porém, com alterações. A alteração destes instrumentos desencadeou uma série de mudanças no conjunto CFESS/CRESS, para que este estivesse em consonância com as indicações previstas.

Desde a formulação dos instrumentos legais da profissão, o papel do conselho tem sido, prioritariamente, o de divulgação e materialização da perspectiva de profissão apresentada nestes instrumentos<sup>41</sup>. Para tanto o conjunto se organiza em uma estrutura colegiada, trabalhando por comissões, com vistas a potencializar e dar visibilidade à suas ações. Neste sentido, busca apresentar em seus demais instrumentos normativos: Estatuto do Conjunto, os Regimentos Internos, Código Processual de Ética, Código Eleitoral, e diversas resoluções do CFESS que disciplinam aspectos da profissão e em suas ações, em coerência com os princípios que a profissão defende.

Neste sentido, o conjunto compreende o seu papel, enquanto um instrumento de caráter político, formativo e normativo, elementos que são construídos de forma democrática com os sujeitos da categoria em seus encontros nacionais e descentralizados, além de outros espaços que as entidades constroem. Como afirma Braz, “os conselhos constituem, a partir e para além de suas funções precípuas, espaços concretos de disputas (e de afirmação) de projetos societários” (idem, ibidem).

Assim, os conselhos da profissão, ao realizarem a defesa da profissão e não (só) do profissional, direcionam a categoria de maneira alinhada ao projeto profissional hegemônico. Pelas suas ações formativas (promoção de seminários, encontros, debates, campanhas) e normativas (resoluções, códigos) eles vêm dando direção política a categoria dos Assistentes Sociais, no sentido de materializar e consolidar o PEP. Este papel político do conselho não se efetiva de maneira isolada, ele se dá em articulação com as demais entidades da categoria.

### **III.2 – A ABEPSS**

A **ABEPSS**, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, é uma

---

41 Uma importante ação do conjunto, neste sentido, foi a construção do Projeto Ética em Movimento, projeto que será retomado no próximo capítulo.

entidade privada, sem fins lucrativos, que visa construir/consolidar uma política de formação profissional e coordená-la nacionalmente. Sua estrutura é organizada pela existência de uma direção nacional e seis diretorias divididas regionalmente pelo país.

Ela é a responsável pela consolidação de uma dada concepção de formação profissional, construindo espaços de reflexão sobre essa formação, direcionando a construção dos currículos nas instituições de ensino (no âmbito graduação e da pós-graduação), assim como, regulamentando e avaliando tais currículos, junto às agências estatais. Ela também promove eventos acadêmico-científicos, grupos de trabalho, cursos, e outras atividades, visando aprofundar e qualificar os debates na área.

Tem seu marco de fundação na Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), que foi criada no ano de 1946, antes da criação do próprio conselho, dez anos após a abertura da primeira escola de Serviço Social no país, sendo, desde então a entidade coordenadora da formação profissional. Em 1979, a entidade assume o papel de coordenadora e articuladora de um projeto de formação profissional para as diversas entidades de ensino, passando a denominar-se Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, mantendo a mesma sigla (ABESS).

As inquietações com o perfil profissional que a sociedade demandava à época levaram as escolas então existentes, pioneiras no ensino de Serviço Social no país, a instituírem a ABESS, com o objetivo precípuo de impulsionar avanços nos processos da formação profissional. Assim, os primeiros passos da Entidade orientam-se para a regulamentação desse ensino em nível universitário, desencadeando intensa mobilização pelo estabelecimento de um padrão mínimo comum a todas as unidades formadoras. Em seu primeiro estatuto estão definidos critérios para o funcionamento das escolas e ingresso nos cursos; são indicados conteúdos específicos de Serviço Social no currículo e a exigência dos estágios para o ensino/aprendizado da prática profissional (KOIKE, apud: RAMOS, 2005, p.90).

É neste período que a entidade constrói o currículo mínimo para os cursos de Serviço Social, em 1982, processo ocorrido junto às alterações que, assim como o conjunto CFESS/CRESS, a entidade sofreu nesta década, fruto do processo de renovação da profissão. Para RAMOS (2006, p. 91), “essa nova proposta representa, juntamente com o código de ética de 1986, expressões concretas do processo de renovação profissional construídos na década de 1980”.

Ainda na década de 1980, impulsionada pela abertura dos cursos de pós-graduação na área, a entidade cria o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), que juntos, foram responsáveis pela formação e pesquisa na área. Sendo a primeira entidade na categoria que buscou articular as produções existentes,

em um contexto de abertura das pós-graduações, objetivando consolidar o Serviço Social enquanto uma área de pesquisa.

Em 1993, a partir dos fóruns criados pela entidade, percebe-se a necessidade de revisão do currículo existente, resultando na criação das Diretrizes Curriculares em 1996, que simbolizou a consolidação da direção hegemônica que conduz a categoria na esfera acadêmico-profissional e que até hoje norteiam a formação profissional<sup>42</sup>. Assim, “a proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social foi um produto coletivo, construído pelos(as) assistentes sociais brasileiros, a partir de 1993, ano no qual a XXVIII Convenção Nacional da ABESS deliberou os encaminhamentos da revisão do currículo mínimo vigente desde 1982” (RAMOS, 2005, p. 92). Este processo se deu com o apoio e participação ativa das demais entidades da categoria (conjunto CFESS/CRESS e ENESSO).

Desde a criação das diretrizes, se coloca como desafio para a entidade a implementação destas nas unidades de ensino. Assim, concomitante ao acompanhamento dos processos de implementação, a entidade passou a construir propostas de formação continuada para os docentes da área, para que estes incorporassem e multiplicassem a perspectiva de tal documento, além do desenvolvimento de instrumentos de avaliação desta nova proposta.

Desde 1998, a ABESS e o CEDEPSS passaram a constituir uma única entidade, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A alteração não é mera formalidade, pois parte da compreensão de que o ensino, a pesquisa e a extensão são indissociáveis, devendo estar presentes na graduação, na pós-graduação, e na articulação entre elas, além da defesa da pesquisa enquanto transversal no trabalho profissional, não devendo ficar restrita a esfera da academia.

A ABEPSS direciona o processo de construção da formação profissional, com a participação de todos os sujeitos da profissão, tendo entre os sujeitos que compõem suas direções, inclusive estudantes da área. Promovendo e fortalecendo debates sobre a formação, nas unidades de ensino, regiões e nacionalmente, tendo por maior tarefa a consolidação das diretrizes curriculares nas unidades de ensino.

Enquanto principais ações, a entidade promove: Encontros Nacionais de Pesquisadores de Serviço Social – ENPESS; Convenções Nacionais, hoje Assembleias Gerais da ABEPSS; Oficinas Regionais e Nacional de Graduação e Seminários de Pós-Graduação, Grupos de Trabalho (GT's) como espaços intermediários de capacitação e

---

42 As Diretrizes Curriculares surgem como alteração ao currículo mínimo, visando dar maior flexibilidade ao processo de formação, para que este pudesse contemplar as novas necessidades da formação profissional, assim “o Serviço Social foi o único curso que já havia construído nacionalmente sua proposta curricular quando o MEC as exigiu, após a aprovação da LDB no final de 1996” (RAMOS, 2005, p. 93). A Lei das Diretrizes e Bases, fixada pelo MEC, institui a extinção dos currículos mínimo e aponta a necessidade de construção de diretrizes.

realização do debate político-acadêmico; Projeto ABEPSS Itinerante. Além de buscar articulação internacional, especialmente com a América Latina, pela ALAEITS.

É através destas ações, que a ABEPSS se construiu e se consolidou enquanto entidade que cumpre um papel fundamental não só na construção de um projeto de formação, mas também, enquanto responsável pela construção de um perfil profissional que esteja em consonância com o projeto defendido pela profissão. Assim, esta entidade se coloca enquanto uma das instâncias responsáveis pela disseminação e consolidação do PEP, no seio da categoria em seus processos de formação e construção do conhecimento.

### III.3 – A ENESSO

Soma-se a estas entidades, a **ENESSO**, que também é um importante sujeito profissional, com o qual as demais entidades interagem e constroem uma dada perspectiva profissional. Ela se estrutura pela existência da Executiva Nacional e suas respectivas regionais, que são divididas em sete regiões distribuídas pelo país.

Para que possamos compreendê-la, se faz necessário localizá-la, enquanto parte constitutiva do movimento estudantil geral (ME). Em poucas palavras, consideramos o ME, enquanto um movimento social, poli classista, ou seja, um movimento que aglutina em seu interior sujeitos que advém de classes sociais distintas. Ele é estruturado a partir do conjunto de organizações políticas criadas pelos estudantes. Surge com o intuito de participar como protagonista das disputas e conflitos existentes na sociedade, principalmente no que se refere às questões estudantis, mas nunca se limitando a elas.

Tem por uma de suas principais características, que o diferencia das demais entidades, ser um movimento transitório e descontínuo. Ou seja, a participação dos estudantes em seus espaços se dá em um período de tempo determinado pela permanência na graduação, caracterizando seu caráter transitório. Sendo decorrente desta, outra característica do ME é que o mesmo, historicamente apresenta grandes dificuldades de construir um legado de suas experiências, o que resulta, por sua vez, em seu caráter descontínuo.

A ENESSO se constitui como um dos espaços do ME, enquanto uma executiva de curso, sendo a entidade máxima de representação dos estudantes de Serviço Social no Brasil. As executivas de curso surgem no contexto em que a União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade geral dos estudantes brasileiros que historicamente travou grandes lutas ao lado dos trabalhadores, tornou-se uma estrutura burocrática e governista.

Mediante o retrocesso das lutas estudantis, uma alternativa que se abre aos setores mais combativos e aos estudantes de base foi o fortalecimento do movimento de área como as executivas e federações de curso, por serem entidades que estão próximas aos estudantes cujo papel, além do engajar-se no movimento mais amplo da sociedade, é de discutir as áreas de interesses profissionais dos estudantes (questões acerca da organização curricular, o papel social e profissional entre outras), sendo estratégico para aglutinação do movimento. No caso do Serviço Social a executiva de curso é a ENESSO, que congrega esses estudantes nacionalmente (SANTOS, 2007, p. 108).

Cabe aos estudantes que participam da entidade a responsabilidade de articular o conjunto dos estudantes para além das suas Universidades; pautando discussões sobre a formação profissional, representando o posicionamento destes em encontros, congressos, debates, etc; organizando lutas junto às demais entidades da categoria e dos movimentos sociais e sindicais na direção apontada pelo movimento em suas instâncias organizativas e deliberações feitas democraticamente.

Ela tem por base de sustentação o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), que é composto pelo conjunto das organizações dos estudantes<sup>43</sup> que discutem e atuam no movimento estudantil de área do Serviço Social, ou seja, ela expressa o grau de organização dos estudantes da área. Desta forma, ela é a entidade “síntese” do MESS, cristalizando o nível de organização e amadurecimento dos estudantes de Serviço Social.

A organização dos estudantes de Serviço Social, data de um período anterior ao regime ditatorial no Brasil, e como boa parte da história do ME, o acúmulo da entidade anterior a este período foi perdido, pelo impacto deste regime<sup>44</sup>. Desta forma, o marco de seu processo de reorganização foi o então denominado I Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social, que ocorreu em 1978 na cidade de Londrina (I ENESS), espaço que marca o processo de rearticulação dos estudantes de Serviço Social, que acontece em sintonia com o mesmo processo no ME geral.

A partir deste momento, os estudantes passam a discutir a necessidade de construção de uma entidade que aglutinasse a luta de todos os estudantes da área. Proposta que se materializa no ano de 1988, pela criação da Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da União Nacional dos Estudantes (SESSUNE), criação que se deu não

---

43 Entende-se por entidades estudantis os Centros Acadêmicos (CA's), Diretórios Acadêmicos (DA's), Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE's), coletivos e outros organismos institucionais ou não.

44 Os registros mais antigos desta organização datam de 1953, de acordo com a pesquisa realizada por Santos (2007), em seu trabalho de conclusão de curso, intitulado “A Participação Política dos Estudantes de Serviço Social na Defesa e na Consolidação da Direção Social da Formação: A Práxis Política dos Estudantes e a Relação com a Formação Profissional”.

sem polêmicas e tensionamentos<sup>45</sup>.

Já em 1993, fruto do entendimento construído no ENESS de São Leopoldo de que havia um grande distanciamento entre UNE e as executivas de curso, os estudantes de Serviço Social decidem pela criação da ENESSO, entidade autônoma em relação à UNE.

As principais contribuições desta entidade no desenvolvimento da profissão são: a sua participação no processo de renovação da profissão, tendo contribuído, ainda não na condição de entidade, a virada que a profissão vivenciou; sua participação nos debates e acúmulos necessários a reformulação do Código de Ética da 1993; e sua contribuição na construção e defesa das diretrizes curriculares da ABEPSS, entidade na qual os estudantes têm representação, sem necessariamente terem vinculação com a ENESSO.

A participação política no período da graduação tem contribuído na construção de um perfil profissional crítico, criativo e acima de tudo, comprometido com as demandas da classe trabalhadora como defende nossa profissão. Além de contribuir para que este futuro profissional esteja afinado com as discussões e lutas encampados pela categoria, tendo sido espaço de formação de quadros para as entidades da profissão. Para Braz e Matos (2008, p. 181): “Essa é uma das grandes contribuições do Movimento Estudantil em Serviço Social: a formação de profissionais de Serviço Social, críticos e militantes, que vêm renovando os quadros teóricos e político-profissionais que compõem o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro”.

Em síntese, a ENESSO cumpre um importante papel na trajetória do estudante por dois motivos: 1. Porque é um espaço de formação, no qual aprendemos pelo contato com outras experiências de formação e pela possibilidade de construir espaços formativos para aprofundar conhecimentos apreendidos na Universidade e até mesmo buscar sanar lacunas que cada vez mais se abrem neste contexto de rebaixamento da qualidade do ensino; 2. Porque é um espaço rico para experimentarmos práticas (momento de práxis) que fortaleçam e materializem, ainda que incipientemente, o projeto profissional do Serviço Social. Assim,

Podemos considerar que a participação política dos estudantes é uma forma de práxis privilegiada para afirmação da direção sociopolítica que norteia o PEP. Ou seja, a organização coletiva dos estudantes no movimento estudantil, enquanto práxis política possibilita, dentro das condições objetivas, imprimir um fazer político capaz de oferecer certo grau de materialização dos valores e princípios postulados no PEP (SANTOS, 2007, p. 166).

---

45 Quando da consolidação da entidade nacionalmente, houve polarização do debate, pela existência de grupos no interior do movimento que entendiam que a criação de uma entidade viria a burocratizar e hierarquizar a organização dos estudantes.

Assim, a ENESSO vem contribuindo para a manutenção da atual direção da profissão, na medida em que põe em pauta a direção social da formação profissional, a necessidade de organização dos estudantes, lutando e convocando o conjunto dos estudantes para a luta contra a precarização da formação e do ensino e se articulando com as demais entidades da categoria, na direção de defesa da concepção de profissão construída ao longo das últimas três décadas.

Entendido as entidades, vejamos como o processo de pesquisa se deu com estas.

#### IV. A DIREÇÃO DAS ENTIDADES E O(S) PROJETO(S) ÉTICO-POLÍTICO(S).

*Um galo sozinho não tece uma manhã:  
ele precisará sempre de outros galos.  
De um que apanhe esse grito que ele  
e o lance a outro; de um outro galo  
que apanhe o grito que um galo antes  
e o lance a outro; e de outros galos  
que com muitos outros galos se cruzem  
os fios de sol de seus gritos de galo,  
para que a manhã, desde uma teia tênue,  
se vá tecendo, entre todos os galos.*

João Cabral de Melo Neto

Partimos da compreensão de que as “*instâncias político-organizativas*” da categoria consistem em importantes componentes de materialização dos projetos profissionais (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p.191). As análises realizadas durante este estudo, sobre o percurso referente à existência de diversos projetos no interior da profissão sendo que estes se consolidaram enquanto hegemônicos em momentos distintos, dando ênfase ao Projeto Ético-Político que detém tal hegemonia desde os anos 1990, confirmaram tal premissa.

Enquanto formas de organização da categoria, encontram-se, entre outras, o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO. Entidades que, historicamente, foram responsáveis pela consolidação e manutenção de tais projetos e que ganharam um lugar especial ao se tratar do PEP, uma vez que “é por meio dos fóruns consultivos e deliberativos dessas entidades que são consagrados coletivamente os traços gerais do projeto profissional, onde são reafirmados (ou não) compromissos e princípios” (idem).

Assim, com o intuito de nos situarmos no que tange ao conteúdo do projeto profissional do Serviço Social na atualidade, é mister compreender como as entidades da categoria e do movimento estudantil concebem e vivenciam tal projeto. Para tanto, buscamos, a partir do olhar e vivência de seus sujeitos, captar a direção que estas entidades vêm dando à profissão.

Neste capítulo, vamos expor nossas referências metodológicas, a forma como a pesquisa se desenvolveu e os resultados a que chegamos, tanto no que tange o perfil das atuais direções da categoria, quanto a forma com que estas compreendem e materializam o PEP. Resultados estes que nos levam à novas inquietações e indagações que pretendemos, ao final deste trabalho, situar.



#### IV. I – A metodologia

Esta pesquisa parte de uma abordagem qualitativa. Nela, buscamos mapear o perfil das direções das entidades e compreender a forma pela qual estas apreendem o Projeto Ético-Político da profissão. Para tanto, trabalhamos com fontes primárias e secundárias. As fontes primárias, que dizem respeito àquelas reunidas diretamente por nós, foram coletadas pela realização de entrevistas semi-estruturadas e pela aplicação de questionários. Já as fontes secundárias, que dizem respeito a dados existentes, foram captadas no estudo do CFESS: “Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional” (2005)<sup>46</sup>.

As entrevistas (roteiros em anexo) foram realizadas com as direções nacionais das entidades, somando três, tendo um roteiro composto por perguntas abertas e fechadas. Após sua aplicação, as transcrevemos e enviamos aos sujeitos entrevistados para que estes tivessem acesso ao produto das mesmas, seguindo os procedimentos éticos desejáveis no desenvolvimento de uma pesquisa.

Já os questionários (também em anexo) foram enviados às representações das entidades, em nível regional, para que algum membro (escolhido pela própria gestão) respondesse e nos enviasse. Em relação a ABEPSS e a ENESSO, trabalhamos com a totalidade das regiões, ou seja, seis regiões da ABEPSS e sete da ENESSO. Já em relação aos CRESS, trabalhamos com uma amostragem, pelo número de suas regiões ser muito superior ao das demais entidades (25 regiões), o que resultaria em uma disparidade na divisão dos sujeitos.

O tipo desta amostragem foi a estratificada. Esta que se dá por dois momentos: o primeiro, diz respeito a divisão da totalidade a ser abordada em “subgrupos ou estratos” (MARSIGLIA, 2001, p, 25), o que, em nosso caso, se deu pela divisão dos CRESS pelo mesmo agrupamento regional da ABEPSS, compondo seis regiões; o segundo, que diz respeito ao “sorteio de um certo número de pessoas em cada estrato para compor a amostra final...” (idem), o que, em nossa pesquisa, se deu pelo sorteio de um CRESS dentro de cada região, somando seis CRESS<sup>47</sup>. Assim, foram enviados para as três entidades dezenove questionários, dentre os quais doze retornaram. Desses, três foram do conjunto CFESS/CRESS, quatro da ENESSO e cinco da ABEPSS.

---

46 Esta pesquisa foi realizada no ano de 2004 fruto de um convênio entre o CFESS e a Universidade Federal de Alagoas e publicada em 2005. Pelas alterações ocorridas desde sua realização, tanto na formação profissional, pela abertura de novas instituições de ensino (públicas, privadas, presenciais e a distância) que ofertam o curso de Serviço Social, quanto nas condições de trabalho, mercado de trabalho, número de profissionais formados, podem ter havido alterações também neste perfil, porém, ainda não foram realizados novos estudos, portanto, dialogaremos com esta publicação.

47 Foi necessário que realizássemos um segundo sorteio, pois obtivemos o retorno de apenas um CRESS na primeira seleção.

Somando as entrevistas e os questionários, tivemos um total de quinze sujeitos que participaram de nossa pesquisa. Quantidade esta que, de modo geral, também se constitui em uma amostragem, já que as gestões das entidades são colegiadas, congregando um grande número de participantes. Para apresentar os resultados de nossa pesquisa, por ser um número pequeno de sujeitos, utilizaremos os números absolutos. Já para dialogar com os dados da pesquisa do CFESS, utilizaremos percentual.

Tanto o roteiro das entrevistas quanto os questionários foram estruturados a partir de três eixos: “Identificação Pessoal”, “Identificação profissional” e “Compreensão sobre o PEP”. Porém, ainda que estes tenham sido construídos sobre a mesma estrutura e finalidade, pela existência de diferenças nas inserções dos profissionais e estudantes, criamos algumas questões distintas para as direções do conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS e para a ENESSO.

A análise da compreensão encontrada foi feita a partir da categorização das respostas, tendo como pressuposto as referências construídas sobre o Projeto Ético-Político, sistematizadas no capítulo II deste trabalho, no qual analisamos o projeto a partir de três dimensões: valorativa, política e teórica. Compreendemos que o processo de “*categorização*” é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos” (FRANCO, 2003, p. 51). Por meio da criação de categorias, buscamos agrupar as respostas de acordo com as semelhanças e diferenças de compreensão que apresentam, para que então pudéssemos fazer a interpretação destes conteúdos.

Por fim, analisamos a vivência/materialização da concepção defendida por estes sujeitos a partir das ações desenvolvidas por estas gestões, explicitadas pelas mesmas em suas respostas e com base em levantamento por nós realizado, sobre as ações desenvolvidas, com o qual dialogaremos.

Desta forma, nossas categorias foram construídas a partir de dois eixos: A) compreensão e; B) vivência/materialização.

#### **IV. II – O perfil das direções das entidades da categoria**

Para entender qual a compreensão que as entidades da categoria e do movimento estudantil de Serviço Social têm sobre o PEP, faz-se necessário conhecermos um pouco dos sujeitos que compõem tais direções, por dois motivos: 1) porque entender a posição das entidades sobre algo, passa pelo entendimento de quem são estes sujeitos, uma vez que a compreensão de uma entidade não é algo abstrato, sendo formada por aqueles que

estão em suas direções e; 2) para que possamos perceber o quanto há correspondência entre o perfil das direções da categoria e a própria categoria, entendendo que a existência de semelhanças ou diferenças têm implicações na forma de ver e viver a profissão. Assim consideramos fundamental nos aproximarmos do perfil destes, que apresentaremos a seguir.

Na realização de nossas entrevistas e questionários, indagamos os sujeitos de nossa pesquisa sobre algumas características gerais que conformam sua identificação pessoal, sendo estas: seu sexo, orientação sexual, idade, pertença étnico-racial, situação conjugal e religião. Sendo eles assistentes sociais, e futuros assistentes sociais, consideramos relevante relacionar este perfil com o geral da categoria. Portanto a análise que se seguirá terá por base esta relação: compreender o perfil deste sujeito, na condição de direção política da categoria, em sua relação com o perfil geral da categoria (com base na pesquisa do CFESS mencionada no item anterior).

Dos quinze sujeitos que participaram de nossa pesquisa, apenas um era homem. Este dado aponta que, de acordo com nossa amostragem, há uma correspondência entre o percentual de mulheres na categoria e nas direções dela. Na pesquisa realizada pelo CFESS (2005) as mulheres compõem 97% do universo da categoria. Em nosso estudo, o número total de mulheres corresponde a 93%. Assim, tanto as direções quanto “a categoria das(os) assistentes sociais, ainda é predominantemente feminina” (CFESS, 2005, p. 18). Entre nossos sujeitos, doze se declararam heterossexuais, dois bissexuais e um homossexual.

A idade deles varia entre vinte e cinquenta e nove anos. Sendo que, todos com idade entre vinte e vinte e quatro anos estão na direção da ENESSO (dos cinco estudantes entrevistados, três estão neste intervalo). Há, de modo geral, um equilíbrio em relação as faixas etárias, de forma que nos intervalos criados (20-24; 25-34; 35-44; 45-59 anos), segue-se uma concentração média de 26% dos sujeitos em cada. Assim, todos os profissionais que estão no conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS têm acima de 25 anos, estando dentro da variação de 25 a 59 anos, na qual três têm de 25-34, três de 35-44 e quatro de 45-59.

Relacionando a idade das direções do conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS com o da base da categoria, vimos que 30% das direções estão no intervalo de 25-34 anos, percentual que é igual ao da categoria nesta mesma faixa. Já os que têm entre 35 e 44 anos, em nossa pesquisa soma-se 30%, o que difere da categoria, na qual 38% está nesta faixa etária. Os que têm idade no intervalo de 45-59, em nossa pesquisa somam 40%, já na categoria somam 25%. Assim, podemos observar que há uma correspondência entre aqueles que têm entre 25 e 34 anos e uma inversão em relação as demais faixas de idade.

Onde, na categoria, a maior concentração está entre os que se encontram na faixa de 35-44 anos – 38%, já entre as direções das entidades, a concentração está entre os que têm 45-59 anos, 40%.

Em relação à pertença étnico-racial, a maioria dos nossos sujeitos se identificam como brancos – sete. Seguido daqueles que se identificam como negros e negro/indígena que somadas são quatro. As demais respostas foram: afrodescendente, mestiço e pardo, sendo que um não respondeu. Identidade também correspondente àquela encontrada na pesquisa do CFESS, uma vez que, tanto em nossa pesquisa (47%), quanto na do CFESS (72%), a maioria dos sujeitos se declaram brancos. Embora, aqui haja uma maior declaração daqueles que não se consideram brancos.

Sobre a situação conjugal, cinco vivem em união consensual, cinco são solteiros, três são divorciados e apenas dois se declaram casados. Se compararmos entre os que estão em uma relação fixa, somando sete (união consensual e casados) e os que não estão, somando oito (solteiros e divorciados), há um equilíbrio, também encontrado no perfil geral dos assistentes sociais, ficando em torno de 50%.

Já em relação à religião, as direções da entidade têm posicionamento diverso ao da categoria. Oito se declararam sem religião, quatro católicos, seguidos de espírita kardecista, budista e candomblé – um sujeito pertencente a cada uma destas religiões. Assim, enquanto a categoria profissional é majoritariamente católica, congregando 67% dos profissionais, suas direções são majoritariamente sem religião, somando 54%.

A partir dos dados coletados podemos afirmar que, de modo geral, **o perfil pessoal dos sujeitos que ocupam a direção das entidades atualmente é composto por mulheres, heterossexuais, com idades entre 20 e 59 anos, majoritariamente brancas, divididas entre solteiras ou vivendo em união consensual, sem religião. O que nos remete a um perfil, como vimos, muito próximo do restante da categoria, tendo uma expressiva diferença apenas no que tange a religião.**

Nossos sujeitos também foram indagados sobre sua inserção profissional e participação nas entidades organizativas. Sobre estes aspectos, consideramos alguns elementos distintos entre os estudantes e profissionais. Aos estudantes questionamos sobre: se possui algum vínculo empregatício, onde, em qual função, em que ano entrou no curso de Serviço Social, qual a duração do curso, a natureza da instituição em que estuda, renda individual e familiar.

Sobre a existência de vínculo empregatício, todos os cinco estudantes declararam não ter. Porém, um afirmou atuar em um projeto comunitário, como educador popular. Cruzando ambas informações no que diz respeito ao questionário deste sujeito, podemos

inferir que, ou esta atividade se enquadra na condição de voluntariado, ou enquanto trabalho informal. A partir destes dados, podemos afirmar ainda, que as direções da ENESSO estão sendo ocupadas por estudantes que não têm trabalho fixo, ou não trabalham.

A maior parte destes estudantes está no terceiro ano da graduação, sendo que apenas um está no quarto ano e outro no sétimo ano. Sobre a duração do curso, quatro responderam ser de quatro anos e um respondeu ser de cinco anos (o sujeito que esta cursando o sétimo ano). Três estudam em instituição pública e dois em instituição privada.

No tocante a renda, todos afirmaram ter renda individual entre zero e três salários mínimos<sup>48</sup>. Já a renda familiar destes sujeitos é de no máximo seis salários, sendo que três declararam ter renda de até três salários e dois sujeitos de quatro a seis. Este dado aponta para a existência de um perfil entre os estudantes de Serviço Social, na atualidade, de trabalhadores filhos de trabalhadores, isto é, eles fazem parte da camada que está na base pirâmide social brasileira.

Assim, a partir de nossa pesquisa, **o perfil profissional das direções da ENESSO é de estudantes que não trabalham, havendo um equilíbrio em relação aos que estudam em instituições públicas e os que estudam em instituições privadas, tendo renda individual de até três salários e renda familiar de no máximo seis salários mínimos.**

Já aos profissionais questionamos sobre: renda individual e familiar, vínculo empregatício, onde, se atua na função de assistente social, se está atuando ou liberado, ano de formação em Serviço Social, onde se formou, se fez cursos de atualização/capacitação, atual titulação e se participou de gestões em outras entidades da categoria.

Sobre a renda, nenhum dos profissionais que estão nas direções têm renda individual na área do Serviço Social inferior a quatro salários. A grande maioria destes está entre os que têm renda acima de sete salários, nove sujeitos, sendo que 50% do total tem renda acima de 9 salários. Realidade bem diversa da demonstrada pelo estudo do CFESS, que apontou que a maioria dos profissionais, diga-se 45% em 2005, tinham renda total, na área de Serviço Social, de quatro a seis salários mínimos. Sobre a renda familiar, a maioria de nossos sujeitos 47%, informou ter renda superior a nove salários. Realidade mais próxima a dos assistentes sociais que participaram da pesquisa organizada pelo CFESS 37%. Ainda que haja maior compatibilidade entre a renda familiar dos sujeitos que estão nas direções e os que estão na base da categoria, cabe destacar que o percentual tem

---

48 O salário mínimo atual é de 678,00 reais.

diferença de 10% a mais para as direções.

Ainda sobre a renda, cruzando as informações daqueles que estão na direção do conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS com aqueles que estão na ENESSO, vemos que há uma grande alteração nesta característica, após a formação acadêmica em Serviço Social. O que demonstra que a formação nesta área, pode ser uma alternativa para o alcance de melhores condições de vida.

Todos os profissionais que estão na gestão do Conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS possuem vínculo empregatício, atuando em instituições de ensino, seja ela pública ou privada, sendo que apenas um tem outra inserção profissional, enquanto servidor municipal, ou seja, possui mais que um vínculo empregatício. Em relação à quantidade de vínculos, esta realidade é compatível a identificada pelo CFESS, onde a grande maioria dos profissionais 77% têm apenas um vínculo, em nossa pesquisa este percentual é de 90%<sup>49</sup>.

Vale destacar que todos os sujeitos que nos responderam são docentes. Como se trata de uma amostra, nos perguntamos: será que isso é uma realidade no conjunto das direções hoje, onde estes espaços têm sido ocupados por profissionais ligados a academia? Entendemos que este seja um aspecto a ser pensado, pois se for uma realidade, necessitamos nos questionar sobre quais as determinações e implicações disto. Ou, por outro lado, será que, não sendo este o perfil geral das direções, por se tratar de uma pesquisa, aqueles que são indicados ou que se voluntariam a responder são docentes?

Já em relação à natureza da instituição empregadora, o perfil de nossos sujeitos, é condizente com aquele delineado desde o surgimento da profissão, seguindo “a tendência histórica de inserção do Serviço Social na esfera pública estatal” (CFESS, 2005, p. 26), onde, em nossa pesquisa 80% são trabalhadores do Estado, e na categoria, 78%. Dentre os que estão na esfera estatal, a natureza de seus vínculos é majoritariamente com instituições públicas federais, contratando 60% destes profissionais, enquanto a maior parte da categoria está empregada em instituições públicas municipais, 40%. Esse dado é elemento de diferenciação entre as direções e a base da categoria.

Quando questionados se atuam na função de assistente social, seis afirmaram que sim e quatro afirmaram que não. Dos seis que afirmaram que sim, três são docentes. Já os quatro profissionais que afirmaram não atuar na função também estão na docência. Esta aparente contradição entre as respostas, aponta a compreensão de alguns sujeitos, de que a docência é atribuição do assistente social, enquanto outros veem a docência como

---

<sup>49</sup> Esta característica é uma das quais pode ter sofrido grande alteração nos últimos anos. Pois, com a conquista das 30 horas semanais para os assistentes sociais, nos espaços de discussão da categoria, é permanente a queixa de que houve, junto a redução da jornada, redução de salários. O que tem levado a muitos profissionais a constituírem mais de um vínculo.

função diversa a de assistente social. Apenas um destes sujeitos está liberado de suas funções para dedicar-se ao cargo que ocupa na entidade representativa da categoria.

Em relação à formação destes sujeitos, quatro se formaram após a reformulação do Código de Ética (1993), destes, três também após a construção das Diretrizes Curriculares (1996). Dos demais seis sujeitos, que se formaram antes da reformulação do Código e das Diretrizes, quatro completaram a graduação nos anos 1980 (antes mesmo da reformulação do Código de 1986). Assim, é relevante à nossa análise o fato de que apenas quatro de nossos sujeitos se formaram após a consolidação do PEP, enquanto hegemônico na profissão. Por outro lado, seis deles se formaram após a promulgação do Código de 1986, momento no qual houve o marco de rompimento com uma perspectiva profissional conservadora e todos se formaram quando já havia um processo de contestação das posturas profissionais tradicionais.

A maioria se formou em universidades públicas - oito dos dez sujeitos. Todos deram continuidade a sua formação profissional após a graduação. Tendo por titulações: um especialista, dois mestres, seis doutores e um pós-doutor. No que se refere a titulação destes profissionais, observa-se uma grande distinção em relação ao perfil geral encontrado na pesquisa do CFESS. Enquanto em nossa pesquisa, 60% dos sujeitos são doutores, sendo 100% são pós-graduados, os dados do CFESS apontam que 56% dos profissionais não tiveram nem sequer acesso à pós-graduação.

Em relação à participação em gestões de outras entidades da categoria, sete já participaram e três afirmaram não ter tido inserção na direção de outras entidades. Entre os que participaram, três passaram por todas as entidades (conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO), os demais participaram de apenas uma delas (dois do CRESS, um da ABEPSS e um da ENESSO). Esta trajetória das representações confirma o quanto a ENESSO se constitui enquanto um primeiro e importante espaço de formação de quadros para a categoria, que há uma continuidade em relação à participação dos sujeitos nos espaços da categoria e que as três entidades, de fato, estão defendendo e construindo um mesmo projeto de profissão.

De modo geral, podemos afirmar que, a partir de nossa amostragem, **o perfil profissional das direções do conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS é de profissionais que têm uma renda individual variável, mas com destaque entre aqueles que recebem acima de sete salários mínimos, com renda familiar superior a nove salários, inseridos na esfera estatal, docentes, doutores, em atividade, formados por instituições públicas e que já participaram da gestão em outras entidades da categoria. O que nos remete, como vimos, a um perfil bem distante do restante da categoria.**

Estas diferenças nos suscitam alguns questionamentos. Tomando como hipótese que este perfil corresponde a totalidade das direções, nos perguntamos se: este é um perfil que dá maiores condições para estes sujeitos se envolverem com a militância e organização da categoria? O perfil da maioria dos assistentes sociais dificulta o acesso e vivência nas entidades, enquanto este facilita? Por ser docente, estes sujeitos têm maior possibilidade de reflexão sobre a importância das organizações coletivas? Ou aponta um distanciamento entre aqueles profissionais que estão na academia, pensando o que é a profissão, e aqueles que estão na execução das políticas sociais, por exemplo? Evidentemente, não responderemos essas perguntas, mas a deixamos como indicação para posteriores estudos e reflexões.

Todos os sujeitos (direções do conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO) também foram questionados acerca da quantidade de gestões que estão nas entidades, qual sua frequência nela, se atuam em outros movimentos, quais, com qual frequência, se participam de alguma organização política, se têm adesão ao PEP e se consideram que a entidade da qual faz parte tem.

Sobre a quantidade de gestões das quais participou na entidade, oito responderam estar na primeira gestão, seis responderam estar entre a segunda e terceira e apenas um já está há mais de quatro gestões. Este dado indica que, ainda que haja uma continuidade em relação à direção política ao longo das gestões desde o final dos anos 1970, as entidades têm conseguido renovar seus quadros políticos, mesmo havendo um trânsito dos mesmos sujeitos nas diversas entidades. Todos questionados, afirmaram participar assiduamente desta gestão.

Também é expressivo o número dos que participam de outros movimentos, somando-se em onze. Estes sujeitos não estão alocados no mesmo movimento, estando inseridos no movimento Sindical, na luta antimanicomial, coletivo Socialista, movimento LGBT, movimento nacional de Direitos Humanos, movimento da reforma urbana, movimento feminista, movimento popular comunitário e movimento estudantil geral, ou seja, de onze sujeitos distintos, temos um universo de nove inserções distintas. Nos quais, também afirmam ter participação assídua. Além destes movimentos, quando perguntamos sobre organização política, também obtivemos resposta sobre uma inserção em partido político e uma inserção em confederação nacional da associação de moradores.

Este fato, ao nosso ver, pode representar duas características distintas: uma, de que a profissão pode estar conquistando interlocução com outros sujeitos, na medida em que estas direções trariam para a categoria questões que estão presentes nos distintos movimentos e levariam a eles as discussões que a profissão vem fazendo e acumulando; outra de que estas diversas inserções podem representar que o processo de fragmentação



das lutas em que os movimentos sociais, desde os anos 1990, passaram a sofrer, tem se expressado na forma de organização dos profissionais que ocupam a direção das entidades da categoria, fato que, sendo verdade, fragilizaria a direção social apontada pelo projeto profissional hegemônico, uma vez que as lutas específicas, se não articuladas às contradições estruturais da sociedade, não ultrapassam o limite da ordem social vigente.

Sobre a adesão destes sujeitos ao PEP, todos afirmaram ter adesão a ele, e ao serem perguntados se a entidade que faz parte tem adesão a este projeto profissional doze afirmaram que sim, um afirmou que parcialmente (direção da ABEPSS) e um considera que não (direção da ENESSO)<sup>50</sup>.

**Assim, vemos que nossos sujeitos (do conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO) estão, majoritariamente, na primeira gestão da entidade que representam, participando assiduamente, tendo inserção em outros movimentos, nos quais também têm participação assídua. Todos consideram ter adesão ao PEP, a maioria considera que a entidade de que participa também tem adesão a este projeto.**

Diante de tal posição, podemos considerar que há de fato uma direção por parte de tal projeto, restando-nos a dúvida de como se dá esta adesão. Como ela se materializa na forma pela qual estes sujeitos compreendem e vivenciam o Projeto Ético-Político?

#### **IV. III – A forma de compreender e vivenciar o PEP**

Coletados os discursos via entrevistas e questionários, nas perguntas abertas, criamos categorias de análise, a partir do conteúdo apresentado pelos próprios sujeitos, com base em dois eixos de discussão: A) compreensão e B) vivência/materialização, sendo que, o segundo subdividimos enquanto: individual e entidade. Eixos que se desdobraram em diferentes categorias, sobre as quais discorreremos a seguir.

No eixo sobre a compreensão, percebemos quatro abordagens distintas, nas quais os sujeitos: 1) compreendem o PEP explicitando elementos presentes em suas três dimensões; 2) compreendem o PEP explicitando elementos presentes em duas de suas dimensões; 3) compreendem o PEP explicitando elementos presentes apenas em uma de suas dimensões; 4) não evidenciaram a compreensão do PEP a partir de suas dimensões.

No eixo que trata da materialização, separamos as ações indicadas entre aquelas que dizem respeito à individual, na qual encontramos compreensões de que o PEP é

---

50 Um não respondeu.

materializado: 1) na militância; 2) no trabalho profissional; 3) tanto na militância quanto no trabalho; 4) na vida.

Já no que tange a materialização por parte da entidade, percebemos três abordagens sobre a forma como esta materializa tal projeto: 1) ações formativas; 2) ações de articulação com outros sujeitos; 3) não especificou ações.

Apresentamos a análise com alguns trechos dos discursos dos sujeitos nos quais destacamos/grifamos as palavras chaves que nos orientaram na construção desta.

## **A) compreensão**

Para a realização de nossas análises estamos partindo da noção, que elaboramos no capítulo II, sobre o PEP, entendendo-o em suas três dimensões. Valorativa: que diz respeito aos princípios éticos e os valores que orientam esse projeto; política: composta pelas estratégias de ação que ele indica; e teórica: o conjunto de referências teóricas-metodológicas que embasam a leitura da realidade para se pensar a totalidade da vida social e, dentro dela a profissão. Dimensões estas, que se articulam à uma dada teleologia.

Assim como discorreremos no capítulo citado, não compreendemos estas dimensões de forma fragmentada, mas sim, articuladas e inter-relacionadas, formando uma unidade diversa. Também entendemos não ser possível falar das mesmas sem abordar seu conteúdo, uma vez que estas dimensões estão presentes em todo projeto profissional, de maneira que devemos explicitar o seu conteúdo, qualificando os seus elementos.

A partir desta compreensão buscamos analisar se nossos sujeitos abordam tais dimensões e como as qualificam. De modo geral, nenhum deles abordou todas as dimensões deste projeto, indicando também sua teleologia e qualificando seu conteúdo. O que aponta uma possível não apropriação completa do mesmo. Dentro das abordagens que fizeram, encontramos algumas distinções, que resultaram na construção de quatro categorias sobre as quais discorreremos.

### **CATEGORIA 1: Compreendem o PEP explicitando elementos presentes em suas três dimensões:**

Nesta categoria estão o discurso de apenas **três sujeitos** de nossa pesquisa. Sujeitos que demonstraram apreender o Projeto Ético-Político em suas três dimensões, porém, explicitando-as de maneiras distintas.

Apenas um, dos quinze sujeitos que participaram de nossa pesquisa, ao falar do PEP, abordou todas suas dimensões, indicando o conteúdo destas. Ele apontará que o PEP

tem um referencial teórico “crítico dialético” associando-a a teoria social de Marx. Já em sua dimensão política, aponta a vinculação desta concepção de profissão à classe trabalhadora. E em sua dimensão valorativa, resgata a defesa que tal projeto faz da democracia, da igualdade, da equidade e da justiça social. Como podemos ver no extrato que segue:

[...] Então, o que esse Projeto Ético Político vem defender: primeiro **uma direção teórica**, crítica. [...] é o **referencial teórico crítico dialético**, que a gente chama. [...] Não dá pra falar de dimensão técnico-operativa, sem discutir o **componente ético-político** que tem por trás do exercício profissional e do seu próprio referencial teórico. Outra coisa, fica muito explícito nessa concepção de profissão, que o Serviço Social tem um **compromisso também com a classe trabalhadora**. [...] Quando você se compromete com alguma coisa, comprometer com alguma coisa significa tomar partido e tomar partido é uma **concepção política**, ninguém é neutro. Então isso fica muito evidente neste projeto, nesta concepção de profissão. [...] A **defesa da democracia**, é também um princípio fundamental de quem tem essa concepção de profissão, da democracia, **da igualdade, da equidade, da justiça social** há uma defesa pela justiça social. Então, isso tudo faz parte desta concepção de profissão ou deste projeto de profissão que a gente chama de Projeto Ético Político (Sujeito 05 – ABEPSS Nacional).

Ainda que ele não aborde a totalidade dos componentes que compõe este projeto, indica ter apreensão dos mesmos, trazendo aspectos de cada um deles. O único elemento que não fica explicitado é da vinculação deste projeto profissional à uma direção social estratégica, ou seja, ele não explicita a teleologia presente nesta concepção de profissão.

As falas dos outros sujeitos que situamos nesta categoria, ainda que exponham sobre todas as dimensões que compõem o projeto profissional, apontando, inclusive sua perspectiva de “transformação social”, ou seja, fazendo referência a sua teleologia, não abordaram o conteúdo destes elementos, desta forma, apresentaram sua compreensão sobre o PEP de maneira genérica. Como podemos ver nos trechos:

“O PEP é o **caminho que orienta a superação da ordem burguesa**. Está no campo das possibilidades, **o vir a ser**. No entanto **exige mediações para sua efetivação**. [...] a **luta por uma outra sociabilidade**, que seja capaz de assegurar a todos o direito de ser. O PEP se estrutura em uma **concepção teórica crítica, ético-política e em uma intervenção que se articula com o movimento da realidade**. Este tripé se materializa no campo da formação, intervenção e no campo organizativo das lutas.” (Sujeito 10 – ABEPSS Regional)

É o norteador da ação profissional, em **defesa da transformação social**. A partir do PEP temos através da **teoria social crítica**, bases concretas para direcionar a análise do ser profissional, **pontuando subsídios éticos e políticos** que mediam entre o Estado e a Sociedade Civil (sujeito 14 – ENESSO Regional).

Esta forma de abordar o PEP, ainda que aponte a compreensão das dimensões que o compõe, não fala do projeto em si, uma vez que diz respeito ao reconhecimento de que todo projeto profissional é composto por tais dimensões, sendo necessário então a qualificação destas. Tal apreensão que rompe com a histórica defesa da “neutralidade profissional”, foi marca também de outros projetos.

Sem esta qualificação, o projeto se transforma em afirmações gerais, que cabem não só a ele, mas a qualquer um. Ainda que um deles tenha apontado a “teoria social crítica” como fundamento teórico deste projeto, não aborda a forma com que esta vem sendo apropriada. Sendo este campo teórico muito abrangente, apenas cita-lo, deixa vaga a referência que indica. O mesmo ocorre quando aponta a defesa da “transformação social”, esta que tanto pode indicar a construção de outra sociabilidade, como pode indicar nada mais que uma “transformação conservadora”.

## **CATEGORIA 2: Compreendem o PEP explicitando elementos presentes em duas de suas dimensões:**

Outra forma de abordar o PEP, presente nos discursos de **seis sujeitos** de nossa pesquisa, está na explicitação de duas de suas dimensões: cinco deles destacam a valorativa e a política, não abordando os elementos teóricos que o constitui; e um as dimensões teórica e política. Dentre aqueles que apresentam esta compreensão, também há diferentes apropriações.

Entre os cinco sujeitos que explicitam elementos presentes nas dimensões valorativa e política, três (um representante do conjunto CFESS/CRESS nacional, um da ABEPSS regional e um da ENESSO nacional), abordam as duas dimensões articulando-as a sua teleologia, sendo que um deles não expõe os componentes das mesmas, apenas apontando que o projeto está “**sempre vinculado as lutas sociais, as lutas da classe trabalhadora.**” (Sujeito 01 – CFESS/CRESS Nacional).

Já o outro sujeito, aborda a dimensão valorativa: indicando a defesa da democracia, da liberdade; e a dimensão política, apontando o respeito as diferenças; articulando-as a uma direção estratégica, revolucionária, como podemos ver:

[...] eu entendo o Projeto Ético Político como uma **formulação da categoria** sobre como é que ela ia desempenhar essa profissão. Ele meio que **norteia como é que o assistente social deve atuar**; quais elementos ele deve defender; **o que ele se posiciona a favor e o que ele se posiciona contrário** na sociedade. [...] ele **traz elementos emancipadores**, que até mesmo podem ser considerados revolucionários. [...] Ele **defende um modelo diferente do modelo de sociedade que existe**. Também por isso que eu entendo que é um projeto, porque **não é uma coisa palpável, nessa estrutura de sociedade**, sabe?

[...] O próprio Código de Ética, ele traz posicionamentos muito claros. Que nós **não podemos ter uma visão conservadora da sociedade, a gente não pode ter uma visão preconceituosa, isso aí não são opções, são coisas que eu tenho, são deveres que eu tenho, por conta desse Projeto Ético Político**. E aí os próprios elementos de liberdade, de defesa de democracia, defesa de respeito às diferenças, a pluralidade, de garantia de respeito com a **população independente das características da população**. Eu entendo que ele norteia sim, num viés mais libertário por conta desses elementos (Sujeito 11 – ENESSO Nacional).

O terceiro sujeito que abordará o PEP em suas dimensões valorativa e política o fará, explicitando, em seu aspecto valorativo, o **“compromisso com a emancipação humana e com a construção de uma nova ordem social”** (Sujeito 09 – ABEPSS Regional) e em relação aos componentes políticos indica que:

**as lutas por direitos constituem mediações fundamentais do nosso Projeto Ético-Político profissional, mas não o esgotam**, pois compõem parte de uma luta multissecular entre capital e trabalho, onde os ganhos do trabalho impõem limites à acumulação do capital, mas não rompem com o circuito de exploração do trabalho pelo capital (idem).

Já os outros dois sujeitos (um representante da ENESSO regional e outro do conjunto CFESS/CRESS regional) abordam apenas as duas dimensões, sem apresentar seus elementos constitutivos, nem fazendo a vinculação destas a uma direção social estratégica, como podemos ver em um dos estratos:

Compreendemos enquanto um importante **instrumento político e ético que orienta nossa intervenção profissional**, nos dando **embasamentos políticos e éticos** para nos posicionarmos diante das expressões da questão social que nos é apresentada diariamente, além de nos dar suporte para o enfrentamento de demandas no âmbito institucional (Sujeito 3 – CFESS/CRESS Regional).

Já em relação àqueles que explicitam elementos presentes nas dimensões teórica e política, um desses sujeitos, abordará o PEP enquanto síntese das “lutas sociais empreendidas pela categoria”, indicando indiretamente, sua dimensão política. Ao falar desta, ele a vincula à construção de “uma sociedade emancipada/ sem dominação...”, ou seja, explicita também a teleologia de tal projeto. Destacando ainda a sua dimensão teórica, que está associada ao pensamento de Marx:

O PEP **sintetiza as lutas sociais empreendidas pela categoria** de assistentes sociais **em prol de uma sociedade emancipada, sem dominação de classes, sem exploração nem opressões**. É uma **construção coletiva** inacabada, mas, com alguns contornos e diretrizes bem delineadas, em que há uma **perspectiva teórica dominante, marxiana**, mas, com vários tensionamentos internos que no geral se complementam (Sujeito 06 – ABEPSS Regional).

Em sua compreensão, porém, não aparecem explicitados os valores e princípios que orientam tal projeto.

Esta forma de compreendê-lo, de modo geral, se mostra limitada, na medida em que não capta a totalidade de suas conexões e interações, na medida em que alguns não demonstram ter apreensão das escolhas teóricas que são subjacentes a tais valores, princípios e estratégias que o projeto indica, enquanto outro, não explicita tais valores.

### **CATEGORIA 3: Compreendem o PEP explicitando elementos presentes apenas em uma de suas dimensões:**

Outra forma de compreender o PEP, presente no discurso de **três sujeitos**, é destacando apenas uma de suas dimensões. Forma esta que também não se mostra de maneira unitária, tendo um que dá ênfase na dimensão valorativa e dois à dimensão política.

O que dá ênfase à dimensão valorativa, ao falar de sua compreensão acerca do PEP, indica-o como uma “matriz orientadora”, sem apresentar as mediações políticas, nem as bases teóricas que o embasa. Ainda que aponte as “mudanças sociais” como um componente deste, ela se apresenta na forma de um compromisso. Assim, sem apontar as mediações para sua efetivação, não expõe o caráter prático destas mudanças:

“Trata-se de uma **matriz orientadora do exercício**

**profissional pautado na ética e no compromisso da profissão com as mudanças sociais.** Representa para a profissão um amadurecimento do seu significado social, bem como a legitimação do fazer profissional frente as demandas postas no contexto social no qual está inserida.” (Sujeito 04 – CFESS/CRESS Regional)

Já àqueles que dão ênfase à dimensão política, dois de nossos sujeitos (um representante do conjunto CFESS/CRESS regional e um da ABEPSS regional), apresentaram o PEP vinculado-o a um projeto societário, como podemos ver neste trecho:

Entendo que o Projeto ético político da profissão foi uma construção coletiva, que **não é hegemônico** na categoria, mas que passou a dar uma **direção social aos profissionais**, pois este se desenvolve em uma sociedade contraditória, de classes, onde a relação capital x trabalho, é a base dessa contradição. Tem uma **dimensão política** pois está inserido em uma sociedade de classe, logo torna-se um projeto **vinculado com a transformação dessa sociedade-brasileira**. Pois temos que pensar os projetos profissionais **ligados a projetos societários** que, conforme está nos princípios fundamentais do nosso código de ética, expresse uma **“opção por um projeto profissional vinculado aos processo de construção de nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero.”** (Sujeito 02 – CFESS/CRESS Regional)

Além de compreender o PEP a partir de sua dimensão política, este sujeito nos chamou atenção por ser o único a afirmar a não hegemonia de tal projeto. Não explicitando qual a reflexão que embasa tal afirmação.

O segundo sujeito, ainda que aborde os mesmo elementos, o faz com enfoques distintos:

**perspectiva política ideológica assumida, como a defesa dos direitos e a articulação com os movimentos sociais.** Assim, o PEP não é um arrazoado de intenções pragmáticas e sim **expressão de disputas societárias. Isso significa a permanente organização política da categoria, o reconhecimento das contradições desse processo e a necessidade de aprofundar o conhecimento acerca da realidade.”** (Sujeito 07 – ABEPSS Regional)

Sua particularidade está em apontar o conteúdo das lutas que tal projeto indica (elemento não apresentado pelo sujeito anterior) que diz respeito a “defesa dos direitos e articulação com os movimentos”.

#### **CATEGORIA 4: Não evidenciaram a compreensão do PEP a partir de suas dimensões:**

Outra forma de abordar o PEP, que **três sujeitos** demonstraram, está na não apresentação de suas dimensões ou elementos constitutivos. Nestas abordagens falar do PEP significa falar sobre as determinações e/ou contexto do mesmo, sem entrar em seu conteúdo. Tal abordagem, também se deu por formas distintas:

O projeto ético-político é a **expressão do salto profissional no sentido da ruptura com o tradicionalismo** na profissão. Expressa um amplo campo de **avanços profissionais** que se expressam **na formação, no exercício e na articulação das entidades da categoria**. Seu significado hoje é o de **articular os setores progressistas dentro da profissão e garantir uma direção radicalmente crítica a profissão** (Sujeito 08 – ABEPSS Regional).

O projeto Político da Profissão é o **ponto de partida para a análise do Serviço Social**. Considerando a historicidade da profissão o seu caráter transitório e socialmente condicionado, **estabelece limites e possibilita ao exercício profissional**. Pensar o projeto profissional supõe articular essa **dupla dimensão; de um lado as condições macrosocietárias que estabelecem o terreno sócio histórico em que se exerce a profissão seus limites e possibilidades, do outro as respostas técnicos profissionais e ético político dos agente profissionais nesse contexto que traduzem com esses limites a possibilidades são analisadas apropriadas a projetos pelos assistentes sociais** (Sujeito 13 – ENESSO Regional).

[...] **além de dar o caminho para o assistente social ele faz acordo com a mudança societária**, acredito que muito além de belas “regras” o projeto deve se efetivar desde um atendimento a uma intervenção mais concreta. O Assistente Social tem por coerência política e profissional seguir o projeto para que suas ações tenham acordo com seu discurso (Sujeito 15 – ENESSO Regional).

Os três, de maneiras distintas, não falaram sobre o que compõe este projeto. O Sujeito 8, indica seu significado para a categoria, sem desvendar seu conteúdo, apontando as determinações para sua constituição e a função que exerce no interior da profissão. O Sujeito 13, enfatizou as questões a serem observadas para sua objetivação, afirmando ainda, que o projeto estabelece os limites e as possibilidades da profissão, aparentemente confundindo os aspectos que determinam a possibilidade de constituição de um projeto profissional, inclusive impondo certos limites e possibilidades para sua concretização. Já outro sujeito, afirmou que ele é diretivo da profissão, tornando-o um horizonte profissional,



abstrato e superficial.

A importância deste projeto e o entendimento de que ele dá a direção à categoria, também está explicitado na fala de todos os outros sujeitos, não sendo presentes apenas nas falas dos três sujeitos acima.

**De modo geral, vemos que entre nossos sujeitos, é majoritária a apreensão do projeto em suas mediações políticas, ou seja, partilham da compreensão de que, ainda que este não seja um prescritor de posições, ele se materializa pela construção de mediações concretas, em uma direção crítica à realidade, direcionando a categoria. Uma vez que não consideramos as dimensões do PEP isoladamente, ainda que alguns não tratem de todas, podemos considerar que ao afirmarem apenas uma, podem trazer elementos das demais.**

**No entanto, percebemos ainda uma dificuldade de indicar o conteúdo do Projeto Ético-Político em sua totalidade, isto é, apresentar todos os elementos que o compõem de maneira mais integrada. Desta forma, o que se explicita é uma concepção genérica deste projeto, que indica seus elementos políticos, entendendo-o como norteador da profissão, mas não deixa claro o direcionamento que as ações indicam.**

Contudo, acreditando que há uma concepção mais sólida por parte desses sujeitos, consideramos que ainda é necessário um aprofundamento sobre as compreensões desses para podermos avaliar se há diferenças de vulto, o que na fala de todos não aparece.

## **B) vivência/materialização**

Entendemos por vivência/materialização, para fins desta análise, a especificidade da dimensão política, ou seja, quais as estratégias e formas de efetivação que os sujeitos (de forma individual e coletiva) vêm construindo. Em outras palavras, pretendemos aqui expor como os sujeitos, que assumem tal projeto, criam em suas vidas meios de efetivá-lo e como eles compreendem como as entidades das quais são parte têm articulado esse efetivação. Para tanto subdividimos este eixo em duas partes: uma que trata da materialização “individual” e outra que trata da mesma enquanto “entidade”.

### **B) 1. individual**

Estamos denominando de vivência/materialização individual, o conjunto das ações pelas quais os sujeitos que participaram de nossa pesquisa consideram materializar o projeto profissional hoje hegemônico. Mais especificamente, em quais dimensões de suas

vidas, para além da participação na entidade, ainda que a contemple, vêm desenvolvendo tais estratégias. Cinco de nossos sujeitos não responderam esta questão<sup>51</sup>.

Em contato com o discurso de nossas sujeitos, captamos quatro formas de significar tal processo, que resultaram na construção das categorias: 1) na militância; 2) no trabalho; 3) tanto na militância quanto no trabalho e; 4) na vida:

### **Categoria 1. Na militância**

**Um sujeito**, afirmou materializar sua vinculação a este projeto pela sua inserção na militância junto a categoria:

[...] hoje **com a militância que tomou a totalidade da minha vida por que eu estou liberada para isso, eu penso que é expressão concreta da minha adesão e entrega a luta para materializar esse projeto**. Então eu me sinto, tanto do ponto de vista ideológico, político, absolutamente contemplada com que o projeto diz, como também do ponto de vista concreto das ações, das **escolhas que eu fiz na minha vida**, [...] (Sujeito 01 – CFESS/CRESS Nacional).

Consideramos relevante destacar, que o sujeito que afirmou materializar o PEP pela militância, é aquele que está liberado para se dedicar à gestão da entidade. Talvez tal aspecto seja determinante para que, neste momento de sua vida, este sujeito visualize a vivência do projeto principalmente nesta dimensão.

### **Categoria 2. No trabalho profissional**

Outra dimensão da vida na qual **cinco sujeitos** afirmaram materializar a sua adesão ao PEP, foi no trabalho. Sendo eles: dois representantes do conjunto CFESS/CRESS regional, dois da ABEPSS – um regional e um nacional e um da ENESSO. Como podemos observar nos estratos:

**A sua materialização se dá ao fomentar o debate crítico no processo de formação profissional, bem como no desenvolvimento de ações que proporcione a vivência política e crítica dos discentes**. Essas ações visam também o fortalecimento do corpo docente, uma vez que **através da extensão e da pesquisa** podemos realizar uma leitura crítica da realidade e propor alternativas de intervenção que materialize o projeto ético político (Sujeito 03 – CFESS/CRESS Regional).

Em observância a legislação que materializa este projeto (Código de ética, Lei de Regulamentação da Profissão e Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social), **procuro na minha prática profissional defender as**

---

51 A pergunta na qual os sujeitos eram chamados a apresentar a forma pela qual vivenciam/materializam o PEP era a mesma que perguntava sobre como estes o compreendem. Alguns responderam apenas a compreensão que têm dele e não responderam a segunda parte que tratava da materialização.

**conquistas e lutas da categoria contribuindo com discussões, respeitando e fazendo respeitar os princípios do Código de ética Profissional, contribuindo com a consolidação do espaço de trabalho** pautada na Lei de Regulamentação da Profissão, bem como, **defendendo e contribuindo com a formação profissional através da supervisão de estágio em Serviço Social** (Sujeito 04 – CFESS/CRESS Regional).

[...] **Trabalhar com os movimentos sociais, dando assessoria**, aproximando a população aos movimentos sociais, no atendimento as políticas, na execução das políticas, ajudando a população a compreender o significado dessa política na realidade deles. Então agora **como docente**, quer dizer, **todas as minhas diretrizes na docência se voltam para o projeto de formação profissional que foi aprovado em 1996, é a nossa diretriz** (Sujeito 05 – ABEPSS Nacional).

**Penso que a defesa do projeto na docência em serviço social passa pela defesa das diretrizes no curso e para isso participo das reuniões de colegiado, do núcleo docente estruturante e agora da gestão do departamento. Na sala de aula** a perspectiva das disciplinas que ministro são orientadas pelos princípios da liberdade e da autonomia estabelecendo uma relação horizontal com os discentes e garantindo qualidade nas aulas que ministro e também nos **espaços que ocupo dentro da estrutura da universidade** contribuindo para a defesa da sua laicidade e publicização (Sujeito 08 – ABEPSS Regional).

Dos quatro profissionais que responderam, todos destacam o amparo da legislação profissional como instrumento para tal efetivação. Da mesma forma, o estudante afirma que **“o PEP é materializado na prática profissional, a qual é percebida no cotidiano do trabalho da/o assistente social”** (Sujeito 14 – ENESSO Regional), em seu caso, ele não afirma tal materialização em sua própria vida, mas sim de modo geral, que o projeto é materializado no trabalho profissional, ficando uma lacuna em relação às mediações que ele faz, em sua vida, para efetivação do projeto.

Ainda que estes sujeitos não tenham apontado a militância como forma de materialização do projeto, cabe-nos aqui lembrar que eles estão hoje nas direções das entidades de nossa categoria. Atividade esta que é militante. Optamos por não considerar tal fato em nossas análises, pois, estes sujeitos podem significar a ocupação destes espaços de outra forma que não enquanto militância, de forma que não devemos preencher tal lacuna, ainda que julgamos relevante destacá-la.

### **Categoria 3. Tanto na militância quanto no trabalho**

Outra forma pela qual **dois sujeitos**, ambos representantes da ABEPSS regional, afirmaram materializar o PEP, abrange as duas dimensões da vida citadas anteriormente, mas de maneira articulada, como podemos ver em suas falas:

**Concretiza-se em minha atuação, desde quando discente, quando ingressei no movimento estudantil. Depois quando docente, atuando como coordenadora de curso, buscando organizar as condições para implantar as diretrizes curriculares [...] como membro da ABEPSS, nas duas últimas gestões, mobilizando o Fórum Estadual de Supervisão do Piauí e na participação do Núcleo Docente Estruturante (Sujeito 06 – ABEPSS Regional).**

**concretizo o PEP na atuação militante** intra e extra a defesa do Serviço Social e da liberdade com democracia para a sociedade; **como professora**, na preocupação em demonstrar o quanto a prática é teoria em ação (28 anos de atuação como assistente social em prefeitura ajuda nesse entendimento), na gestão da ABEPSS, como coordenadora de curso, no constante aprofundamento das diretrizes [...] (Sujeito 07 – ABEPSS Regional).

Ambos tratam a vivência deste projeto pela militância, nas entidades da categoria e também no trabalho que exercem enquanto docentes, amparados no arcabouço jurídico-político da profissão.

#### **Categoria 4. Na vida**

Por fim, **dois sujeitos**, representantes da ENESSO (nacional e regional), apontaram materializar tal projeto na totalidade de suas vidas, como podemos observar em suas falas:

**[...] o PEP acaba se materializando nas nossas próprias relações cotidianas com nossos familiares, amigos, colegas de trabalho ou da faculdade, pois uma vez que incorporamos o projeto defendido no PEP, não tem como não levá-lo para as outras dimensões de nossa vida, não tem como restringi-lo apenas ao ambiente de trabalho.**  
**[...] acredito esta vivenciando o PEP em várias dimensões da minha vida, mas particularmente no campo de estágio onde as profissionais que me acompanham me dão demonstrações diárias de como se realiza a defesa do direito dos usuários e dos valores contidos no código de ética profissional (Sujeito 12 – ENESSO Regional).**

Ao afirmarem que, uma vez que se tenha incorporado tal projeto, aquilo que se passa a defender engloba todas as dimensões de suas vidas, elevam tal projeto, como **“não só profissional, mas de vida”** (Sujeito 11 – ENESSO Nacional). O que nos coloca a reflexão do quanto, de fato, ao assumirmos princípios e valores subjacentes ao Projeto Ético-Político da profissão, em não sermos indivíduos fragmentados ou fragmentáveis, vivemos tal adesão em todas as esferas de nossas vidas, ainda que em cada uma de maneira distinta.

De modo geral, no que tange a vivência/materialização individual deste projeto por parte dos sujeitos que compõem as direções das entidades da categoria, todos compreendem vivenciá-lo em alguma dimensão de suas vidas. A grande maioria compreende vivenciá-lo para além da inserção na entidade, especialmente no trabalho profissional. Entre eles, metade destaca a militância como importante mediação para a concretização do PEP, o que pode significar a tentativa de dar ênfase de que o PEP não é um projeto de militância, mas sim, um projeto profissional, que pressupõe a organização e atividade política em diversas esferas da vida, incluindo, mas não se reduzindo, a militância. Assim, também dão destaque às mediações construídas no próprio cotidiano de trabalho.

## **B) 2. entidade**

Estamos denominando por vivência/materialização enquanto entidade, o conjunto das ações que estas desenvolvem, as quais os sujeitos que participaram de nossa pesquisa consideram ser materializadoras do PEP. Em outras palavras, queremos compreender quais as estratégias que o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO, vêm desenvolvendo. Dois de nossos sujeitos não responderam esta questão, tendo falado de como eles, enquanto sujeitos individuais materializam o PEP. E um não considerando que a entidade tem vinculação a este projeto, não expôs a forma pela qual (não) o materializa.

**Doze sujeitos** nos responderam. Destes, metade fazem referência a intencionalidade de materializar as dimensões do projeto, apontando a defesa dos direitos, a vinculação à classe trabalhadora, mas sem explicitar as ações que efetivam tais defesas e vinculação.

Em relação à ação propriamente dita, encontramos algumas que transitam nas respostas de diversos sujeitos, de forma que, construímos nossas categorias a partir do enfoque principal que encontramos em suas respostas, que estão reunidas em: 1) ações formativas; 2) ações de articulação com outros sujeitos; 3) não especificou ações.

### **Categoria 1. Ações formativas:**

Nesta categoria, estão presentes os discursos de **seis sujeitos** de nossa pesquisa que deram ênfase às ações formativas desenvolvidas pela entidade da qual fazem parte. Porém, tais ações apareceram ora sozinhas, ora associadas com outras diversas ações.

Um de nossos sujeitos, ao falar das ações desenvolvidas pela entidade da qual faz parte, no sentido de materialização do PEP, destacou como atividade um exemplo de ação formativa:

Um exemplo dessa materialização foi o **Projeto “ABEPSS Itinerante”**, que além de proporcionar um adensamento teórico aos novos docentes sobre as diretrizes curriculares do Serviço Social proporcionou mudanças ao exercício profissional e ao próprio estudante de serviço social, que ampliou seu repertório para a luta contra a precarização do ensino (Sujeito 10 – ABEPSS Regional).

O Projeto ABEPSS Itinerante é um curso de atualização, que visa aprofundar a discussão sobre a formação profissional, a partir das Diretrizes Curriculares. Assim, como podemos perceber, este projeto tem sido uma importante ação na direção de materialização do PEP, sendo destacado por nosso sujeito.

Outra forma de apresentar as ações das entidades no sentido de materialização do PEP, por três de nossos sujeitos, se deu pelo apontamento de algumas ações formativas combinadas à articulação com diversos sujeitos coletivos, como podemos ver no trecho que segue:

[...] ele tem atuado em dois campos fundamentais – ele atua em vários, mas eu elejo dois – que é a defesa das políticas sociais como direitos, como mediação estratégica para a construção de uma outra sociedade, e a dimensão da ética e dos direitos humanos, com várias ações e atividades. [...] Se você pensar, por exemplo, **um projeto como ética em movimento** que tem mais de uma década, **que já capacitou mais de 2 mil assistentes sociais no Brasil, no debate ético contemporâneo.** [...] **articulação com outros sujeitos coletivos** que estão no mesmo campo que a gente está, na defesa de um projeto de emancipação humana. Então eu acho que o CFESS ele tem total adesão e vem contribuindo efetivamente para que esse projeto se materialize (Sujeito 01 – CFESS/CRESS Nacional).

Neste estrato, nosso sujeito, agora compondo a direção do conjunto CFESS/CRESS em nível nacional, apontou como importante ação, a consolidação do Projeto Ética em Movimento. Projeto este que se direciona à capacitação de profissionais no que tange o debate da ética, compreendida para além do código, refletindo-a em seus fundamentos, possibilitando aos agentes da profissão maior embasamento sobre esta temática<sup>52</sup>. Junto a esta ação, nosso sujeito indica como forma de materializar deste projeto, a articulação com outros movimentos, que comungam da mesma direção apontada pelo PEP. Porém, não indica as ações que materializam tal articulação.

---

52 O Projeto Ética em Movimento, lançado na gestão do CFESS 1999-2002, já está em sua 11ª edição. De acordo com o CFESS (2012, p. 2): “O curso tem como objetivos: oferecer subsídios para a apreensão crítica da natureza histórica e política de ética social e profissional, bem como dos direitos humanos; contribuir para a incorporação consciente e crítica dos fundamentos, valores e princípios do Código de Ética Profissional; e ampliar o debate ético no âmbito da atividade profissional, política e social e dos direitos humanos, ultrapassando a sua dimensão meramente legal e formal”.

Já outro sujeito, aponta a construção de um “**projeto de formação profissional** que defende, tanto em sua estrutura e como em seu conteúdo político pedagógico; Pelas **atividades desenvolvidas e frentes de luta realizadas**” (Sujeito 09 – ABEPSS Regional). O projeto de formação aqui referido, não é explicitado por este sujeito, não sendo possível assim que façamos apontamentos sobre ele. No caso das “frentes de luta” o mesmo ocorre. Assim, ainda que este sujeito tenha apontado dois eixos de ação da entidade, não explicitou quais são estes materialmente.

Já outro sujeito, retoma o Projeto ABEPSS Itinerante, também entendendo-o como materializador deste projeto profissional. Porém articula o seu desenvolvimento a outra ação:

A ABEPSS desenvolveu ao longo da última gestão uma atividade de largo alcance que foi o **projeto ABEPSS itinerante**. Este é um bom exemplo de como a mesma defende este projeto, no sentido da defesa das diretrizes curriculares de 1996, entendendo que este deve ser o horizonte formativo do profissional de serviço social. Além do mais a ABEPSS possui uma **relação política com os CRESS e CFESS e com a ENESSO** como forma de garantir e consolidar a direção social da profissão (Sujeito 08 – ABEPSS Regional).

Assim, juntamente com o desenvolvimento de tal projeto, nosso sujeito indica a articulação com as demais entidades da categoria, como pré-requisito para a materialização deste projeto.

Um de nossos sujeitos, afim de apresentar as ações das entidades no sentido de materialização do PEP, também apontou o Projeto ABEPSS Itinerante, articulado com outros elementos:

[...] Em todos os seus projetos. Por exemplo, agora **na própria PNE, documento da Política Nacional de Estágio, da criação dos GTP's**, da forma como ela conduz tudo isso, do **projeto ABEPSS itinerante** que foi no Brasil todo justamente para fortalecer no meio acadêmico na formação profissional **o projeto de formação aprovado em 1996**. Então todas as ações da ABEPSS, todos os projetos eles veem em direção a isso, na defesa do ensino público, presencial com qualidade, socialmente referenciado, na defesa mesmo da educação com qualidade. Então, todas as ações da ABEPSS se voltam para esse Projeto Ético Político, na defesa da organização da categoria, com suas diversas expressões: sindicais, acadêmico-científica, do próprio conselho (Sujeito 05 – ABEPSS Nacional).

Para além do ABEPSS Itinerante, ele destaca a Política Nacional de estágio que foi construída pela ABEPSS, juntamente com os demais sujeitos envolvidos com o processo de estágio (estudantes, docentes, supervisores de campo e instituições de ensino), dando

parâmetros para seu desenvolvimento, com base nas Diretrizes Curriculares e o direcionamento ético-político da profissão<sup>53</sup>. Também aponta como importante mediação os GTP's que são os Grupos Temáticos de Pesquisa, construídos com o intuito de unificar e disseminar as produções científicas na área, estimulando a categoria a realizar investigações científicas a partir de eixos temáticos. Estas ações se combinam e são parte do fortalecimento das Diretrizes curriculares, construída em 1996, sobre as quais já tratamos no capítulo anterior. Assim, traz as ações não só que estão sendo desenvolvidas por esta gestão, mas também aquelas que foram acumuladas historicamente, com o desenvolvimento e consolidação de tal projeto.

Outro sujeito, agora da ENESSO nacional, aborda também ações formativas, estas que estão em dimensões distintas das indicadas anteriormente, por outros sujeitos:

[...] defendendo e **deixando claro nos espaços do movimento estudantil, qual é o Projeto Ético Político dessa profissão**, como que a gente pode fazer com que ele saia de um plano abstrato assim para um plano concreto.

[...] Que aí ela traz vários elementos assim que a gente vai estar tentando operacionalizar, de **elaboração de cartilha**, de acúmulo de textos. Aí a gente ficou de tá tentando fazer isso agora, juntar o que a gente tem de formulação sobre formação profissional mesmo pra estar levando, porque se não se perde, esse material. E a gente tem bastante acúmulo sobre isso. E aí eu acho que de atuação mesmo seria isso que a gente tem planejado, pra esse ano assim. Tocar a **campanha de “ENESSO nenhum passo atrás na defesa do atual Projeto Ético-Político profissional”** e do **trabalho de base mesmo**”. (Sujeito 11 – ENESSO Nacional)

As ações indicadas pela direção da ENESSO, dizem respeito a formação política que se dá nos espaços do próprio movimento, via elaboração e divulgação de materiais que discutam os elementos que constituem o PEP, na realização de uma campanha nacional que visa dar elementos para formação política dos estudantes, como meio de fortalecimento das lutas da entidade e do PEP<sup>54</sup>. Ações que são combinadas ao trabalho de base, que consiste na aproximação da entidade ao conjunto dos estudantes e a busca de aproximação destes a ela.

## **Categoria 2. Ações de articulação com outros sujeitos:**

Outra ênfase presente nos discursos de **cinco sujeitos** de nossa pesquisa, está nas ações de articulação com outros sujeitos. Ainda que ela já tenha aparecido na posição

---

53 A construção desta política se iniciou no ano de 2009, pela realização de diversas oficinas regionais de graduação que discutiram o documento-base lançado pela ABEPSS, realizando proposições a partir dele. Ela foi aprovada em 2010, como mais um instrumento de defesa da formação profissional e combate à precarização do ensino.

54 A campanha “Nenhum passo atrás” se estrutura em eixos de discussão. Sua construção foi deliberada no último Planejamento Estratégico Nacional, realizado em setembro de 2012.



indicada por outros, nestes, seu lugar ganha maior enfoque. Porém, estas também apareceram associadas com outras ações. Apenas um dos sujeitos explicitou somente a articulação, como uma ação que dê materialidade ao PEP, afirmando que :

No desenvolvimento de **ações articuladas com entidades representativas da categoria, movimentos sociais, Instituições de Ensino Superior e sociedade** como um todo que visem a defesa, a informação, a discussão e a instrumentalização da direção ética e compromisso da profissão com sua categoria profissional e os demais sujeitos sociais que constituem a vida social na busca de condições de vida mais igualitárias, justas e democráticas (Sujeito 04 – CFESS/CRESS Regional).

Já os demais sujeitos, apresentaram esta ação, articulando-a com outras, voltadas sempre à luta por direitos. Seja de forma mais ampla, indicando “**participação junto aos movimentos sociais na luta contra a exploração e opressão** dos trabalhadores, por uma outra ordem societária (Sujeito 2 – CFESS/CRESS Regional)”, ou ainda pelo “**embate político junto às situações de violação dos direitos** da classe trabalhadora. Além disso, o conselho se **articula com outros movimentos sociais** em defesa e ampliação dos direitos da classe trabalhadora” (Sujeito 03 – CFESS/CRESS Regional).

Seja de forma mais específica, indicando que esta se dá:

No **cotidiano das ações**. A ABEPSS é uma das protagonistas do PEP. Portanto, sua organização vai na direção de aprofundá-lo na formação profissional, na **participação do Plano de lutas e nos movimentos coletivos em defesa de outro projeto societário** (Sujeito 07 – ABEPSS Regional).

O Plano de lutas apontado por estes sujeitos se constitui em um conjunto de ações construídas pelas três entidades nacionais (conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO), visando a unificação das pautas e atividades desenvolvidas por cada uma delas. Desta forma, ainda que a articulação com outros sujeitos não qualifique quem são estes, e a forma como se dará, o Plano de Lutas da categoria é uma ação concreta que se desenvolve há muitos anos.

Ainda mais especificamente expõe o representante da ENESSO regional, afirmando que é:

Através da busca pelos direitos das cidadãs e dos cidadãos do nosso país, **se inserindo nos Movimentos Sociais**, os quais lutam contra o capital, contra a exploração do homem pelo homem, contra de fato ao atual sistema que nos é imposto, o qual é percebido nas pequenas **lutas, como: contra os ataques ao SUS; contra o aumento da tarifa dos ônibus** sem reais explicações à sociedade e sem reais melhorias [...].

além de pautarmos a **luta contra a precarização da educação pública, e lutarmos por uma educação pública gratuita e de qualidade para todas e todos** (Sujeito 14 – ENESSO Regional).

Ele nos aponta tanto as ações de maneira mais genérica, como indica as lutas diárias com as quais a entidade está comprometida, visando a materialização do PEP.

### **Categoria 3. Não especificou ações:**

**Um sujeito** apresentou a materialização de forma demasiadamente ampla para que seja possível que estabeleçamos alguma interlocução, na medida em que afirma que a entidade materializa o PEP “nas **lutas, eventos, encontros** em que colocamos em discussão a sociedade que vivemos e como o MESS pode agir de acordo com o projeto e com o que o serviço social segue” (Sujeito 15 – ENESSO Regional).

**De modo geral, a vivência/materialização do PEP, pelo conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, foi destacada majoritariamente dando ênfase nos processos formativos e na articulação com outros sujeitos. A maioria deles entendem, como uma das principais estratégias de efetivação deste projeto a articulação com outros sujeitos, sejam eles da categoria ou não. Grande parte mostrou que para fazer isso, pensando a categoria especificamente, necessitam de processos formativos. Sendo a formação política pensada não apenas pelos sujeitos que compõem a entidade responsável por construir um projeto de formação profissional, de modo que esta preocupação é transversal a todas as entidades.**

Podemos agregar às ações afirmadas pelos sujeitos de nossa pesquisa diversas outras, conforme buscamos nas campanhas públicas promovidas por estas entidades. Se tratando do conjunto CFESS/CRESS, podemos destacar o conjunto de resoluções que prescrevem uma atuação profissional condizente com os elementos que constituem este projeto, somadas àquelas que visam defender a profissão; um exemplo, é a campanha atual da gestão: “No mundo de desigualdade, toda violação de direito é violência” que chama a atenção de que “Sem movimento não há liberdade”, convocando todos a lutar pelo fim do capitalismo e por uma sociedade democrática.

Já sobre as ações da ABEPSS, destacamos a luta contra a modalidade de ensino a distância, encabeçando a campanha “Educação não é fast-food!”<sup>55</sup>, que não se iniciou nesta gestão, mas que teve continuidade na atual; a realização das Oficinas de graduação; a participação no Fórum Nacional de Educação das Profissões na Área de Saúde e outras

---

<sup>55</sup> Campanha construída pelas três entidades, que foi tirada do ar, por uma ação judicial promovida pela Associação Nacional dos Tutores de Ensino à Distância (Anated). Ação que coibiu a liberdade de livre expressão de nossas entidades.

federações de ensino e de trabalhadores; e ainda a articulação internacional para debater e fortalecer o Serviço Social.

Também a ENESSO, para além da campanha “Nenhum passo atrás”, já destacada por nossos sujeitos, desenvolve diversas atividades, pautadas na construção de uma “universidade popular”; a participação no Fórum Nacional das Executivas e Federações de Curso (FENEX); e na luta junto à outros movimentos sociais.

Desta forma, percebemos que as entidades têm desenvolvido diversas estratégias visando dar materialidade à um projeto profissional crítico, combativo e transformador da realidade. Buscar aprofundar o debate sobre o caráter destes elementos e a direção desta transformação, para poder pensar e repensar tais estratégias no contexto das crises e avanços do capital, se faz necessário para posteriores estudos e reflexões.

## V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

*Este é tempo de partido,  
tempo de homens partidos.*

*Em vão percorremos volumes,  
viajamos e nos colorimos.  
A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua.  
Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.  
As leis não bastam. Os lírios não nascem  
da lei. Meu nome é tumulto, e escreve-se  
na pedra.*

*Visito os fatos, não te encontro.  
Onde te ocultas, precária síntese,  
penhor de meu sono, luz  
dormindo acesa na varanda?  
Miúdas certezas de empréstimo, nenhum beijo  
sobe ao ombro para contar-me  
a cidade dos homens completos.  
Carlos Drummond de Andrade*

A partir de nossos estudos, buscando entender “Qual a compreensão e vivência que as entidades da categoria (CFESS/CRESS e ABEPSS) e do movimento estudantil (ENESSO) têm na atualidade sobre o chamado Projeto Ético-Político” trilhamos um longo percurso de (re)encontro com os conhecimentos por nós vivenciados neste processo de graduação. Encontro este, repleto de novas descobertas, inquietações, dúvidas e questionamentos.

Entendemos que aqui, mais do que formularmos conclusões definitivas sobre o produto de nossa pesquisa, abrimos um novo leque de questões e inquietudes que seriam merecedoras de posteriores aprofundamentos. Por este motivo, nestas considerações finais, apresentaremos uma síntese dos elementos encontrados e algumas indicações a que chegamos, diante das quais, apenas nos sentimos instigados a novos estudos.

Dedicamos-nos a reconstruir alguns fundamentos da profissão, enquanto uma especialização do trabalho coletivo, inserida em uma sociedade capitalista, marcada pela cisão entre classes sociais, na qual o assistente social se situa enquanto trabalhador assalariado, sofrendo os impactos desta sociabilidade desigual e devendo dar respostas às demandas que são fruto desta estrutura social. Respostas que são construídas coletivamente pela categoria e que figuraram de maneira diversa ao longo da trajetória da

profissão.

Tais respostas são mediatizadas por concepções de profissão, em outras palavras, por projetos profissionais que dizem respeito a forma pela qual a profissão se percebe e se projeta socialmente. Dentre estes projetos, nos dedicamos com maior intensidade ao denominado Ético-Político. A ele, dedicamos nossos estudos, visando apreender seu conteúdo, a partir da unidade de suas dimensões política, valorativa e teórica e seu significado para a profissão.

Através da compreensão do mesmo, buscamos apreender o que são e como funcionam o conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO. Entidades representativas da categoria que foram fundamentais não só na consolidação deste projeto, como têm sido em sua manutenção e reflexão.

Após este processo de aprofundamentos teóricos e conceituais, nos dedicamos ao desvelamento do perfil dos dirigentes das entidades e a compreensão e vivência que estes atualmente têm sobre o PEP. Em relação ao perfil, percebemos que a identificação pessoal dos sujeitos é correspondente ao da base da categoria, exceto em relação à religião. Contudo, a maior diferença, diz respeito à identificação profissional, na qual a renda, titulação e espaço sócio-ocupacional, são muito distantes da média da categoria.

Estas distinções nos faz perceber a necessidade de desenvolvimento de um estudo que se dedique a construir tal perfil dos dirigentes. Pois, ao trabalharmos com uma amostragem restrita não podemos afirmar se este corresponde ao conjunto das direções. Entretanto, o fato de todos serem docentes, por exemplo, já traz questões instigantes.

Em relação ao Projeto Ético-Político, percebemos que, de modo geral, há dentre estes sujeitos uma ampla concepção, que se constitui enquanto um grande caleidoscópio, que ora revela, ora esconde.

Não nos deparamos com posições opostas sobre o que é o projeto. Os sujeitos de nossa pesquisa demonstraram compreendê-lo em suas mediações políticas, partilhando da concepção de que este não é um horizonte abstrato, devendo se materializar pela construção de mediações concretas, isto é, dar respostas concretas à realidade direcionando a categoria. Percebemos o esforço quanto a análise da realidade social e as proposições que se apresentam na luta pela emancipação política, com base nos fundamentos do PEP.

Porém, parece-nos que suas referências ainda se apresentam de maneira vaga e, por vezes, seu conteúdo foi abordado de forma superficial no que diz respeito a sua definição; a compreensão que os sujeitos têm deste Projeto – o que não significa necessariamente que estes não o compreendam em profundidade, mas ao falarem sobre ele -, não expressam os elementos que o constituem em sua totalidade, complexidade e profundidade.

Os sujeitos desta pesquisa, como vimos, têm perfil acadêmico e, portanto, vivem cotidianamente o estudo, as reflexões e, ao estarem vinculados às entidades da categoria, têm condições de captar as mediações e elementos que conformam tal projeto. Assim, se aparece aqui certa dificuldade de traduzir em palavras tais elementos, apontando a concepção que têm, imaginamos que tal dificuldade esteja presente também no conjunto da categoria, o que nos informa a importância de processos formativos e de discussão deste projeto de maneira ampla e profunda.

Tal constatação nos indica a necessidade premente de construção de espaços coletivos que discutam e aprofundem a compreensão em relação a este projeto. Afinal, como aponta Netto (1999), os projetos são uma estrutura flexível que necessitam de constantes atualizações para que se possa acompanhar as próprias transformações societárias e com elas as profissionais.

Se tratando das transformações em curso, também entendemos ser necessária maior atenção a elas, especialmente no que diz respeito aos projetos societários hoje existentes e em disputa. Sabemos que a teleologia expressa neste projeto é a emancipação humana e, portanto, a contribuição na construção de outra ordem social sem exploração ou dominação de classe, etnia e gênero. Diante disso, é necessário pensar quais projetos societários na atualidade corresponderiam à esta teleologia e, estrategicamente, a quais lutas e movimentos devemos nos vincular em nossa ação política.

Como nos lembra Marx (2008) não podemos compreender os homens pelo que pensam de si mesmos, e sim devemos compreender suas consciências a partir das contradições materiais que vivem e como respondem a elas. Vemos que em suas ações, tanto os sujeitos que compõe as direções destas entidades, quanto as estratégias por elas desenvolvidas, apontam à concretização e defesa de alguns dos elementos contidos no PEP.

Quando falam de suas vivências individuais afirmam materializá-lo em diversas dimensões de suas vidas, sendo que a grande maioria, para além da inserção na entidade, também o materializa em outros espaços coletivos e profissionais. Neste sentido, a militância aparece como importante mediação para a concretização do PEP, mas apenas para a metade destes sujeitos, ainda que eles a vivenciem em diversos espaços. O que pode significar a tentativa de dar ênfase ao limite profissional deste projeto, pois mesmo para a atuação militante, os sujeitos têm por mediação fundamental o trabalho – esta que não deve ser perdida.

Já ao falar da materialização que o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO alcançam deste projeto, eles destacam os processos formativos e a articulação com outros sujeitos coletivos, sejam eles da categoria ou não. Preocupação que é central a

todas as entidades. Esta formação e articulação se dá através de várias ações: de defesa da categoria, luta por direitos da profissão e para o conjunto da classe trabalhadora, estudos sobre a formação profissional, reflexões sobre a ética, luta política, aliança com organizações dos trabalhadores, organização da categoria, entre outras.

Destacamos a importância desta estratégia política, compreendendo que as ações que vêm sendo pautadas pelo conjunto destas entidades têm coerência com os fundamentos e valores presentes neste Projeto e são fundamentais na luta por direitos, no sentido de garantir melhores condições de vida para os trabalhadores nesta sociedade. Ficando a dúvida sobre o quanto elas contribuem no processo de construção de uma outra ordem societária.

Evidentemente, uma quantidade muito maior de questões se abriram nesse percurso, que podem vir a inspirar futuros estudos. Dentre essas, uma nos chama atenção. No que diz respeito a relação entre o projeto profissional e os projetos societários, qual a relação ontem e hoje entre o Projeto Ético-Político e o Projeto Democrático Popular, ao qual ele se vinculava em seu surgimento?

Por fim, tendo nos aproximado da forma como estas entidades compreendem e vivenciam o Projeto Ético-Político, nos inquieta ainda, a existência de concepções tão partidas, e materializações tão ordenadas. Resgatando os versos da epígrafe, esse é tempo de homens partidos, e não poderemos, no presente trabalho, chegar a cidade dos homens completos, para tanto, outros caminhos devemos trilhar. Contudo, esperamos ter cumprido com nossos objetivos, deixando algumas miúdas certezas de empréstimo.

## BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social / ABEPSS, Brasília, 1996.

ANDERSON, P. As Antinomias de Gramsci. In: Revista Crítica Marxista, N 1. São Paulo: Juruê, 1986.

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. O novo Sindicalismo e o Serviço Social: trajetória e processo de luta de uma categoria: 1978-1988. São Paulo: Cortez, 1995.

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. Pesquisa Qualitativa – um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

BARROCO, M. L. S. Ética e Sociedade: Curso para agentes multiplicadores. Coleção CFESS 2 ed. Brasília: CFESS, 2007.

\_\_\_\_\_. Ética: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Ética e serviço social: fundamentos ontológicos. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_; TERRA, S. H; CFESS. Código de Ética do/a Assistente Social comentado. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BRAZ, M. O papel social dos Conselhos Profissionais. In: Revista Inscrita – Conselho Federal de Serviço Social, vii, n. 10, nov. São Paulo: CFESS, 2007, p. 60-64.

\_\_\_\_\_. Notas Sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: CRESS 7ª Região. (Org.). Assistente Social: Ética e Direitos - Coletânea de Leis e Resoluções. 5. ed, v.I. Rio de Janeiro: Daugraf Gráfica e Editora, 2008, p. 78-85.

\_\_\_\_\_; MATOS, M. C. 30 anos de rearticulação do movimento estudantil em Serviço Social. In: Serviço Social & Sociedade-memória do serviço social. Políticas públicas, v. 29, n. 96, nov. São Paulo: Cortez, 2008, p. 174-182.

\_\_\_\_\_; TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CARDOSO, P. F. G. Havia uma ética no meio do caminho? A afirmação da necessária centralidade da ética na formação profissional dos assistentes sociais. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do conjunto CFESS-CRESS. In: Serviço Social & Sociedade, n. 50, xvii, abr. São Paulo: Cortez, 1996, p. 172-189.

\_\_\_\_\_. (Org) Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005.

\_\_\_\_\_. Código de Ética profissional do assistente social. 9ª ed. Rev. E atual. Brasília, CFESS, 2011.



\_\_\_\_\_. Ética em Movimento: Curso de capacitação para agentes multiplicadores/as. 11ª ed., CFESS, 2012. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/noticias\\_res.php?id=880](http://www.cfess.org.br/noticias_res.php?id=880)>. Data de acesso: 09 de mar. 2013.

ENGELS, F.; MARX, K. O manifesto comunista. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. A ideologia alemã. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

FONTES, V. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FRANCO, M. L. P. B. Análise de Conteúdo. Brasília: Plano Editora, 2003.

GRAMSCI, A. Caderno 11 (1932- 1933) in: Cadernos do Carcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 22ª ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2008.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. Renovação e conservadorismo no serviço social. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IASI, M. L. As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. Ensaio sobre Consciência e Emancipação. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In: Financeirização, fundo público e política social. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARSIGLIA, Regina M. G. O Projeto de Pesquisa em Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo IV: Intervenção e Pesquisa em Serviço Social. CFESS/ABEPSS/CEAD, UNB, 2001.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. 4ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987-1988.

\_\_\_\_\_. Contribuição à Crítica da Economia Política. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. O Capital: crítica da economia política: livro I. 23ª ed, v. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_. O Capital: crítica da economia política: livro I. 27ª ed, v. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MORA, J. F. Dicionário de Filosofia. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2004, t. IV.

NETTO, J. P. A construção do Projeto ético-político contemporâneo. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília, CEAD, 1999.

\_\_\_\_\_ ; BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_ Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ROMÃO, W. M. Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT. 1ª São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

RAMOS, S. R. A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço social. Tese de Doutorado em Serviço social - UFPE, Recife, 2005.

\_\_\_\_\_ Organização política dos(as) assistentes sociais brasileiros(as): a construção histórica de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional. In: Serviço Social & Sociedade, n 88. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, T B. A Participação Política dos Estudantes de Serviço Social na Defesa e na Consolidação da Direção Social da Formação: A Práxis Política dos Estudantes e a Relação com a Formação Profissional. Trabalho de Conclusão de Curso. PUC, São Paulo, 2007.

SILVA, M. O. S. (Coord.). O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 201.

SIMIONATTO, I. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 1ª ed. Florianópolis: Editora UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_ A concepção de hegemonia em Gramsci. In: Serviço Social & Sociedade, n. 43, xiv, dez. São Paulo: Cortez, 1993, p. 108-124.

TONET, I. Cidadania e emancipação humana. In: Revista Espaço Acadêmico, n. 44, ano IV, jan. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/>>. Data de acesso: 15 de out. 2012.

\_\_\_\_\_ Marxismo e democracia. Disponível em: <<http://www.ivotonet.xpg.com.br/>>. Data de acesso: 04 de fev. 2013.

## **ANEXOS**

A. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DOS QUESTIONÁRIOS

B. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DAS ENTREVISTAS

C. QUESTIONÁRIO ENVIADO PARA AS ENTIDADES CFESS/CRESS E ABEPSS

D. QUESTIONÁRIO ENVIADO PARA ENESSO

E. ROTEIRO DE ENTREVISTA CFESS/ABEPSS

F. ROTEIRO DE ENTREVISTA ENESSO

## **A. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DOS QUESTIONÁRIOS**

1 – Título do projeto - **A compreensão acerca do Projeto Ético Político pelas entidades da categoria e do Movimento Estudantil de Serviço Social;**

2 – Desenho do estudo e objetivo(s) - **A presente pesquisa constitui uma investigação acerca de qual a compreensão e vivência que as entidades da categoria (CFESS/CRESS e ABEPSS) e do movimento estudantil (ENESSO) tem na atualidade sobre o chamado Projeto ético-político. O objetivo deste estudo é investigar qual a compreensão e vivência que as entidades da categoria (CFESS/CRESS e ABEPSS) e do movimento estudantil (ENESSO) tem na atualidade sobre o chamado Projeto ético-político;**

3 – Descrição dos procedimentos que serão realizados com seus propósitos – **Na 1ª fase, será realizada entrevista semi-estruturada com 1 (um) representante da direção nacional de cada entidade que terá por objetivo traçar o perfil destas representações e compreender de que forma estas entendem o que é o Projeto Ético Político (PEP). Na 2ª fase, será realizada aplicação de questionários com as entidades regionais com o objetivo de traçar o perfil das mesmas e compreender como estas entendem o PEP.**

4 – Garantia de acesso: em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. A orientadora da pesquisa é a Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Priscila Cardoso, que pode ser encontrada no endereço Av. Alm. Saldanha da Gama, 89 - Ponta da Praia - Santos/SP, Telefone(s): (13) 3523-5000 E-mail: pfcardoso@superig.com.br. Caso haja alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Rua Botucatu, 572 – 1º andar – cj 14, 5571-1062, FAX: 5539-7162 – E-mail: [cepunifesp@unifesp.br](mailto:cepunifesp@unifesp.br)

5 – É garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo.

06 – Direito de confidencialidade – As informações obtidas serão analisadas em conjunto com as de outros pesquisados voluntários, não sendo divulgado a identificação de nenhum entrevistado;

07 – Direito de ser mantido atualizado sobre os resultados da pesquisa, a ser informado a cada pesquisado pelo meio de contato indicado por este;

08 – Despesas e compensações: não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo: **A compreensão acerca do Projeto Ético Político pelas entidades da categoria e do Movimento Estudantil de Serviço Social.** Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem

realizados, as garantias de confidencialidade e de utilização da pesquisa. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo.

**Compreendo que o retorno do questionário preenchido por e-mail significa minha concordância em participar do estudo segundo os termos acima mencionados.**

## **B. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DAS ENTREVISTAS**

1 – Título do projeto – **A compreensão acerca do Projeto Ético Político pelas entidades da categoria e do Movimento Estudantil de Serviço Social;**

2 – Desenho do estudo e objetivo(s) - **A presente pesquisa constitui uma investigação acerca de qual a compreensão e vivência que as entidades da categoria (CFESS/CRESS e ABEPSS) e do movimento estudantil (ENESSO) tem na atualidade sobre o chamado Projeto ético-político. O objetivo deste estudo é investigar qual a compreensão e vivência que as entidades da categoria (CFESS/CRESS e ABEPSS) e do movimento estudantil (ENESSO) tem na atualidade sobre o chamado Projeto ético-político;**

3 – Descrição dos procedimentos que serão realizados com seus propósitos – **Na 1ª fase, será realizada entrevista semi-estruturada com 1 (um) representante da direção nacional de cada entidade que terá por objetivo traçar o perfil destas representações e compreender de que forma estas entendem o que é o Projeto Ético Político (PEP). Na 2ª fase, será realizada aplicação de questionários com as entidades regionais com o objetivo de traçar o perfil das mesmas e compreender como estas entendem o PEP.**

4 – Garantia de acesso: em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. A orientadora da pesquisa é a Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Priscila Cardoso, que pode ser encontrada no endereço Av. Alm. Saldanha da Gama, 89 - Ponta da Praia - Santos/SP, Telefone(s): (13) 3523-5000. Caso haja alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Rua Botucatu, 572 – 1º andar – cj 14, 5571-1062, FAX: 5539-7162 – E-mail: [cepunifesp@unifesp.br](mailto:cepunifesp@unifesp.br)

5 – É garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo.

06 – Direito de confidencialidade – As informações obtidas serão analisadas em conjunto com as de outros pesquisados voluntários, não sendo divulgado a identificação de nenhum entrevistado;

07 – Direito de ser mantido atualizado sobre os resultados da pesquisa, a ser informado a cada pesquisado pelo meio de contato indicado por este;

08 – Despesas e compensações: não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo: **A compreensão acerca do Projeto Ético Político pelas entidades da categoria e do Movimento Estudantil de Serviço Social.** Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem

realizados, as garantias de confidencialidade e de utilização da pesquisa. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Assinatura do pesquisado

Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste pesquisado.

Assinatura do responsável pelo estudo

Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

## C. QUESTIONÁRIO ENVIADO PARA AS ENTIDADES CFESS/CRESS E ABEPSS

*Este questionário faz parte da pesquisa A compreensão acerca do Projeto Ético Político pelas entidades da categoria e do Movimento Estudantil de Serviço Social, realizada enquanto Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP e tem por objetivo investigar qual a compreensão e vivência que as entidades da categoria (CFESS/CRESS e ABEPSS) e do movimento estudantil (ENESSO) têm na atualidade sobre o denominado Projeto Ético-Político (PEP).*

A pesquisa está sendo realizada sob orientação da Profª Drª. Priscila Cardoso, docente da UNIFESP e pela estudante Edileuza Almeida estudante da mesma instituição.

Solicitamos sua contribuição respondendo a esse questionário para que a pesquisa possa ser concluída com fidedignidade, expressando a compreensão que as entidades da categoria têm sobre o PEP hoje. Salientamos que, caso seja seu desejo, os nomes serão mantidos em sigilo e o item Nome na identificação servirá apenas para que a pesquisadora oriente-se quanto às respostas, não sendo citado durante o trabalho.

Mas, caso concorde, seu nome aparecerá na análise do trabalho, como forma de reconhecimento de sua condição de dirigente da entidade. Por favor, assinale abaixo sua escolha:

Aceito minha identificação na pesquisa  Não aceito minha identificação na pesquisa

### QUESTIONÁRIO

#### I. IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

**NOME DO<sup>(A)</sup> PROFISSIONAL:**

**ENTIDADE/Região:**

**1. SEXO:**

FEMININO  MASCULINO

**2. ORIENTAÇÃO SEXUAL:**

HETEROSSEXUAL  HOMOSSEXUAL  BISSEXUAL  TRAVESTI  
 TRANSGENERO

**3. IDADE:**

- 20-24  - 25-34  - 35-44  - 45-59  - 60 E MAIS

**4. QUAL SUA PERTENÇA ÉTNICO-RACIAL?**

Escreva o nome da sua PERTENÇA ÉTNICO-RACIAL.

**5. QUAL A SUA SITUAÇÃO CONJUGAL DE FATO?**

- CASADO<sup>(A)</sup>  - SOLTEIRO<sup>(A)</sup>  - DIVORCIADO<sup>(A)</sup>  - VIÚVO<sup>(A)</sup>  
 - UNIÃO CONSENSUAL<sup>(A)</sup>

**6. QUAL SUA RELIGIÃO?**

- CATÓLICA  - PROTESTANTE  - ESPÍRITA KARDESISTA  
 - UMBANDA  - BUDISTA  - CANDOMBLÉ  - NÃO TEM RELIGIÃO



Se nenhuma das alternativas corresponderem, escreva no quadro acima.

**7. QUAL SUA RENDA TOTAL NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL? (Em salários mínimos)**

( ) - ATÉ 3 S/M ( ) - DE 4 A 6 S/M ( ) - DE 7 A 9 S/M ( ) - MAIS DE 9 S/M

**8. QUAL SUA RENDA FAMILIAR? (Em salários mínimos)**

( ) - ATÉ 3 S/M ( ) - DE 4 A 6 S/M ( ) - DE 7 A 9 S/M ( ) - MAIS DE 9 S/M

## **II. IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL:**

**8. POSSUI ALGUM VÍNCULO EMPREGATÍCIO?**

( ) - SIM ( ) - NÃO

**9. ONDE?**

**10. ATUA NA FUNÇÃO DE ASSISTENTE SOCIAL?**

( ) - SIM ( ) - NÃO

Se a resposta for NÃO, escreva a nomenclatura de seu cargo no quadro acima.

**11. QUAL SUA SITUAÇÃO NESSE MOMENTO?**

( ) - ATUANDO ( ) - LIBERADO ( ) - LICENCIADO ( ) - OUTROS

**12. QUAL O ANO EM QUE VOCÊ SE FORMOU EM SERVIÇO SOCIAL?**

**13. ONDE VOCÊ SE FORMOU EM SERVIÇO SOCIAL?**

**14. APÓS A GRADUAÇÃO VOCÊ REALIZOU ALGUM CURSO DE ATUALIZAÇÃO/CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL?**

( ) - SIM ( ) - NÃO

**15. A SUA ATUAL TITULAÇÃO É?**

( ) - GRADUADO<sup>(A)</sup> ( ) - MESTRE<sup>(A)</sup> ( ) - ESPECIALISTA  
( ) - DOUTOR<sup>(A)</sup> ( ) - PÓS-DOCTOR<sup>(A)</sup>

**16. VOCÊ ESTÁ NA DIREÇÃO DESTA ENTIDADE A QUANTAS GESTÕES?**

( ) 1 GESTÃO ( ) 2 – 3 GESTÕES ( ) ACIMA DE 4 GESTÕES

**17. QUAL A SUA FREQUÊNCIA NA GESTÃO?**

( ) - ASSÍDUA ( ) - EVENTUAL

**18. VOCÊ TEM INSERÇÃO EM ALGUM MOVIMENTO?**

( ) - SIM ( ) - NÃO

Se a resposta for SIM, escreva o nome do movimento. Se a resposta for NÃO, pule para questão 20.

**19. QUAL A SUA FREQUÊNCIA NESSE MOVIMENTO?**

( ) - ASSÍDUA      ( ) - EVENTUAL

**20. PARTICIPA DE ALGUMA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA?**

( ) - SIM      ( ) - NÃO

Se a resposta for SIM, escreva o nome da organização.

**21. VOCÊ JÁ PARTICIPOU DA GESTÃO DE OUTRA ENTIDADE DA CATEGORIA OU DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL?**

( ) - SIM      ( ) - NÃO

Se a resposta for sim, escreva qual e quando participou.

**III. COMPREENSÃO SOBRE O PEP:**

**22. DESCREVA COMO VOCÊ COMPREENDE O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DA PROFISSÃO E COMO O MATERIALIZA? (O que é, qual seu significado e como se concretiza em suas ações)**

**23. VOCÊ TEM ADESÃO A ESTE PROJETO?**

( ) - SIM      ( ) - NÃO

**24. CONSIDERA QUE A ENTIDADE QUE REPRESENTA TEM ADESÃO A ESTE PROJETO?**

( ) - SIM      ( ) - NÃO

**25. DE QUE FORMA ESTA MATERIALIZA A ADESÃO A ESTE PROJETO?**

**OBRIGADA PELA SUA CONTRIBUIÇÃO.**

## D. QUESTIONÁRIO ENVIADO PARA ENESSO

Este questionário faz parte da pesquisa *A compreensão acerca do Projeto Ético Político pelas entidades da categoria e do Movimento Estudantil de Serviço Social*, realizada enquanto Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP e tem por objetivo investigar qual a compreensão e vivência que as entidades da categoria (CFESS/CRESS e ABEPSS) e do movimento estudantil (ENESSO) têm na atualidade sobre o denominado Projeto Ético-Político (PEP).

A pesquisa está sendo realizada sob orientação da Profª Drª. Priscila Cardoso, docente da UNIFESP e pela estudante Edileuza Almeida estudante da mesma instituição.

Solicitamos sua contribuição respondendo a esse questionário para que a pesquisa possa ser concluída com fidedignidade, expressando a compreensão que as entidades da categoria têm sobre o PEP hoje. Salientamos que, caso seja seu desejo, os nomes serão mantidos em sigilo e o item Nome na identificação servirá apenas para que a pesquisadora oriente-se quanto às respostas, não sendo citado durante o trabalho.

Mas, caso concorde, seu nome aparecerá na análise do trabalho, como forma de reconhecimento de sua condição de dirigente da entidade. Por favor, assinale abaixo sua escolha:

Aceito minha identificação na pesquisa  Não aceito minha identificação na pesquisa

## QUESTIONÁRIO

### I. IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

**NOME DO<sup>(A)</sup> ESTUDANTE:**

**ENTIDADE/Região:**

**1. SEXO:**

FEMININO  MASCULINO

**2. ORIENTAÇÃO SEXUAL:**

HETEROSSEXUAL  HOMOSSEXUAL  BISSEXUAL  TRAVESTI  
 TRANSGENERO

**3. IDADE:**

- 20-24  - 25-34  - 35-44  - 45-59  - 60 E MAIS

**4. QUAL SUA PERTENÇA ÉTNICO-RACIAL?**

Escreva o nome da sua PERTENÇA ÉTNICO-RACIAL.

**5. QUAL A SUA SITUAÇÃO CONJUGAL DE FATO?**

- CASADO<sup>(A)</sup>  - SOLTEIRO<sup>(A)</sup>  - DIVORCIADO<sup>(A)</sup>  - VIÚVO<sup>(A)</sup>  
 - UNIÃO CONSENSUAL<sup>(A)</sup>

**6. QUAL SUA RELIGIÃO?**

- CATÓLICA  - PROTESTANTE  - ESPÍRITA KARDESISTA  
 - UMBANDA  - BUDISTA  - CANDOMBLÉ  - NÃO TEM RELIGIÃO

Se nenhuma das alternativas corresponderem, escreva no quadro acima.

**7. QUAL SUA RENDA INDIVIDUAL TOTAL? (Em salários mínimos)**

- ( ) - ATÉ 3 S/M ( ) - DE 4 A 6 S/M ( ) - DE 7 A 9 S/M ( ) - MAIS DE 9 S/M  
**8. QUAL SUA RENDA FAMILIAR? (Em salários mínimos)**  
( ) - ATÉ 3 S/M ( ) - DE 4 A 6 S/M ( ) - DE 7 A 9 S/M ( ) - MAIS DE 9 S/M

## II. IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL:

### 8. POSSUI ALGUM VÍNCULO EMPREGATÍCIO?

- ( ) - SIM ( ) - NÃO

### 9. ONDE?

### 10. EM QUAL FUNÇÃO?

Escreva a nomenclatura de seu cargo no quadro acima.

### 11. EM QUAL ANO ENTROU NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL?

### 12. QUAL A DURAÇÃO DE SEU CURSO?

### 13. A INSTITUIÇÃO EM QUE ESTUDA É PÚBLICA OU PRIVADA?

- ( ) - PÚBLICA ( ) - PRIVADA

### 14. VOCÊ ESTÁ NA DIREÇÃO DESTA ENTIDADE A QUANTAS GESTÕES?

- ( ) 1 GESTÃO ( ) 2 – 3 GESTÕES ( ) ACIMA DE 4 GESTÕES

### 15. QUAL A SUA FREQUÊNCIA NA GESTÃO?

- ( ) - ASSÍDUA ( ) - EVENTUAL

### 16. VOCÊ TEM INSERÇÃO EM ALGUM MOVIMENTO?

- ( ) - SIM ( ) - NÃO

Se a resposta for SIM, escreva o nome do movimento. Se a resposta for NÃO, pule para questão 20.

### 17. QUAL A SUA FREQUÊNCIA NESSE MOVIMENTO?

- ( ) - ASSÍDUA ( ) - EVENTUAL

### 18. PARTICIPA DE ALGUMA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA?

- ( ) - SIM ( ) - NÃO

Se a resposta for SIM, escreva o nome da organização.

## III. COMPREENSÃO SOBRE O PEP:

**19. DESCREVA COMO VOCÊ COMPREENDE O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DA PROFISSÃO E COMO O MATERIALIZA? (O que é, qual seu significado e como se concretiza em suas ações)**

### 20. VOCÊ TEM ADESÃO A ESTE PROJETO?

- ( ) - SIM ( ) - NÃO

**21. CONSIDERA QUE A ENTIDADE QUE REPRESENTA TEM ADESÃO A ESTE PROJETO?**

- ( ) - SIM ( ) - NÃO

**22. DE QUE FORMA ESTA VIVENCIA A ADESÃO A ESTE PROJETO?**

**OBRIGADA PELA SUA CONTRIBUIÇÃO.**

## **E. ROTEIRO DE ENTREVISTA CFESS/ABEPSS**

### **I. IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:**

1. Nome:
2. Entidade:
3. Sexo:
4. Idade:
5. Orientação sexual:
6. Pertença Étnico-racial:
7. Religião:
8. Situação conjugal:
9. Renda individual e familiar (em salários mínimos)

### **II. IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL:**

1. Possui algum vínculo empregatício?
2. Onde?
3. Em qual função?
4. Está atuando ou está liberado?
5. Em que ano e onde se formou?
6. Qual sua atual titulação? (mestre, doutor, especialista)
7. A quantas gestões está na direção desta entidade?
8. Tem inserção em outros movimentos? Quais?
9. Faz parte de alguma organização política? Qual?
10. Já participou da gestão de outra entidade da categoria ou do ME de Serviço Social? Qual? Quando?

### **III. COMPREENSÃO SOBRE O PEP:**

1. Como você entende o PEP?
2. Considera que tem adesão a ele? De que forma?
3. Considera que o CFESS/ABEPSS tem adesão a ele? De que forma? (como ela se dá? Como se materializa?)

## **F. ROTEIRO DE ENTREVISTA ENESSO**

### **IV. IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:**

1. Nome:
2. Entidade:
3. Sexo:
4. Idade:
5. Orientação sexual:
6. Pertença Étnico-racial:
7. Religião:
8. Situação conjugal:
9. Renda individual e familiar (em salários mínimos):

### **V. IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL:**

10. Possui algum vínculo empregatício?
11. Onde?
12. Em qual função?
13. Em que ano entrou na universidade?
14. Qual a duração do seu curso?
15. A instituição em que estuda é pública ou privada?
16. A quantas gestões está na direção desta entidade?
17. Tem inserção em outros movimentos? Quais?
18. Faz parte de alguma organização política? Qual?

### **VI. COMPREENSÃO SOBRE O PEP:**

11. Como você entende o PEP?
12. Considera que tem adesão a ele? De que forma?
13. Considera que a ENESSO tem adesão a ele? De que forma? (como ela se dá? Como se materializa?)